



C r í t i c a
QUARTA SÉRIE

Impresso na Gráfica Editôra Brasileira Ltda., à rua
Luís Gama, 185 — São Paulo, Brasil, em 1962.

Humberto de Campos

(Da Academia Brasileira de Letras)

Crítica

QUARTA SÉRIE

Obra póstuma

EDITORA MÉRITO S. A.

SÃO PAULO
PORTO ALEGRE

RIO DE JANEIRO
RECIFE

Esta edição das Obras Completas de Humberto de Campos foi impressa, segundo os desejos dos herdeiros do autor, na ortografia do acôrdo do ano de 1931 entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa, do qual o autor foi um dos signatários e cujo vocabulário foi publicado em 1933.

JOÃO CAETANO DOS SANTOS (1)

ESCREVER sôbre o teatro brasileiro é emitir opiniões sôbre uma hipótese. São concordes os críticos nacionais em declarar que essa forma de atividade artística e literária não existe entre nós. Não temos artistas — dizem os atores — porque não temos quem escreva. Não há quem escreva — protestam os que podiam escrever — porque não há quem represente. E a discussão continua, toda ela, na monotonia dêste círculo vicioso. Uns e outros estão de acôrdo, porém, em um ponto histórico: o teatro brasileiro já existiu. E exclamam, unânimes: — No tempo de João Caetano!

Ao ouvir essa afirmação, os homens refletidos perguntarão, sem dúvida, a si mesmos, se a sociedade brasileira do segun-

(1) ADAMASTOR VERGUEIRO DA CRUZ — *João Caetano dos Santos*, ensaio biográfico. — Companhia Editora Fluminense. — Niterói, 1928.

do Império seria, por acaso, mais culta que a de hoje, de modo a assegurar a prosperidade permanente de um grande artista, e a trazer sempre cheias as casas de espetáculos em que êle representava. O gôsto público estará, porventura, entre nós, em decadência?

Há uma resposta inequívoca, visando essa interrogação do espírito crítico. Tem ela caráter geral, e baseia-se na circunstância de se haver o teatro tornado, a partir do século XVI, um divertimento aristocrático, e que, por isso mesmo, só se desenvolve nas sociedades requintadas e polidas. Sem a côrte de Luiz XIV teria sido impossível a obra uniforme de Corneille, de Racine, de Molière, e, mais tarde, sob Luiz XV, a de Crébillon, de Ducis, de Poinset e de Marivaux. Flor de luxo, tem o alto teatro, sempre, vida parasitária. Só a certeza da subvenção pode acordar, em escritores e artistas, a volúpia da produção.

Foi em situação idêntica à do grande século francês, e dentro das proporções do

tempo e da riqueza dos dois povos, que o teatro teve a sua hora de vida no Brasil no reinado de Pedro II.

Havia, ainda, aqui, o fato de achar-se a população dividida apenas em dois grupos: o dos escravos, que ficavam no eito, aquecendo-se no borralho das senzalas miseráveis, e o dos barões e viscondes, turiferários do príncipe e funcionários do Paço, parasitas do govêrno ou exploradores privilegiados do magro trabalho do próximo. Como a única distração pública de um soberano era, então, o teatro, para aí convergia toda essa massa de sibaritas e ociosos, enchendo as casas de espetáculos. Com a emancipação dos escravos e a queda da monarquia, deu-se a mistura dos dois grupos, das duas castas, da onda branca e da onda negra, confundindo-se antigos senhores e antigos escravos. Cam abandonou o rescaldo das fogueiras e veio com a família esculpida em carvão para o largo do Rocio, ver as revistas à altura do seu entendimento. Empobrecidas com o decreto de 13

de maio, as filhas dos barões e viscondes passaram a viver em casa, à luz dos lampiões de querosene, amarradas ao tronco de ferro das máquinas de costura. E o teatro, que vivia da miséria de uns e da deshumanidade de outros, agonizou, e desapareceu.

Inaugurando a série *Os fluminenses no teatro brasileiro* com um ensaio biográfico sobre João Caetano dos Santos, o senhor Adamastor Vergueiro da Cruz não entra nestas cogitações complicadas. Limita-se a coligir dados, a arrolar fatos, a fornecer, em suma, os traços capitais da figura máscula, e hoje quasi lendária, dêsse conterrâneo illustre, glória máxima, e incontestável, do tablado nacional em todos os tempos. Os elementos que reuniu, as informações esparsas que conseguiu ajustar e agora divulga, são, porém, subsídio oportuno não só para reconstituição do grande vulto que celebra e de alguns dos seus contemporâneos, como, ainda, para a compreensão da época em que êle viveu e o estudo de alguns pro-

blemas graves, e novos, que se relacionam com a formação da alma nacional.

Informa-nos, por exemplo, o senhor Adamastor Vergueiro da Cruz que João Caetano era filho de um homem branco, de origem portuguesa, do qual tomou o nome por inteiro, e de uma índia goitacá, que êste mandou batizar antes do casamento. E êsse esclarecimento é precioso, não só como explicação do gênio trágico do artista, mas, também, como subsídio para conhecimento da parte que tem, na constituição da “psiché” da sub-raça que hoje constituímos, o elemento aborígene. A paixão dramática, a violência quasi instintiva das atitudes em cena, o amor à indumentária vistosa, o gôsto dos anéis por cima das luvas, o entusiasmo pela parte espetaculosa da vida — tudo isso é, em João Caetano, herança materna. Ao atirar-se, no palco, na representação do drama *Os seis degraus do crime*, ao pescoço de Estela Sezefreda, que só não é estrangulada por ser imediatamente socorrida pelos outros artistas e pelos

gritos alarmados do público, é o índio, o goitacá autêntico, que nele acorda de repente.

Essas particularidades psicológicas que em muitos de nós se manifesta, o sentimento dramático da vida que nos vai caracterizando, são, assim, contribuição do sangue autóctone, que se impõe através da mestiçagem. E' êsse mesmo sangue que assinala nas letras, em nossos dias, o talento magnífico de um dos nossos prosadores mais eminentes, filho de mulher índia como João Caetano, e que poderá, talvez, encontrar aí como êste teria encontrado, as razões da sua shakespeareolatria. A influência do sangue negro, na raça, tem servido apenas para suavizar os efeitos daquele. O negro trouxe-nos a humildade, a resignação, a sentimentalidade, o conjunto, enfim, das qualidades afetivas. E' expressão literária da sua predominância num temperamento a poesia de Gonçalves Dias. O sangue negro, em nós, nos faz meigos, dóceis, flébeis, indolentes, apegados àqueles com quem vivemos, prontos a sacrificar-nos por êles; o índio

tornou-nos suspeitosos, vingativos, imprevidentes na vida econômica, mais amigos da terra do que do homem. O negro recebe o golpe, e submete-se; o índio submete-se ao castigo mas prepara a represália. O português forneceu o caldo de cultura para a caracterização desses sentimentos.

O sr. Adamastor Vergueiro da Cruz não entra, evidentemente, em considerações dessa ordem. As notas singelas e informativas levam, porém, a elas, o leitor que não veja nos livros um passatempo, um desfastio, mas uma semente de idéias novas, um ponto de partida para cogitações proveitosas. E', assim, que êle, despretensiosamente, nos fornece elementos para julgamento do feitiço moral de uma das maiores figuras literárias do Brasil, José de Alencar, em quem a glória do romancista fez esquecer até hoje os defeitos do homem e os êrros do político.

Em 1920, no centenário do nascimento de Joaquim Manuel de Macedo, coube-me, a mim, na sessão solene que a Academia Bra-

sileira de Letras lhe consagrou, estudar através dos seus romances os modos e as modas da sociedade brasileira do seu tempo. Ao relacionar eventualmente alguns nomes de romancistas, omití, por desnecessário no caso, o do autor d'*As Minas de Prata*. No dia seguinte, em palestra com êsse homem de açúcar que foi Mário de Alencar, êste me fez uma observação tímida, em que havia um travo de tristeza.

— Parece que você não gosta muito de Alencar... — acentuou, fazendo desaparecer no tratamento a sua condição de filho.

Eu protestei, vagamente, contra a suspeita. Mas a verdade é que, admirando o escritor, e reconhecendo nele o primeiro renovador conciente da língua portuguesa na América, ou, melhor, um dos precursores da literatura lidamente brasileira, jamais pude dispensar simpatia ao político e, mesmo, ao homem, nas suas atitudes civís. E essa prevenção me nasceu não na minha terra, mas na dêle, no Ceará, ao conversar pessoas da geração antiga, as quais não per-

doavam ao maior dos cearenses o combate que deu, no parlamento e na imprensa, ao ato em que o govêrno imperial visava socorrer, em 1877, os seus comprovincianos flagelados pela maior das sêcas do século. Tendo a medida sido pleiteada pelo partido adverso, então no poder, Alencar bateu-se contra ela, sobrepondo aos sentimentos do coração os interêsses do partidarismo. Data dêsses dias inquietos, se me não engano, a frase de Pedro II, em que êste declarava que se havia de vender a última jóia da Coroa contanto que não morresse um único cearense de fome. Isso explica, talvez, ser o Ceará o primeiro pedaço do Brasil em que se ergueu uma estátua a Pedro II, e precisamente aquele que, tendo um filho de tão alta significação nas letras nacionais, só agora se move, e lentamente, para perpetuar-lhe o nome num monumento. Isso, quando não faltou dinheiro, alí, para homenagens dessa ordem a Tibúrcio e a Sampaio, generais impetuosos que a guerra cobriu de sangue e de glória, cujas figuras

em mármore se levantam, recebendo o culto do povo com as brisas do oceano, no coração da sua capital.

Outra acusação que pesa sôbre a memória de José de Alencar é a sua atuação antipática no parlamento, combatendo violentamente, em 1871, o projeto apresentado pelo visconde do Rio-Branco, o qual se transformou na lei de 28 de setembro, que libertou no ventre o filho da mulher escrava. No seu discurso de posse na cadeira de José do Patrocínio na Academia, em 1905, Mário de Alencar procurou justificar a atitude do pai, corrigindo filialmente para a posteridade as falhas da sua nomeada política. “José de Alencar — diz — reprimiu o seu sentimento pessoal para só atender aos cuidados do país; considerou a situação do presente, pesou as consequências da lei e consultando os seus efeitos futuros, combateu o projeto com a sobranceria de quem cumpre um dever que respeita, e a lealdade de um caráter que serve lealmente à sua pátria”. A verdade, porém, é que

Alencar foi o mais encarniçado adversário do projeto, o mais humano e generoso que já havia sido apresentado nas Câmaras do Brasil.

Agora, conta-nos o sr. Adamastor Vergueiro da Cruz a campanha movida por José de Alencar, no parlamento, contra João Caetano, a quem não perdoou, mesmo após a morte do artista. Segundo o depoimento que presta, o romancista e o ator ter-se-iam tornado inimigos por motivos sentimentais, que conviria, evidentemente, esmiuçar. O pai de João Caetano havia tido, com a índia Joaquina Maria, de que foi espôso, duas filhas, Antônia e Teresa, que casaram, uma com um professor público, outra com um mercador de escravos. Quando solteira, uma dessas raparigas foi objeto de uma paixão intensa do filho do padre José Martiniano, que era José de Alencar. Mais velho do que o moço jornalista cêrca de vinte anos, João Caetano, exercendo sôbre a família rigorosa influênciã, ter-se-ia oposto ao casamento, determinando essa attitude o rompimen-

to de Alencar, que fôra até então seu amigo. Mais tarde, já deputado, e figura prestigiosa nas letras, teria Alencar mandado ao ator e empresário, então no esplendor da sua glória, um drama, *Os Lazaristas*, destinado ao palco do "S. Pedro". Subvencionado pelo Tesouro Público, João Caetano estava na obrigação contratual de montar a peça. Informa o senhor Adamastor Vergueiro da Cruz que o trágico impôs modificações, que Alencar não aceitou. Daí o acirramento do ódio no político cearense, o qual, levado pelo despeito do namorado infeliz e pelo orgulho do escritor que não admitia corrigendas, não só conseguiu que o govêrno retirasse a subvenção até então recebida pela companhia de que João Caetano era diretor (pág. 61), mas, ainda, concorreu, numa perseguição póstuma e nada generosa, para a situação precária dos órfãos (pág. 88).

As informações dessa ordem devem trazer sempre a indicação das fontes de que promanam. Só os espíritos infantís supõem,

ou fingem supor, que a História pode ser feita com boatos apanhados à-toa. O sr. Adamastor Vergueiro da Cruz, sem ater-se intransigentemente a êsse regime, cumpre, em parte, o seu dever de lealdade, e informa que as particularidades que divulga provêm da família de João Caetano, especialmente do seu filho ainda vivo, e que se acha, atualmente, com setenta e três anos. Seria, no entanto, conveniente que documentasse com transcrições e datas as hostilidades políticas a João Caetano, partidas de Alencar. No livro de Henrique Marinho, *O Teatro Brasileiro*, nada se encontra sôbre essa matéria. E', todavia, possível, a perseguição a que se refere o autor, pois que os orçamentos do Império, que sempre traziam a rubrica de auxílio ao teatro, não a trazem nos anos de 1860 a 1862. Um ano depois, em 1863, falecia o príncipe do palco brasileiro, vítima, segundo se depreende da obra, do rancor que lhe votara o romancista.

Êsses esclarecimentos, a que as próximas festas do centenário de José de Alen-

car imprimem o sêlo da oportunidade, constituem subsídio mais útil, talvez, do que o sr. Adamastor Vergueiro da Cruz imagina, para a história da literatura e, principalmente, do indianismo no Brasil. Quem sabe se *Iracema* não se chamava Antônia ou Teresa, e não era, em vez de filha de Araken, pacífico rebento moreno de uma índia goitacá?

O sr. Adamastor Vergueiro da Cruz não escreveu, pròpriamente, uma biografia completa e seguida do seu glorioso conterrâneo nem estuda, no seu livro, como crítico, a atuação do grande ator na evolução do teatro brasileiro. O seu trabalho é um esbôço, um conjunto de notas esparsas e fragmentárias destinadas a uma obra futura, cujo autor ainda não apareceu nas letras teatrais do Brasil. Os defeitos literários são numerosos; mas as informações que divulga redimem, pela substância, o veículo da divulgação.

Da sua coleção de informes, a figura de João Caetano aproxima-se de nós, avolu-

mando-se em estatura, ganhando em majestade, mas sem perder os seus contornos humanos. Por êles, vem-se a saber que o maior intérprete de Shakespeare no Brasil faleceu na chácara que foi transformada, mais tarde, no atual *Hotel dos Estrangeiros*, que era de sua propriedade, e diante da qual se ergue, hoje, pela imperiosa lei dos contrastes, a estátua de Alencar. A anedota, que alguém definiu como “il fiore che sboccia tra il verde, e conferisce aroma, freschezza e leggiadria” à árvore da História, enriquece, nesse esbôço, a utilidade das informações. E é assim que vamos ter notícia da consciência profissional com que trabalhava João Caetano, o qual, tendo de interpretar o personagem principal do drama *A última gargalhada*, de Jacques Arago, se deu ao trabalho de levar para sua própria casa um demente, afim de estudar-lhe a máscara, e os gestos, dia a dia.

Êsse episódio é belo, e faz recordar os ímpetos generosos do velho Dumas. Tendo de competir com artistas estrangeiros de no-

meada que haviam representado a mesma peça, João Caetano toma a resolução de excedê-los. Cabe-lhe fazer o papel de louco, e vai ao Hospício Pedro II, examinar os infelizes alí internados. Um há, entre todos, que corresponde ao modelo que lhe convém. Chama-se Alexandre. Pede permissão ao diretor do estabelecimento e leva-o para casa. Mete-o em um quarto gradeado e passa longas horas diante dêle. Até que chega o dia da representação do drama violentíssimo.

E é um triunfo como jamais se vira. A gargalhada de indivíduo que enlouquece repentinamente, sinistra, bárbara, mistura de zombaria e sofrimento, desatada por João Caetano, estarrece, e, quasi amedronta a platéia. O próprio Imperador levanta-se com os espectadores, comovido, batendo palmas. O ator espanhol La Puerta, intérprete universal do drama de Arago, sobe ao palco, abraçando-o, e beijando-o, dando-lhe o nome de mestre. Trazem à cena coroas de louros, de rosas, e uma de ouro. Após o es-

petáculo, os espectadores fazem alas, empunhando fachos, da porta do teatro à porta da sua casa, à rua do Lavradio. Ao penetrar aí, o primeiro cuidado de João Caetano é, porém, correr ao quarto do louco. Chega-se a êle, e põe-lhe à cabeça uma das coroas.

— Toma, Alexandre — diz, emocionado.

E abraçando o doido, que àquela hora da noite, menos escura que a noite que lhe rola no cérebro, arregala os olhos interrogativos:

— Venho repartir contigo, meu amigo, o fruto das nossas glórias...

Em uma das expedições ao centro da Argélia, os exploradores ingleses descobriram, em 1875, em um areal imenso, os pedaços de uma estátua romana, toda em mármore, representando um homem de aspecto majestoso, tendo à mão um punhal. A história do teatro brasileiro, em que os exploradores mais tenazes têm sido Melo Morais, Henrique Marinho e, últimamente, o sr. Lafayette Silva, é êsse deserto africano. Nes-

sas areias acham-se, identificados agora pelo sr. Adamastor Vergueiro da Cruz, os destroços de um gigante.

Quem reconstituirá a estátua, pondo-a de pé?

A COSTELA DE ADÃO (1)

HÁ uma anedota, não sei se adaptada ou inventada por mim, que se acha, hoje, em circulação, como se fosse rigorosamente verdadeira. (Que é a História, efetivamente, senão um tecido brilhante e colorido, em que entram dois fios de verdade e quatro de imaginação?) Segundo essa versão fantasiosa, ter-se-iam encontrado, uma tarde, na livraria Leite Ribeiro, o historiador sr. Rocha Pombo, o mais paciente investigador dos nossos arquivos, e Múcio Teixeira, astrólogo e escritor, que trabalhava, então, no seu romance *O negro da Quinta Imperial*, editado pòstumamente. Nas palestras que travavam, e em que predominava a cordialidade literária, teriam os dois entrado em desacôrdo sôbre um epi-

(1) BERILO NEVES — *A Costela de Adão* — Rio de Janeiro, 1929.

sódio do tempo de D. João VI. O astromante assegurava a historicidade do ponto controverso. O sr. Rocha Pombo contestava-lha. Até que, a certa altura, o historiador teria, perdendo a calma, reagido:

— Tenha paciência, Múcio: o futuro, você o conhece melhor do que eu; mas, o passado, eu o conheço melhor do que você!

O livro que o sr. Berilo Neves acaba de publicar fez-me lembrar essa passagem, que será, talvez, histórica, dentro de dois ou três lustros. As crônicas e contos que o compõem, versam, todos ou quasi todos, sobre fatos a ocorrer entre os anos 2.000 e 3.000. E esta circunstância demonstra que o crítico no sr. Berilo Neves já morreu: era Múcio Teixeira. Não obstante isso, entremos, com o autor, pelo futuro, como se tivéssemos na algibeira aquele relógio de Mark Twain, o qual se adiantava tanto, que o dono, em menos de um mês, se sentiu em contacto com as gerações do século XXII.

Após a queda do romance naturalista, e a verificação das dificuldades em interes-

sar o grande público pelo romance psicológico, houve a suposição de que êsse gênero literário tendia a desaparecer. “Le roman ne peut survivre qu’à la condition de devenir tout autre chose que ce qu’on appelle encore un roman”, — escrevia Huysmans, em 1905. O refletor da imaginação humana já se havia fixado sôbre o passado, com o romance histórico, de Walter Scott a Alexandre Dumas; a sua transformação em “mémoires du temps présent”, como o definiu Jules Bois, havia sido levada ao extremo, por Balzac, Zola e Bourget, no círculo de ouro da literatura francesa. Que restava por devassar, por explorar, por experimentar, senão o futuro?

O horizonte que se oferecia à imaginação era, em verdade, imenso, e deserto. Há uma página de Machado de Assis, talvez a mais famosa da sua obra, que faz lembrar essa conquista, realizada, então, em rumo inverso. E’ a do delírio, nas *Memórias Póstumas de Braz Cubas*. Apenas, Braz Cubas galopa, no seu hipopótamo, para a

origem dos tempos, e os seus antípodas, em aparelhos voadores, para a consumação dos séculos. Com o primeiro, viajou J. H. Rosny, que nos deu interessantes romances prehistóricos, como *Vamireh*; e com os segundos, H. G. Wells, cuja capacidade inventiva pôde ser aferida desde 1895 com *The Time Machine*, e culminou, talvez, no gênero, com *War of the Worlds*, em 1898. Wells exagerou, porém, a sua faculdade imaginativa. Adiantou-se tanto no tempo que saiu dos limites da realidade, caindo, de súbito, como se sabe, nos domínios do espiritismo.

O sr. Berilo Neves, químico, e nas vésperas de receber o anel de médico, procura explorar, nos seus contos de agora, o porvir, mesmo, da sua profissão. Se Júlio Verne foi o precursor da mecânica, e Wells da arte militar e da sociologia em geral, escolheu o jovem escritor e amigo da ciência, para objeto das suas cogitações literárias, o vasto campo da biologia. E imagina, entre outras cousas curiosas, o que será o mundo ao fim de alguns séculos, quando a quí-

mica não careça, mais, do ventre da mulher para povoar a terra, e se utilize para isso unicamente de máquinas, e de um certo número de produtos, convenientemente dosados e misturados.

O assunto é, como se vê, interessante, sendo de estranhar, unicamente, que ninguém o tivesse explorado, até hoje, nas letras nacionais. E' de assinalar, ainda, ao lado dessa estranheza, que, imaginando para o século XXXI um mundo diverso do nosso, o moço escritor conceda ao espírito humano um progresso demasiadamente lento, maximé se tomarmos em consideração a velocidade progressiva que êle vem adquirindo. Que seremos, realmente, dentro de onze séculos? A meu ver, ou estaremos mergulhados de novo na barbaria, como estávamos no século IX, ou, então, seremos tão diferentes do que somos hoje que não poderíamos, sequer, nos reconhecer. Os aeroplanos de agora serão simples reminiscências, guardadas em museus de antiguidades ilustrativas. O motor de explosão constitui-

rá um anacronismo. Cidades terão desaparecido das cartas geográficas, dando lugar a outras, brotadas dos desertos atuais. Não obstante isso, o sr. Berilo Neves, para não alarmar os seus leitores, ainda se refere a Rio de Janeiro, a Tóquio, a Moscou, ao Japão, que serão, provavelmente, nesse tempo, simples nomenclatura, familiar, apenas, aos conhecedores da geografia antiga. Lògicamente, o mundo de então só poderá ser, em suma, aquilo que nós atualmente denominamos um absurdo. Para ideá-lo em nosso tempo, far-se-ia mister, talvez, a imaginação bizarra de Luciano de Samosata, que já foi, na genealogia de Pierron, o pai intelectual de Rabelais e de Swift.

Não obstante circunscrever o maior progresso humano à biologia, o sr. Berilo Neves apresenta, aí, páginas harmoniosas, e de fina ironia, como, por exemplo, a do “homem mecânico”, invenção que, parece, anuncia ainda para o nosso tempo. E’ verdade que o tema não é novo, e já feriu outras imaginações, que o abordaram e desen-

volveram. José de Alencar, inspirando-se em *Spirite*, de Théophile Gautier, tem um romance, *Encarnação*, em que o herói, Hermano de Aguiar, vive em companhia de uma figura de cera, que representa a mulher a quem muito amou, e que é tratada como se fosse o original. A obra literária mais perfeita no gênero é, todavia, o conto *L'éternel féminin*, de Frederic Boutet, escrito há seis ou oito anos, e que eu traduzi para a *Antologia dos Humoristas Galantes*, em 1923.

O conto de Frederic Boutet é a história de um americano do norte, mecânico afofado, o qual, desiludido das mulheres, que abusaram da sua credulidade afetiva, resolve fabricar um autômato, uma verdadeira máquina de amar, com todos os requisitos para substituir os modelos, excepto no inconveniente da infidelidade. “Seu aspecto, — contava o inventor, — era o de uma verdadeira mulher, de cabelo macio, lábios vermelhos, colo ondulante, formas encantadoras, e tudo isso feito com material de pri-

meira qualidade. Dando-se volta a um mecanismo fonográfico, falava, e soltava suspiros perfeitamente imitados. Sua série de movimentos não era muito variada, mas, para meu serviço, era o suficiente. Bastava conhecer-se o seu funcionamento para ficar-se de acôrdo com ela. . . . Cheguei a ser venturoso com a minha mulherzinha mecânica. Ao funcionar, sorriam os seus lábios, palpitavam os seus seios, e toda ela se ruborizava, com estudada coqueteria, entrefechando as pálpebras, — pois que possuía, também, o mecanismo do pudor. Além de tudo, estava sempre fresca no verão, e tépida no inverno, graças a um sistema de aquecimento central”. O mecânico chegara, mesmo, a adaptar um aparelho fonográfico, mediante o qual, em certos momentos, o autômato suspirava, e soltava esta exclamação:

— “Emílio, eu te amo! . . .”

Tendo, porém, de fazer uma viagem de negócios, o personagem de Frederic Boutet vê-se na contingência de separar-se da sua mulher automática. Procurou, para guar-

dá-la, com a incumbência de lubrificar-lhe as molas semanalmente, um amigo de nome Artur. Meses depois, volta, doido de saudades. Corre a rehaver o autômato, leva-o para casa, dá-lhe corda, e, quando vai receber o beijo, o suspiro e a exclamação de outrora, escuta, assombrado:

— “Artur, eu te amo!...”

Aproveitando a sua ausência, o amigo, o eterno amigo íntimo, havia substituído o disco de amor da sua boneca!

O homem automático do sr. Berilo Neves é um pouco mais aperfeiçoado que a mulher imaginada pelo americano de Frederic Boutet: para maior duração do aparelho, o seu inventor, o professor Finley, recusou-lhe a faculdade de amar.

Uma página aparentemente banal, e que contém, no entanto, à revelia, talvez, do autor, o seu fundo de filosofia amarga, é o *Baile dos Micróbios*. Reflexo literário de uma dessas bizarras *charges* de Yantock, o senhor Berilo Neves descreve uma festa de micróbios no pequeno mundo de uma

gota d'água. Lá se encontram, amando ou discutindo política, fazendo arte ou exercendo a maledicência, pondo em relêvo todos os defeitos e virtudes do homem, o bacilo de Koch, o bacilo de Pfeiffer, o pneumococo, e outros germes que o ôlho humano só pode ver com auxílio de lentes poderosas. O humorismo dêsse conto leva o leitor a refletir, naturalmente, sôbre uma página de Anatole France, que constitue, pode-se dizer, a sua modalidade filosófica. E' aquela de *Le Jardin d'Epicure*, em que o escritor pergunta se aquilo que consideramos o universo não será, acaso, uma simples gota de linfa, ou de sangue, de um ser vivo, em cujas artérias vivamos. "Il se peut — escreve — que ces millions de soleils, joints à des milliards que nous ne voyons pas, ne forment tous ensemble qu'un globule de sang ou de lympe dans le corps d'un animal, d'un insecte imperceptible, éclos dans un monde dont nous ne pouvons concevoir la grandeur, et qui pourtant ne serait lui-même, en proportion de tel autre monde,

qu'un grain de poussière". Quem sabe, em verdade, se nós, com todo o nosso orgulho, não somos os micróbios filtráveis dessa gota de sangue, e que as nossas guerras, as nossas revoluções, as nossas batalhas mais sangrentas não são o efeito de uma crise geral no organismo de que constituímos parte insignificante? Quem nos poderá dizer se no momento em que procuramos, inquietos, debruçados nos laboratórios, o bacilo da febre amarela, não estarão outros aparelhos de precisão voltados sôbre nós, buscando descobrir o mistério dos nossos movimentos?

No primeiro conto, *A Costela de Adão*, que dá nome ao livro, descreve o sr. Berilo Neves, de acôrdo com o *Gênesis*, e em desacôrdo com o texto dos demais, que se baseam ou simulam basear-se na ciência, os primeiros dias do Homem, até à sua violenta expulsão do Paraíso. Conhecendo, provavelmente, o *Diário de Adão e Eva*, e que é impossível abordar o assunto sob o ponto de vista do "humour" depois de tratado por Mark Twain, fez com êle as páginas mais

cuidadas do seu livro, senão como idéia, ao menos como estilo. Há, aí, vigor e colorido na frase, beleza nas imagens, o que demonstra ter sido essa, precisamente, a sua peça mais recente e, portanto, a última prova do seu aperfeiçoamento gradual.

A especialidade literária escolhida pelo sr. Berilo Neves, sendo das que se acham entre nós inexploradas, denuncia, com isso, pertencer ao número das mais perigosas, e de cultura mais difícil e delicada. Se o romance histórico, à Walter Scott, que oferece ao escritor uma documentação concreta e estável, apresenta a cada passo uma surpresa ao escritor desatento, pode-se imaginar o que é, ou deve ser com as perfídias da memória e da atenção, o trabalho daquele que tem de lidar com hipóteses, e cuja primeira função consiste em se desintegrar do seu tempo, e ir viver em um século que ainda não chegou, entre gente que ainda não surgiu, descrevendo costumes só apreensíveis pela imaginação baseada na lógica. Dêsses riscos dá idéia o sr. Berilo Neves quando

descrevendo uma ocorrência do século XXI, fala, ainda, em uma “capital da República” no planalto goiano, como se a geografia política não estivesse sujeita neste século mais do que em qualquer outro, a profundas revoluções. Em outra passagem, descrevendo um episódio do ano 2.000, faz o autor soar uma campanha para chamar o criado, esquecido de que, dentro de um século, a campanha deve constituir o mais ridículo dos anacronismos, e, talvez, o criado também. Peor, porém, do que isso, é imaginar que, dentro de mil anos, em 2.928, possa haver um capitalista de nome Pereira de Mesquita, que “consulta o relógio de momento a momento”, como se dentro de dez séculos pudesse restar alguma coisa do nosso patrimônio de hoje. Eu, de mim, acho que a civilização atual chegou ao seu apogeu. Dentro de mais dois séculos, três, no máximo, começará a sua dissolução, o seu desmoronamento, com o regresso do homem à barbaria. O mundo moderno, com todas as suas conquistas soberbas e magníficas, de-

saparecerá em uma nova noite como a Ida-de-Média. Submergirá em um caos de ignorância, como sucedeu ao mundo romano, e à civilização asiática, e à civilização egípcia, e a essa remota civilização negra a que se refere Edouard Schuré e de que se têm encontrado vestígios, ùltimamente, sob a mortalha de areia dos Desertos. A Tôrre de Babel é o símbolo, mesmo, dêsses periódicos desastres do esfôrço humano. Ao atingir os ùltimos andares do edifício que vão construindo, verifica-se a desinteligência entre os obreiros e dá-se a dispersão dêles pela terra. Cai a noite sôbre os nômade, que taceam na treva. Até que principia a alvorecer o dia novo, os operários se vão novamente aglomerando, reunindo, fraternizando. E inicia-se a construção lenta, paciente e heróica da nova tôrre, destinada, por sua vez, à sorte ingrata, e inevitável, das vastas edificações precedentes.

Se assim, desta feita, não acontecer; se reinar harmonia contínua na tôrre em cujos ùltimos andares trabalhamos, e em

que já se vai acentuando o surdo protesto dos operários, por excesso de braços e carência de pão; se, em suma, continuarmos no surto ascensional do último século, — quem poderá imaginar, hoje, mesmo com precisão relativa, o que viremos a ser, no decurso de um milênio? A marcha do homem para a conquista dos segredos da natureza é alarmante e vertiginosa. A escalada do Olimpo está se tornando formidável, por parte dos titães pequeninos. O Pélion já está sôbre o Ossa, e o Ossa sôbre o Etna. Se Júpiter não vibra o raio fulminador serão êles, antes de quinhentos anos, os senhores da Terra e do Céu. Até lá, porém, o homem estará tão modificado, por influência, mesmo, das suas conquistas contínuas, que nada restará mais dos seus hábitos e utilidades atuais. Da rapidez da sua marcha poderemos nós próprios, desta geração, dar o testemunho. Em 1900, ao encerrar mais um centenário da era cristã, o jornal *O Século*, de Lisboa, publicou um número humorístico, de pequeno formato, datado

de 1.º de janeiro do ano 2.000. Nesse número anunciava-se a partida de balões para o Rio de Janeiro, conduzindo passageiros e encomendas. Pois, bem: não foi preciso um século, mas apenas uma quarta parte dêle, para que se tornasse realidade aquilo que parecia, então, pilhéria ou fantasia. A águia está voando mais alto do que se esperava das suas asas.

O terreno escolhido pelo senhor Berillo Neves para exercitar o seu talento e os seus conhecimentos específicos, é, evidentemente, largo e rico. À semelhança do Brasil recém-descoberto, e apenas entrevisto pelo europeu, “tudo que nele se planta, dá”. Por isso mesmo o jovem prosador deve semear nele o que houver de melhor, aparelhando-se com uma cultura geral, principalmente de ordem política, destinada a completar as suas curiosas cogitações baseadas nas ciências naturais. Quasi que lhe eu aconselho que se mude, em espírito, para o século XXI ou XXII. Para dar o cunho oriental aos contos irrepreensíveis de Mal-

ba Tahan, o professor sr. Melo e Souza não se transferiu para a rua da Alfândega, para o bairro árabe, a ponto de parecer, êle próprio, um romântico mercador de Bassora ou Bagdad? De regresso de Brobdingnag, o capitão Gulliver estava de tal modo convencido de que era gigante, que, ao passar sob o arco das portas de Londres, altas de cinco metros, curvava ligeiramente o pescoço, na suspeita de que poderia bater com a cabeça. Para descrever um ambiente estranho, é preciso que o artista se identifique com êle, pela imaginação. Um descuido leve, e a obra literária transformar-se-á em *sottisier*.

O essencial para um escritor, após o dever de ter talento, é definir o seu caminho nas letras. Êle é o operário, o mineiro do pensamento; que vale, porém, o operário se não encontra o filão a explorar? O sr. Berylo Neves estreou, portanto, bem. Escreve com simplicidade, embora com excessiva despreocupação, como impõe a vida de jornal

— excepto, como já ficou assinalado, no conto que serve de prólogo, — e escolheu, já, o veio rico em que tem de abastecer a sua imaginação. Fixe nele os seus olhos, explore-o, revolva-o, acomode as suas conclusões científicas a judiciosas conclusões sociais, e poderá ser, no seu país, o precursor de toda uma literatura. O que é preciso, e urgente, é dar ao assunto a gravidade que êle merece, fazendo do Futuro uma incógnita de que seja equação o Passado. Há uma passagem do historiador Justinus, nas *Histórias Filípicas*, a que eu me reportava em discurso recente, por ocasião da minha viagem ao norte, a qual resume, em um episódio, todo um programa de sabedoria. Enfraquecidos pela constante luta com os persas, viram-se os ricos habitantes de Tiro, uma noite, assaltados pelos próprios escravos, que, em virtude de uma conjuração, os prenderam, e os estrangularam, tornando-se donos tirânicos da cidade. Vitoriosos, resolveram os conjurados escolher um rei; e como fossem numerosos os pre-

tendentes à coroa real, assentaram entre si que seria elevado ao trono aquele que, no dia seguinte, primeiro visse o sol nascente. Pela manhã, regorgitava de homens, antigos servos, a vasta planície vizinha à cidade. Voltados para o Oriente, todos procuravam, erguendo-se nas pontas dos pés, a primeira faixa de fogo. Um havia, no entanto, que, voltado para o Ocidente, a buscava do lado contrário. E foi êste que primeiro a descobriu, porque, antes de mostrar o seu disco no horizonte, o sol incendiava, já, do lado oposto, os altos tectos do casario, — patenteando, assim, em um símbolo, que, para ver o Futuro, é preciso, sempre, volver os olhos para o Passado...

E' para essa afinidade, para essa relação estreita entre "o que foi" e "o que será", que o autor d'*A Costela de Adão* deve atentar. O assunto é opulento, e não lhe faltam qualidades para enfrentá-lo vitoriosamente. Apenas, há, entre nós, uma diferença de ponto de vista. E' que o sr. Berillo Neves olha o futuro da Humanidade com

olhos alegres, fazendo, com êle, humorismo. E o que eu vejo no horizonte é menos comédia do que tragédia. E', mesmo, talvez, a maior tragédia do homem no palco revólto e ensanguentado da Terra.

III

O EMBAIXADOR FAGUNDES (1)

O romance tem, no Brasil, quasi um século de existência. Instituído, aquí, oficialmente, com *A Moreninha*, por Joaquim Manuel de Macedo — embora já tivesse aparecido, um ano antes, *O Filho do Pescador*, de Teixeira e Souza — tem êle servido sempre, entre nós, de medicina ligeira e inocente: para fazer rir, para gravar aspectos da natureza, para fotografar paisagens secretas da alma! Crônica doméstica em Macedo, poema selvagem em Alencar, filosofia céptica em Machado de Assis, apoteose da carne em Aluísio, feeria verbal e florilégio da imaginação no sr. Coelho Neto, álbum de miniaturas galantes no sr. Afrânio Peixoto, — poder-se-á fazer, talvez, com êle, a história da evolução das modas, dos

(1) RUBENS DE MELO — *O Embaixador Fagundes* — Paulo, Pongeti & Cia. — Rio de Janeiro, 1929.

costumes, e, principalmente, a da fisionomia da terra, na sua transição da selvajaria para a civilização. O que, porém, ninguém encontrará nele, é elemento para o estudo da nossa evolução social, da nossa vida pública, das nossas praxes políticas, os subsídios, em suma, que Taine manda procurar na obra literária, quando se pretenda escrever a história de cada povo.

E' êsse, talvez, o motivo da situação secundária que tem, ainda hoje, o romance, na bibliografia nacional. Quais são, em verdade, entre as obras do gênero, aquelas que põem em foco um dos nossos problemas sociais, ou lançam gravemente ao ridículo, pela simples exposição dos episódios, algum dos nossos inumeráveis defeitos políticos? O romance moderno, digno dêsse nome, deve ter sempre uma finalidade humana, um fim educador, um objetivo social. As exigências da vida fazem com que o homem de hoje procure instruir-se, mesmo quando se diverte. Em uma entrevista concedida há dois anos, o sr. Jean Giraudoux, um dos

leaders revolucionários da França literária, registrava, já, êsse aspecto novo da curiosidade da intelligência. “La bourgeoisie aisée et à vie facile — dizia êle, referindo-se aos leitores estrangeiros do livro francês — la bourgeoisie aisée et à vie facile qui parlait autrefois et lisait le français par mondanité et par agrément, a à peu près disparu. Ce que veulent les étudiants, les auteurs, les journalistes de ces pays, c’est trouver dans les lectures des auteurs français une raison supérieure de croire à la littérature et des réponses à toutes les questions morales qui se posent dans leur pays, avec peut’être plus d’acuité que dans le notre”. A prova dessa verdade têmo-la nós, aquí mesmo, com o successo relativo de algumas obras, como, por exemplo, *A Bagaceira*, em que o sr. José Américo de Almeida põe em evidência o problema das sêcas e, fora do romance, o *Retrato do Brasil*, em que o sr. Paulo Prado procura definir a *psyché* brasileira. Que significa o interêsse pelas criações dessa ordem, senão que está alvo-

recendo, enfim, em terras brasileiras, o dia das idéias?

Para que se afira a inocuidade do esforço dos nossos romancistas basta examinar a nenhuma repercussão dos seus livros fora da literatura. Com um romance, o famoso *Uncle Tom's Cabin*, Beecher Stowe precipitou, nos Estados-Unidos, a emancipação dos escravos, acendendo o facho da guerra civil. Deve-se a um romance, o *White Jackes*, de Melville, a supressão, alí, dos castigos corporais nos navios da esquadra. Os romances de Zola constituíram, como se sabe, um dos fatores mais importantes do movimento que libertou a França da tutela do clero, e, não menos, da vitória socialista. A obra de ficção de Anatole é a crônica, mesmo, do movimento social da terceira República. O romance russo, de Gogol a Seifullina e Gladcoff, com escalas por Akssakoff, Tolstoi, Tourgueneff e Pilniak, assenta, todo êle, na vida pública da nação. Enquanto isso, que se vê, entre nós? Machado de Assis, o nosso maior romancista,

não tem uma página, sequer, sobre as questões sociais da época. Leiam-se todos os romances brasileiros de 1843 a 1889, e não se terá, por êles, a menor idéia do que foi o Império, ou dos efeitos da guerra do Paraguai e das várias etapas da emancipação dos cativos, que constituíram os seus maiores acontecimentos. Êsses fatos figuram no romance brasileiro como as origens do cristianismo em Suetônio ou Josephus: em referências secundárias, de quatro ou cinco linhas. Há um capítulo no *Dom Casmurro*, subordinado ao número XXIX, que se resume, como descrição, nestes períodos: “Em caminho, encontramos o imperador, que vinha da Escola de Medicina. O ônibus em que íamos parou, como todos os veículos; os passageiros desceram à rua e tiraram o chapéu até que o coche imperial passasse”. Esta cena rápida pode ser considerada um símbolo, nos romances de Machado de Assis. A política, mesmo na sua expressão mais alta e universal, passa pela sua obra como o imperador pelo ônibus: o tempo estrita-

mente necessário para que se lhe tire o chapéu. A timidez do escritor, o seu horror aos conflitos e às responsabilidades, não lhe permitiram, jamais, uma referência mais aguda aos êrros e vícios do seu tempo.

Entretanto, foi a qualidade oposta a essa fraqueza, isto é, a coragem de criticar, o heroísmo de censurar com o auxílio da fotografia literária, que fez a glória de Eça de Queiroz. Aquí e alí, pertinazmente, dá-nos êste um aspecto ridículo, ou criminoso, da sociedade e da política portuguesas. Pondo o espelho diante dos homens defeituosos por educação, foi que êle contribuiu para tornar evidente, aos olhos dos sestrosos, o inconveniente do seu sestro. Na advertência que precede o seu livro sôbre a *Literatura Russa*, tem Wladimir Pozner um símbolo, que é tão feliz quanto elegante. “Nos circos russos — escreve — existia uma atração especial: os equilibristas caminhavam sôbre um arame estendido, tendo nas mãos um samovar. Na França, o samovar é substituído por uma bengala, no Japão, por um

leque. O arame é, porém, sempre o mesmo. Ao estudar a literatura russa os críticos, em geral, só se preocupam com o samovar". No Brasil sucede precisamente o mesmo, nos domínios do romance: nós temos os equilibristas; uns com o samovar; outros com a bengala; outros com o leque; onde está, porém, o arame, o fio de ferro, isto é, o pensamento fundamental, que faz a unidade, e, estabelecendo a unidade, forma a literatura? O nosso romance é dispersivo e caótico. Não reflete as idéias nem as aspirações da época. Daí ser o gênero mais desinteressante, mais estéril, da nossa atividade mental, e estiolar-se, como planta inútil, à margem da estrada por onde transitam os homens, na sua marcha tumultuosa para o futuro. Lembrar-se-á, talvez, como contradita, *O Ateneu*, de Raul Pompéia, em que se põe em evidência o inconveniente dos internatos; *Canaã*, em que o sr. Graça Aranha examina a situação das raças velhas nas terras moças; e um ou outro romance de Lima Barreto. Essas exceções, e o suces-

so que obtiveram, não serão a confirmação inequívoca de que a opinião brasileira vem reclamando, já, há muitos anos, romances com idéias úteis?

Quem atentar para essas circunstâncias, não achará, evidentemente, insignificante, o livro em que o sr. Rubens de Melo, sob a máscara de um Adido de Embaixada, critica certos aspectos da diplomacia brasileira, de que êle próprio faz parte. *O Embaixador Fagundes* é uma sátira, talvez um pouco forte, nas particularidades; o que, porém, ninguém lhe contestará, é o mérito da utilidade, pelo relêvo, que dá a um dos defeitos mais lamentáveis, e a uma das superstições mais persistentes da nossa idolatria política.

Estudante medíocre, mas audacioso, passador insolente da moeda falsa do talento, Manuel Augusto Ribeiro Fagundes diploma-se em Direito, e, pelo prestígio do pai, que é chefe político na província, vai nomeado promotor público de Covanca, em Ribeira-Grande, Estado dos mais próspe-

ros e populosos do vasto país de Santa-Cruz. Impondo a própria ignorância como outros imporiam a própria cultura, e alardeando o cinismo, como outros alardeariam a altivez, aproveita a primeira oportunidade que lhe aparece para prestar um escandaloso serviço eleitoral ao govêrno, conquistando, assim, uma cadeira de juiz de Direito. Mais dois anos e, pela influência paterna, e pela própria baixeza, ei-lo deputado estadual. Mais um ano, e penetra solene, orgulhoso de si mesmo, a Câmara Federal, com escalas pelo Serviço de Imigração e Povoamento do Estado. Para isso tivera, no entanto, de contrair matrimônio com Sílvia Botelho, filha única do coronel Botelho, secretário da Fazenda de Ribeira-Grande, homem de largos haveres, o qual, falecido o pai de Fagundes, passou a ser o empresário da sua afortunada carreira política.

Na Câmara, o representante da Ribeira impõe-se à admiração pública do modo mais hábil, que é, mesmo assim, o mais cô-

modo. Não sobe à tribuna. Não apresenta projetos. Não expõe idéias. Não defende princípios. Limita-se a apoiar vivamente os que louvam o govêrno e a apartear, acentuando o seu “Não apoiado!”, os oradores da opposição. Um dia, um dêstes irrita-se, interpela-o vivamente, humilhando-o diante da Câmara. Fagundes é, porém, de borracha: no dia seguinte ergue-se, pede a palavra, e, após duas referências ligeiras ao adversário e ao incidente da véspera, faz entre os aplausos da maioria, o elogio do chefe da nação. Êste manda-lhe um telegrama de agradecimentos, ornado de louvores ao seu talento maravilhoso. E Fagundes fica sendo, desde êsse dia, um dos grandes homens da República.

Machado de Assis tem uma passagem em que faz o elogio da gravidade, como ponto de partida para a celebridade, e, em particular, para a conquista dos altos postos políticos. Fagundes compreendeu isso, instintivamente. E meses depois era transferido da Câmara para a diplomacia, como

ministro de Santa-Cruz no reino da Fiolândia, país frio, quasi gelado, do norte da Europa. Aí, a sua ignorância do idioma, das praxes, dos costumes, disfarça-se sob a máscara do orgulho. Não podendo fazer relações, fez economias. Circunscreve-se ao convívio dos seus auxiliares e de uma dactilógrafa, que conhece o Brasil, da qual se faz amante. Em compensação, Sílvia entrega-se a toda a legação, com o contrapêso, ainda, do consul Ramalho. E o governo de Santa-Cruz paga todo êsse espetáculo de deboche, de incompetência e de descrédito, mandando fornecer as verbas em ouro por intermédio da delegacia em Londres.

Fagundes não é, no entanto, homem que se contente com as aproximações ou os finais do primeiro prêmio. Na loteria da vida aspira, sempre, à sorte grande. Quer ser presidente da República. E como indicam outro candidato, pede aposentadoria, regressa para Santa-Cruz, onde adoece gravemente ao chegar, e agoniza obscuramen-

te, até que uma visita do presidente da República, seu amigo e conterrâneo, faz convergir para a sua porta a romaria dos políticos e, para o seu leito de morte, a curiosidade nacional.

A atmosfera de ridículo de que o autor envolve, de princípio ao fim do livro, a figura de Fagundes, ultrapassa, não raro, os limites da conveniência e, mesmo, do bom gosto. Esse exagêro transforma o retrato em caricatura, tirando-lhe a naturalidade. A verdade, porém, é que o senhor Rubens de Melo iniciou uma obra útil, que é essa de atrair a atenção dos governos para a vergonha que constitue, em grande parte, a nossa representação política no exterior. Em discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras, ao tomar posse da cadeira de que é patrono Varnhagen, observava já Oliveira Lima a evolução que por toda a parte sofrera a diplomacia, graças ao progresso dos meios de comunicação. A circunstância de partirem das chancelarias todas as deliberações, mesmo as mais insigni-

ficantes, não determina, todavia, que o diplomata seja, simplesmente, um intermediário de recados. Mesmo para dar um recado, fazer a entrega de uma nota, ou esclarecer um incidente agravado pelo boato, são indispensáveis qualidades superiores de inteligência, de finura, de habilidade. E esse não é, evidentemente, o padrão da diplomacia brasileira.

O embaixador Fagundes não constitue, sem dúvida, o tipo comum dos nossos representantes no estrangeiro. Mas é inegável que, entre nós, ainda predomina a superstição da elegância pessoal, da bela estampa, dos tipos bem vestidos e lustrosos. Os empenhos políticos, e a tradição de que o bom diplomata é o homem de salão, vêm contribuindo para que tenhamos, hoje, na Europa e nos Estados americanos, em vez de um grupo de homens de trabalho, um álbum de figurinos nacionais. Imagina-se ainda, parece, que a diplomacia é feita nos lugares elegantes, entre a gente que se diverte, nos círculos de luxo e de prazer. E

isso é um engano. O embaixador, o ministro, o secretário de legação vai agir é nas chancelarias, junto aos governos e os homens de govêrno, agora, para merecerem a confiança do povo, têm que viver divorciados da plutocracia, dos agrupamentos mundanos que a guerra levantou da lama ensanguentada das cidades. Os homens de govêrno, hoje, são homens de ação, e não mais, como outrora, amáveis entidades decorativas. E como homens de ação êles preferem ao contacto com os galãs mesureiros e empoados, o trato leal com outros homens da sua estirpe.

Assinalando, assim, com o recurso da literatura risonha, os defeitos da nossa organização diplomática e, em alguns episódios burlescos, os vícios da burocracia ministerial, prestou o sr. Rubens de Melo à causa pública um serviço que outros escritores lhe têm recusado. Ao regressar da sua última viagem à Europa, um dos nossos homens de ação e de pensamento mais eminentes, o sr. James Darcy, dava-me, em

palestra, a impressão ingrata, que trouxera, da nossa representação oficial no exterior. Excepção de duas figuras realmente notáveis, que citou, e que não nomearei publicamente para não despertar o despeito das demais, o que êle encontrara por toda a parte foi um funcionalismo desinteressado dos negócios da pátria, um descaso muçulmano das obrigações, um pequeno exército dividido em pelotões, preocupado, não com a vitória, ou mesmo com os combates, mas apenas com o sôldo e com a transferência para posições mais vantajosas. A política interna de Santa-Cruz refletia-se, inteira, nos seus mandatários diplomáticos.

Ao sr. Rubens de Melo falta, ainda, a técnica indispensável ao romancista. Fosse êle um escritor profissional, e eu o tomaria por um dos revolucionários do gênero, confundindo-o com êles como os mutilados eram confundidos em Persépolis após a passagem de Alexandre. O seu livro tem concatenação, tem lógica, e tem, mesmo, certo movimento. Nota-se, todavia, que não é obra de um

homem que faça profissão das letras, dêsses que facilitam o trabalho ao leitor, assinalando, grãficamente, a diferença entre o diálogo e a exposição. Idéias, malícia, observação, tem-nas o autor. A matéria prima, o essencial, está conseguido. A mercadoria aparece, mesmo, pronta, manufaturada. Falta-lhe, apenas, a arte de arrumar o mostruário.

Da capacidade do sr. Rubens de Melo para o romance, dá idéia a figura, admiravelmente acabada, de Ribeiro Fagundes. O embaixador é um tipo nosso, é animal da nossa fauna social. Não é um tôlo, um imbecil, um inepto; pelo contrário: é inteligente. E' apenas, ignorante, e como a inteligência o leva para cima, guinda-o às altas posições, resulta, na sua vida, o conflito entre a situação conquistada e o malabarismo a que recorre afim de não paten-tear a sua incapacidade para exercê-la.

Analizando de boa vontade o romance do jovem diplomata, verificar-se-á talvez, que êle fixou, sem o querer, a causa de to-

da a nossa anarquia social. Em uma exposição sôbre a Pérsia moderna, dizia, há três anos, Sylvain Lévi: “La Perse est un pays privilégié entre tous. Sa situation climatique exceptionnellement favorable explique le degré de perfection qu’y atteint l’individu. Mais une nation où chacun est trop intelligent individuellement n’est plus susceptible de vivre”. E’ essa, possivelmente, a situação do Brasil, e a causa do seu mal. O brasileiro é, individualmente, esperto, vivo, inteligente. Dotado dessa faculdade, prescinde êle da cultura, do aperfeiçoamento moral e mental, dos recursos complementares que são para a intelligência o que é o cunho da moeda para o metal bruto. Com ela, manejando-a hâbilmente, consegue o indivíduo penetrar na sociedade, sem ter instrução, commerciar sem ter dinheiro, entrar para a Academia de Letras sem saber escrever, lecionar nas escolas superiores sem conhecer a disciplina, e galgar, um a um, todos os degraus da escala política, não entendendo nada, mas dando a impressão de

que sabe tudo. Em uma das suas cartas de Paris, a Rhedi, nas *Lettres Persanes*, contava-lhe Rica, no seu inocente espanto de homem da Ásia, que os professores francezes eram incomparavelmente mais inteligentes, mais lúcidos, do que todas as academias orientais, pois conseguiam essa cousa maravilhosa que era ensinar aquilo que elles próprios não sabiam. E terminava, com gravidade: “porque se é preciso muito espirito, Rhedi, para mostrar o que se sabe, ainda é preciso mais para ensinar o que se ignora”. Os “simuladores do talento”, que Ramos Mejia estudou com tanta acuidade, encontram, entre nós, o seu vasto paraíso. Apenas, como todos, ou quasi todos, são intelligentes, estabelece-se a luta permanente, em que cada um procura enganar o outro, e em que todos, afinal, acabam mais ou menos enganados.

Ribeiro Fagundes era um dos personagens dessa grande comédia: ignorante, mas esperto; sem cultura, mas arguto; e assim foi que, sabendo aproveitar as ocasiões,

afrontando desassombradamente o ridículo, afivelando ao rosto a máscara de bronze que a ambição lhe impusera, passou, entre apêdos e aplausos, da promotoria em Covanca à Embaixada da Fiolândia. “Un sot trouve toujours un plus sot qui l’admire”, lembra, em dístico, citando Boileau, o sr. Rubens de Melo. E não é êsse o caso. Entre nós a luta é ascensional: uma raposa encontra, sempre, outra raposa que a engana.

Indeciso na técnica, também o é no estilo, o novo romancista. Sente-se, nessa obra de estréia, um escritor à procura de uma forma definitiva de expressão. Daí, encontrar-se, alternadamente, vestígios das mais variadas influências, distinguindo-se, entre estas, em algumas passagens, a de Machado de Assis. As reflexões da pág. 71, quando o narrador descobre, com surpresa, que está apaixonado pela mulher do amigo, poderiam constituir um dos capítulos ligeiros do *Braz Cubas*, do *Dom Casmurro* ou do *Quincas Borba*. “O mais curioso — confessa — é que eu só dei por isso (descobrir

que Sílvia era bonita), nessa noite. Cousas dos sentidos. Suponho que foi em Ibsen que encontrei a explicação dêsse fenômeno. “Nós só apreciamos verdadeiramente aquilo que vamos perder ou já perdemos”. Bonita frase. Bonita e verdadeira. Não me lembro bem se é de Ibsen ou de qualquer outro escritor escandinavo, Bjornson ou Garborg, por exemplo. Não. E’ mesmo de Ibsen. Li-a num almanaque de lembranças”. E adiante: “Para entreter o silêncio, acendí um cigarro e pús-me a olhar para dentro de mim mesmo. Confesso que, a princípio, nada vi, tal a escuridão que pairava sôbre as minhas entranhas. Pouco a pouco, no entanto, fui me habituando ao nevoeiro ambiente e afinal conseguí ver, distintamente, uma figura de mulher, envôlta em gazes, deitada no meu coração. Quem era? — Espera um pouco, leitor, e escuta! Não me foi possível identificá-la desde logo, por isso que estava de costas para mim. O corpo era escultural e róseo, realçando assim a brancura da gaze que o envolvia. Can-

sada da posição em que se achava, a figurinha virou-se e deu com os meus olhos, brilhantes de curiosidade. Sem perturbar-se, desvencilhou-se airoso das gazes e, toda nua, convidou-me num sorriso, cheio de promessas tentadoras: “Venha conosco!” Recuei emocionado. Era a mulher de Fagundes”. Ao sentir-se dominado pela graça de Sofia Palha, no *Quincas Borba*, Rubião ouve no zinir das cigarras da Praia de Botafogo o nome da criatura amada: “Sôôô... fia, fia, fia, fia, fia, fia... Sôôô... fia, fia, fia, fia, fia...” O novo romancista transfere das cigarras para o narrador a missão de recordar a pessoa querida, pondo-lhe o nome no ritmo do coração: “Sílvia, Sílvia, Fagundes, Sílvia, Sílvia, Fagundes”. A influência intermitente de Machado de Assis, e outras, não apagou, todavia, no romance do senhor Rubens de Melo o traço individual, em que se alternam a ingenuidade e a malícia.

Defeituoso, assim, na execução, como a generalidade das obras de estréia, o roman-

ce do novo escritor diplomata é incontestavelmente feliz pela ideação. Toda a gente no Brasil sabe, ou suspeita, que a nossa diplomacia compromete, em muitas capitais, o nome do seu país e as suas tradições, falsas ou legítimas, de discreção e cultura. Ninguém, entretanto, proclamou, jamais, essa verdade, procurando todos, assim, enganar-se a si mesmos.

Louvado seja, pois, aquele que, irreverentemente, nos grita, bem alto, que o rei está nu!

AZARES DAS REVOLUÇÕES (1)

UM capítulo de história literária ainda por fazer é, talvez, o que se devia intitular *A utilidade dos livros mal escritos*. As idéias felizes não são, em verdade, privilégio dos bons escritores. A vantagem que estes desfrutam consiste, às vezes, unicamente na facilidade de expressão. Há uma poesia de Rostand, frequentemente citada, em que o poeta conta a história das partículas de poeira que enchem uma sala fechada. Uma fresta aberta no teto faz penetrar, no compartimento vazio, um raio de sol, punhal de ouro, esguio e reto, que traspassa a escuridão. E logo êsse filete de luz põe em evidência os milhões de corpos miúdos que o atravessam, bailando. Toda a sala imensa está cheia, repleta, fervilhante

(1) ÁLVARO DE ALENCASTRE — *Azares das Revoluções* — Livraria do Globo — Pôrto-Alegre, 1929.

daquelas partículas impalpáveis; mas o homem só vê aquelas do enxame que, no seu voo turbilhonante, cortam, de passagem, o louro feixe de luz. Assim são as idéias, os pensamentos felizes. Cada homem possui no cérebro pelo menos uma sugestão sensata, oportuna, inteligente. E que riqueza não constituiria o conjunto de todas elas para a humanidade, se cada indivíduo tivesse o gosto e a facilidade da escrita, e soprasse aos quatro ventos êsse pedaço de papel morto, transformando-o pelo milagre vivificante da palavra, em ágil borboleta colorida? Era essa faculdade de fixar com arte as próprias idéias que faltava a monsenhor Girard, um dos criadores da filologia, o que fazia dizer a Duclos, ao manusear uma das suas teses sobre a evolução da língua francesa:

— “Voici un livre qui fera la fortune d'un autre!”

Os livros sem arte literária têm, mesmo, às vezes, sobre os livros bem escritos, vantagens ponderáveis. O escritor que se

preocupa com a forma, que emprega o seu maior cuidado em vestir com elegância o pensamento, sacrifica, não raro, êste, em proveito daquela. À semelhança do bandido da Ática, êles distendem ou mutilam a idéia para ajustá-la ao leito de ouro da palavra sonora; o que não sucede ao escritor não profissional, o qual, sem preocupações de estilo, indiferente à beleza do vocábulo ou ao tormento da frase, narra ingênuamente o que pensa e descreve singelamente o que vê.

O sr. Álvaro de Alencastre, apesar de autor de dois outros volumes de prosa, — *Assuntos militares e Refugando o Sinuêlo*, — poderia enquadrar-se, talvez, naquele capítulo curioso que a história das letras reclama.

Não é um escritor, porque lhe faltam estilo e gosto literário. Mas é uma inteligência aguda, um espírito vivo e perspicaz em que se encontram, latentes, notáveis qualidades de observador, as quais aguardam, apenas, meios mais seguros de expres-

são. O que êle precisa para completar-se, não é, pròpriamente, cultura, que, essa, êle a tem e revela; mas simplesmente a técnica, isto é, o conhecimento de particularidades insignificantes da arte de escrever, de minúcias que nada custam, mas que representam, num livro, o papel que as dobradiças desempenham no movimento das portas. Nada há mais barato e mais accesível do que a dobradiça; entretanto, sem ela, a porta ou cai ou não fecha. E', assim, de dobradiças, principalmente para ligação dos capítulos, que se ressentem o seu último livro, *Azores das Revoluções*, a que deu, talvez precipitadamente, a austera denominação de "romance".

O tema desenvolvido não justifica em verdade, essa classificação literária. Fazendeiro na fronteira com o Uruguai, Ponciano Guedes é um dêsses proprietários gaúchos que vão desaparecendo pouco a pouco, e que vão, pouco a pouco, entrando para o domínio da lenda. Senhor de grande latifúndio, não o retalha, nem lhe intensifi-

ca a produção. Os vizinhos, donos de campos mais limitados, prosperam, enriquecem, multiplicando os rebanhos e melhorando-os pelo cruzamento.

Êle, não; os seus processos permanecem os mesmos dos avós; o zebú e o gado crioulo povoam-lhe as pastagens, aguardando a idade de cinco anos para serem mandados à feira. É o Rio Grande tradicional na indústria pastoril, como o Dagoberto Marçau, do sr. José Américo de Almeida, representa, n'*A Bagaceira*, romance da vida agrícola, a Paraíba tradicional. Assim, porém, como Dagoberto possui um filho estudante, Lúcio Marçau, que lhe virá um dia reformar o engenho e os canaviais *Marzagão*, tem o coronel Ponciano o seu. Coriolano Guedes, que interrompe os estudos, mete-se na fazenda, e aguarda a morte do ancião para, herdeiro exclusivo, imprimir nova direção à vasta propriedade paterna. Filhos únicos, Lúcio Marçau e Coriolano Guedes representam em suma, no romance, diante dos dois velhos rotineiros, o Brasil

de hoje, quasi norte-americano, em conflito com o Brasil de ontem, quasi português.

O romance do sr. Álvaro de Alencastre não tem, todavia, personagens capitais. Todos êles se movem no mesmo plano, havendo até alguns que entram em cena para desaparecer em seguida, como indivíduos que penetrassem por engano em casa alheia e saíssem, apressados, por outra porta, antes de serem surpreendidos pelo dono. Daí, a importância que se pode emprestar, num resumo do enredo, ao velho índio Salerno, capataz da fazenda, e à sua linda filha Secundina, flor morena e selvagem, em torno da qual voam, e revoam, os mais atrevidos besouros humanos da região. Entre estes, avultam Mateus Pimenta, carreiro da fazenda, homem alourado, e de confiança, e o índio Tarumã, belo e másculo tipo de gaúcho, tentação volúvel das "chinas" das duas margens do Jaguarão. Entre os dois, a rapariga prefere, intimamente, o caboclo aventureiro. O outro é honrado, pacífico, trabalhador; mas o índio é o homem da sua

raça: é valente, formoso, varonil, conquistador de mulheres e vencedor de homens, apaixonado pelos lances dramáticos, pelo jôgo, pelas brigas, pelo cavalo. Amigas, que a visitam, estabelecem o confronto favorável ao homem claro.

— “Se eu tivesse que escolher em teu lugar, — diz uma, — preferia o Mateus. O Mateus é um gaúcho destorcido, tanto de pé como de a cavalo, e não tem baldas. Numa sala é um monarca. Tem jeito e destreza para pisar num salão”.

O sangue do charrua fala, porém, pela bôca da cabocla morena:

— “Sei que o Mateus é muito bom rapaz, — confessa. — Ninguém me diz mal dêle. E’ muito respeitador, mas lhe falta alguma cousa que tem o Tarumã, que me agrada. O Tarumã é atropelador. Se a gente se descuidar êle vem chegando. O Tarumã é mais bonito, é bem falante e tem uma fala tirante a castelhano, que agrada muito. Com o Mateus a gente pode confiar, que êle não faz pègadas. O Tarumã é um

caso sério. Se a moça se descuida êle faz uma entrada. Tem manha no partidador. E' preciso cuidado com êle".

E em outra passagem, louvando o namorado:

— "O papai gosta dêle, porque êle é um índio sacudido. O papai disse que êle é um gaúcho de verdade. Tu sabes que o papai gosta de homens valentes. Manha com êle não tira farinha".

E em outra, ainda, com entusiasmo:

— "Êle é bonito, faceiro, atrevidaço. E' homem de a cavalo por onde se pedí. E' homem de pelá o facão, riscá no chão, botá o pé em cima e mandá a negrada chegá. Falam porque êle é namoradô. Se eu fosse homem também havia de ser chegadô. Quero para meu marido, um homem assim como meu pai, que se faça respeitá".

O índio, habituado à vida aventureira, às conquistas de passagem, aos beijos de um minuto e aos abraços de uma noite, não sente, porém, pela rapariga, senão uma dessas paixões transitórias, que, como as bo-

lhas de sabão nas mãos dos meninos, se acabam com a posse. A impossibilidade de seduzí-la irrita-o, machuca-o, revolta-o; e ainda mais, ante a certeza, de que, se ela escapar ao seu desejo, cairá nos braços de Mateus Pimenta, a quem vota um ódio surdo, e recôndito. Após algumas semanas de indecisão, resolve, bruscamente, casar. E faz-se noivo de Secundina, não exclusivamente por ela, mas para magoar, para ferir, para desprestigiar o rival.

De repente, corre, célere, pela fronteira, a notícia de que estalara a revolução. E' isso em 1923. À espera sempre do grito sinistro, cada gaúcho, — árabe americano, beduíno, de que é o Pampa o Deserto, — corre a tomar as suas armas, e a pular sôbre o seu cavalo ardego, tomando o seu lugar em qualquer dos partidos em luta. Federalista, como seu pai, Coriolano passa-se para o Uruguai com cincoenta homens, entre os quais o velho Salerno, veterano da campanha de 1893. Tarumã acompanha o futuro sogro e Mateus, que é go-

vernista, forma com as fôrças legais. E principia a sangueira inominável, a horrenda guerra de irmãos contra irmãos, em que o homem parece apurar o seu ódio e requintar em ferocidade. Pacificada a região com o pacto de Pedras-Altas, tornam os combatentes ao lar, quando soam, de novo, os clarins. Os ginetes afilam as orelhas, os combatentes saltam, armados, para cima dêles, e recomeça a peleja brutal, em que se juntam, no chão, o sangue dos homens e o sangue dos animais. É a guerra civil de 1924, mais terrível que a primeira. Os campos, arrasados pelas cargas de cavalaria, tornam-se desertos, sem plantações e sem gado. Casas de fazenda em que reinavam a felicidade e a fortuna, são incendiadas, reduzidas a carvão e a cinza. Línguas de fogo percorrem os pastos nas coxilhas, destruindo, comburindo, devorando o que encontram na sua marcha, que os ventos guiam. E pelo meio do fogo, procurando o adversário, galopa, no seu cavalo de combate, o gaúcho das fronteiras, filho de duas

pátrias, pisando escombros e deixando, por onde passa, a morte, a fome, a destruição... Antes de terminar esta segunda fase da luta é Coriolano chamado, um dia, às pressas, para ver um combatente que tombara ferido e deseja falar-lhe, antes de morrer. É Salerno, o velho índio, capataz da sua fazenda, pai de Secundina, ordenança de Ponciano em 1893. Ao vê-lo, o ancião tenta falar:

— Ta... ru... mã... degolou... o Mate...”

Nada mais diz, mas o moço fazendeiro compreendeu tudo. É a mais selvagem das infâmias humanas que lhe chega, naquele momento, aos ouvidos. A guerra civil, feita em nome de idéias irreconciliáveis, era pretexto, ali, mais uma vez, para ajuste de contas, para explosão de despeitos secretos, para vinganças cobardes e mesquinhas. Tarumã cevara-se do sangue de Mateus, degolando-o, não porque fosse um adversário, mas porque, envenenado pelo ciúme de

macho, entrara na luta unicamente para perpetração daquele crime. Outros, jogadores, devassos, falidos no caráter e na fortuna, andavam ainda, de um lado e de outro, misturados com os homens de honra, exclusivamente para a depredação, para o saque, para o incêndio, para o estupro...

Raia, porém, após essa noite dantesca, a alvorada da paz e do sossego, conquistadas a preço de sangue. Coriolano vai levar à família de Salerno a notícia da morte do chefe. Mas encontra, aí, notícia ainda mais terrível: Secundina, e a mãe, haviam sido bestialmente violentadas por um grupo de bandidos armados a serviço de um dos partidos em campo. E o romance fecha, amargo, sôbre a sombra das duas mulheres desgraçadas, e sôbre o panorama da terra ontem feliz, e agora devastada em toda a sua extensão pelo ódio criminoso dos homens.

Não é, como se vê, um romance na boa acepção do vocábulo, o pequeno livro do sr. Álvaro de Alencastre. Mas é uma obra

interessante pela verdade de alguns quadros e pela documentação, que nos dá, da mentalidade do gaúcho. “Foi o índio o primeiro gaúcho — diz-nos êle, no prefácio. — Dêle nos vêm as tradições. Somos continuadores dos seus costumes. As exigências da civilização têm modificado os hábitos da vida errante. Têm dado novas tonalidades à vida do campo. Têm modificado o homem. Mas não modificou a alma. Ela vem dos nossos maiores, que foram influenciados pelo cenário grandioso”. Em seguida, descreve, sinòpticamente, a formação trágica da *psiché* regional: “O bandeirante descia do norte, semeando a morte, destruindo, arrasando em nome de Sua Majestade, o Rei de Portugal. Pelo Noroeste penetrou o jesuíta espanhol, catequizando em nome de Sua Majestade, o Rei de Espanha. Um século depois, pelo Oriente, pela barra do Rio Grande, num golpe de genial previsão, entra o general Pais, levantando o primeiro acampamento militar. Lá no fundo do quadro, como uma sentinela vigilante, a Colô-

nia do Sacramento é uma ameaça constante ao conquistador espanhol. Aí está a traços largos, a primeira fisionomia pampeana, quando se disputava a posse do Rio Grande”. O homem nascido nessa atmosfera avermelhada pelo sangue e pelo incêndio, em um cenário geográfico que é, na sua imensidão, um canto homérico à liberdade é, assim, originariamente belicoso. E o autor reconhece isso concluindo com estas palavras de serena esperança: “Os primeiros sinais de vida do Rio Grande foram afogados em sangue. Depois vieram guerras e mais guerras. O índio foi dizimado sem quartel, sem piedade. Alguma coisa nos devia ficar da barbaria ancestral. E’ preciso que o trabalho da civilização adoce as asperezas da nossa vida, evitando que o gaúcho, na excitação das suas paixões, se desmande na incontinência dos maus sentimentos e no desatino das ações criminosas”.

Quem lê essas manifestações de bom senso, imagina, certamente, que o autor de-

seja o refreamento da índole do homem do sul. Realmente, o tipo ideal do brasileiro seria o gaúcho disciplinado pela cultura da vontade. A sua altanaria, o seu desempenho, ou seus lances cavalheirescos, são belos e magníficos. Equilibrados pela educação, regulados pela civilidade, dirigidos por homens moderados, neutralizadores da belicosidade instintiva, os seus ímpetos podem ser transformados em grandes fôrças benéficas e generosas, como a eletricidade, que fulmina no raio, se transforma em energia que move as máquinas e em luz que ilumina as cidades. As fôrças morais obscuras de que resulta, na treva da ignorância, um degolador, um dêsses caudilhos desassombrados e sinistros, são as mesmas que, regularizadas pelas turbinas do coração e do cérebro, podem fornecer ao país, como expressões da vontade enérgica, um Osório, um Silveira Martins, um Borges de Medeiros, um Pinheiro Machado. E' do carbono, trabalhado nos laboratórios da natureza, que sai o diamante.

O sr. Álvaro de Alencastre pensa, evidentemente, assim. Êle acha, como toda gente, que o ânimo combativo do rio-grandense deve ser modificado e não destruído. Ê um rio de águas virgens que, correndo na serra, do alto da qual se precipita com estrondo, deve ser canalizado, retificado no seu curso, para enriquecer a paisagem, des-sedentar os pássaros, regar os prados e amadurecer as sementes. De repente porém, o autor, sem querer, trai a sua origem. E faz, animado, com entusiasmo, a apologia das revoluções! Acha êle, por exemplo, que o Uruguai lhes deve, a elas, toda a sua prosperidade. “Serão as revoluções um desprendimento da atividade com benefícios para as liberdades públicas? — pergunta. — Serão um recurso legítimo de defesa social? Ou será melhor que a evolução na sua marcha segura e lenta prepare pacificamente a implantação das verdades destinadas ao triunfo?” E êle próprio responde: “Na América do Sul há um país que merece ser estudado pela situação de des-

taque que ocupa hoje. É o Uruguai. Nenhum país no nosso continente apresenta o mesmo progresso que o Uruguai. Por onde quer que se estude êsse país os resultados obtidos ser-lhe-ão realce de grande efeito. No mundo pastoril e agrícola, o Uruguai prima entre os que mais se distinguem. Os seus progressos são elevados, e não lhe conheço depressões.” E comenta: “Entretanto, nenhum país teve a sua vida tão agitada por questões intestinas. Nenhum conta como êle tantas revoluções. E que revoluções!? Em nenhum país a política faz correr tanto sangue como nos nossos vizinhos do sul. A última revolução foi feita em 1904. Daí para cá desapareceram as possibilidades de comoções internas, porque o país atingiu um nível moral e político muito elevado. Havia no Uruguai as mesmas condições de vida dos países limítrofes. Só existia um elemento de diferenciação: as revoluções. Chegou com êsse título a um elevado estádio de elevamento moral e político. Pergunto: como chegou

a essa situação? Qual o fator de diferenciação que êle teve e outros não tiveram? As revoluções”. E termina: “Somos obrigados a concluir que o sofrimento que por vezes assoberba os homens do Uruguai; o sangue abundantemente derramado na pugna em que se digladiavam os dois partidos históricos; os sacrifícios de tantos anos e as perdas de tantas vidas preciosas, foram as piras em que se sacrificaram à Pátria os filhos, que se deram em holocausto”.

O autor mostra-se, assim, contraditório. Como observador imparcial, como testemunha das cenas de sangue e dos espetáculos espantosos que se desenrolaram nas últimas guerras civís, é êle favorável à paz fecunda dos povos; mas o sangue do antepassado belicoso ferve nas suas veias; e ei-lo, gaúcho de boa têmpera, herdeiro do índio, do espanhol e do bandeirante, prègando como remédio aquilo que constituiria, em outras circunstâncias, aos seus próprios olhos, a maior das calamidades!

As suas reflexões sôbre êste ponto merecem, mesmo, comentário especial. As revoluções não foram, jamais, entre povos republicanos, fator de aperfeiçoamento humano. *Pax aluit vites, et succos condit uvæ*, dizia Tibulo. E o que a experiência tem demonstrado depois dêle, é que as lutas armadas, mesmo as mais felizes e justas, constituem, sempre, um recuo na marcha dos povos que a elas se entregam. E se o Uruguai tem prosperado, desenvolvendo a sua riqueza e aperfeiçoando as suas instituições, isso não demonstra, positivamente, que as guerras civís tenham sido fator de progresso, mas, apenas, isto: que a sua vitalidade é tão forte, e tão fecunda a sua capacidade de organização e de trabalho, que o povo uruguaio tem progredido apesar, mesmo, das revoluções. Acaso tem prosperado e enriquecido, com elas, a Bolívia, a Colômbia, a Venezuela? Fossem as revoluções um elemento de civilização, e o Paraguai estaria, moral e econômicamente, acima da Suíça, Portugal acima da Bélgi-

ca, e a Holanda, e a Inglaterra e o Canadá, abaixo do Equador, da Nicarágua, do México, ou do Perú.

Quando o sr. Artur Bernardes assumiu a presidência da República em 1922, forneceu à imprensa uma entrevista em que havia, entre outras observações agudas, esta, profundamente sensata:

— “As revoluções são absolutamente injustificáveis nos países como o nosso. Elas são explicáveis, talvez, entre povos sujeitos ao regime monárquico, os quais se vêm constrangidos a sofrer a tirania de um homem por tempo indeterminado, urgindo, por isso, pôr-lhe um termo violento. Nos países em que o homem de govêrno tem um prazo fatal para deixar o poder, os movimentos contra êle não se justificam, mesmo porque os efeitos dêsses movimentos são tão nocivos ao progresso material e moral, que, pode-se dizer, o peor dos governos durante um quadriênio, causa menores males do que a mais feliz das revoluções”.

Essa opinião, que é aquí reproduzida por alto, e não literalmente, representa, apenas, a modernização de uma das máximas de Tácito, dirigida ao povo romano. *Bonos imperatores voto expetere, qualescumque tolerare*, — recomendava o historiador. E êsse deve ser o objetivo do povo brasileiro, de norte a sul: esforçar-se, dentro da ordem, para dar ao país bons presidentes e suportar com paciência os maus, porque êles não serão eternos.

A ordem, pois, antes, e acima de tudo. Ao contrário do que supõe o sr. Álvaro de Alencastre e imaginava, para efeito literário, Paul Saint-Victor, quando afirmava que “as nações tem crises de febre, em que o sangue infla as veias para sair e aliviar o doente”, as lutas armadas não são um benefício, um remédio, uma proveitosa medicina de resultados imediatos ou remotos. Nas cargas de cavalaria de irmãos contra irmãos, tão celebradas, hoje, pelos espíritos em que a paixão obscurece o sentido da própria responsabilidade, os que lucram

não são, jamais, os partidários do governo ou os da revolução.

Os triunfadores, nas contendas fratricidas, são, sempre, e unicamente, os quatro Cavaleiros do Apocalipse.

CAXINGUELÊ (1)

EMILE Faguet, em um estudo sôbre a vida amorosa de Sainte-Beuve, assinala como um traço da galanteria do velho príncipe da crítica francesa, a atenção por êle dispensada aos livros que traziam uma rubrica elegantemente feminina. E' o galanteador, nem sempre bem sucedido, que inspira o escritor de alta autoridade, influenciando para que êste empreste relêvo a criações medíocres, do punho delicado e claro de formosas mulheres da época. Daí, encontrarmos na sua obra, ao lado de estudos sôbre George Sand, Marcelline Desbordes Valmore e Mme. Emile de Girardin, para não falar das prestigiosas figuras dos séculos XVII e XVIII cuja glória risonha o seu talento restabeleceu, páginas enaltecen-

(1) CARMEN UNZER — *Caxinguelê* — Est. Gráfico Irmãos Ferraz. — S. Paulo, 1929.

do nomes insignificantes que o Tempo, o eterno Cronos do símbolo grego, mostrou ao mundo, e devorou.

Sociedade em formação, senão em desagregação antes de constituída, a nossa está livre, ainda, dessa influência das mulheres sôbre o espírito crítico dos homens de letras. A falta de salões, centros de cultura mundana e literária onde se ponham em contacto as inteligências estudiosas, facultada a cavalheiros e damas, às senhoras que escrevem e aos escritores que analisam o que elas produzem, maior liberdade de criação e de exame. Em compensação, o exercício da crítica se torna mais difícil, exigindo maior perspicácia e reflexão. O conhecimento pessoal do autor auxilia a compreensão da obra que êle realizou. Se para os banqueiros, a posse da moeda gravada dispensa o conhecimento da mina de que o ouro proveio, para o crítico é de importância considerável, às vezes, para julgamento do romance ou do poema, uma informação sôbre o espírito que o concebeu. Conta-se de

Mme. de Warens, a cuja porta Jean-Jacques foi bater num dos dias mais terríveis da sua vida, que ela não provava, jamais, um fruto exótico sem tomar informações seguras sôbre a natureza da árvore. E' dêsses informes que, em virtude da dispersão que caracteriza a atividade brasileira neste momento, o crítico não pode dispor, no Brasil, ao exercer a sua profissão, ou se me permitem o vitupério e a frase feita, o seu ingrato sacerdócio.

E' essa incógnita que apresenta, pelo menos aos meus olhos e ao meu entendimento, êste livro de mulher, a que a autora deu o título de *Caxinguelê* e apresentado ao público, em prefácio discreto, pelo sr. Basílio de Magalhães. "Creio que é a primeira novela didática sôbre a agricultura que se imprime no Brasil" — diz êste. "Num país essencialmente agrícola, — adianta, — destina-se, indubitavelmente, a substituir com vantagem os áridos folhetos de propaganda oficial, que quasi ninguém lê. A nossa gente da roça, tão mal ou nada alfabetiza-

da ainda, gosta de poesias românticas, de lendas românticas, de romances bem românticos. Inculcar-lhes no espírito rude o amor à terra e os melhores métodos de lavoura, por meio de uma obra dêste último gênero, foi o que visou, patrioticamente, Dona Carmen Unzer". E conclue: "Estou que ela atingiu a êsse meritório objetivo".

A novela da nova escritora brasileira é, na verdade, a história de um latifúndio agrícola, a fazenda do "Cedro", que perecia pela inaptidão dos seus proprietários tradicionais. Pertencente à velha família Durão, esta desconhecia inteiramente os modernos métodos de cultura, limitando-se a plantar café, sacrificando as matas, que iam rareando, para as plantações novas. A gleba cansada, era transformada em pasto. E, assim, ia se fazendo o Deserto inútil onde, outrora, frondejavam grandes árvores verdejantes. O homem trabalhava, lutava, regava o solo com doze horas de trabalho manual, preso ao cabo da sua enxada; mas a terra, sem adubação convenient-

te, não correspondia ao seu apêlo generoso. Entre os produtos humanos da fazenda havia, porém, uma jovem mulata, filha de antiga escrava, que se encarregava dos serviços culinários. Chamava-se Basília. Cobiçada por um português, casa-se com êle, e nasce-lhe um filho, que vem ao mundo, todavia, alguns meses após a morte do pai. Êsse rebento moreno, que o sr. Basílio de Magalhães indevidamente denomina “moleque”, recebe na sacristia o prenome de Clemente, na família dos patrões o nome de Clemente Durão, e, na cozinha, o apelido de “Caxinguelê”. E’ êsse “Caxinguelê” o herói da narrativa, que, como se vai ver, é ingênua e singela.

Vadio, irrequieto, mas inteligente, chega o pequenote aos doze anos, analfabeto como os bois, as cabras, e as demais criações da fazenda. E é quando alguém se lembra, mais como um castigo das suas tropelias do que com a idéia de um benefício, de interná-lo no patronato agrícola que funciona em um dos municípios pró-

ximos. Às primeiras lições práticas de agricultura, compreende o menino o atraso da vida e dos processos vigorantes na propriedade em que nasceu e se criou. Toma gosto pelo estudo e, em particular, pelas demonstrações nos campos experimentais. E de tal maneira que, no fim do ano, ao regressar ao "Cedro" para as férias, pode, já, despertar nos donos da fazenda, e nos seus agregados, o interêsse pelo trabalho racional. Ensinando o reaproveitamento das terras com adubos naturais que eram desprezados; descobrindo fontes de economia com a prática da policultura; mostrando, enfim, a cada trabalhador os métodos que aprendera no patronato, "Caxinguelê" consegue transformar a velha propriedade agonizante em um grande centro de vida, em que reinam a fartura e a saúde e, como consequência, o contentamento, que é a flor viva da árvore da felicidade. Nas terras devastadas pelo café, a cana e a bananeira cruzam, agora, as suas espadas verdes, em duelos alegres, que o vento apadrinha. O milha-

ral sacode, no alto dos morros, o penacho do seu corpo de lanceiros. Abelhas zumbem ao sol, fazendo de cada cortiço uma caixa de jóias. A laranjeira arranca do fundo da terra, com os dedos das raízes, redondas pepitas de ouro, para oferecer aos homens, na ponta vadia e buliçosa dos ramos. E em baixo, na margem do rio, é o arrozal apendado, estendendo-se a perder de vista, como um imenso tapete viridente, de que são enfeite, em toda a extensão, miúdos arabescos dourados.

Enquanto se realiza êsse milagre do trabalho na fazenda do “Cedro”, o município de “Campo-Formoso”, em que se acha ela situada, prospera também. Um jovem médico, servido por uma cultura nobremente orientada, o Dr. Orozimbo, prevalecendo-se da sua profissão, faz-se eleger Prefeito, derrotando num pleito livre, os velhos políticos profissionais. A atividade partidária cede o passo à operosidade administrativa. E êsse pedaço do Brasil, — mais um, — ressurge para a vida intensa e fecunda, retri-

buindo no beijo das searas, e nas bênçãos da riqueza, o que o homem lhe dá em boa vontade, em suor e em inteligência.

Seria desnecessário, evidentemente, encarecer a utilidade do tema explorado pela sra. Carmen Unzer e, ainda mais, a sua oportunidade. A volta ao campo, que constituiu o objetivo de toda uma literatura vigorosa no princípio do século, que inspirou a Zola, *Fecondité* e *La Terre*, a René Bazin *Donatienne*, a Verhaeren *Les villes tentaculaires*, e que Tolstoi transformou em humano e glorioso apostolado, está se tornando, para nós, uma urgente e imperativa necessidade. E' preciso convencer as novas gerações brasileiras que não há prosperidade possível, nem riqueza segura, onde os homens desprezam a terra. Para o espírito inteligente, servido pelo braço trabalhador, não há gleba inútil ou, mesmo, fatigada, que não renasça e se revigore. Em 1789, nos dias vermelhos da Revolução, os campos de sementeira estavam, na França, de tal maneira cansados, que o trigo não

rendia mais de cinco por um. Foi por essa ocasião que um convencional de nome Guffroy, teve uma idéia que mostra, episòdicamente, o verdadeiro estado de desespero da época e, não menos, a mentalidade reinante. O país possuía, então, vinte e cinco milhões de habitantes, mas só lhe era possível, pela pobreza e abandono das terras, assegurar a subsistência a cinco milhões. Que fazer, nessa emergência?

— “Massacremos vinte milhões! A França está povoada demais!” — propõe Guffroy, na tribuna, e sustenta, no seu jornal.

Esse episódio, que vem narrado por Charles d’Hericault em *La France révolutionnaire*, deixa entrever o que eram, para o homem, o problema do pão, e as noções, então vigorantes, da capacidade produtiva do solo. Há cinco ou seis anos foi aberto pelo govêrno francês um inquérito para servir de base à história agrária do país. E apurou-se que há famílias, alí, que vivem do mesmo pedaço de terra, sem o alienar ou

mudar de profissão, há mil e duzentos anos, isto é, desde o período carlovíngio!

A base dos nossos êrros em matéria de agricultura é constituída, todavia, no Brasil, por três inconvenientes: a extensão do território, a migração para as cidades e a legislação que regula a propriedade. Esgotada a terra, os antigos agricultores abandonavam-na, indo cultivar adiante. Faixas imensas do nosso litoral estão hoje em abandono. Distanciando-se das cidades litorâneas, centros consumidores ou controladores da produção, o produtor terá de pagar mais caro o que compra e entregar mais barato o que vende, para compensação das despesas de transporte. Dêsse primeiro inconveniente decorreu, e decorre ainda, o segundo. Educado nas capitais, o filho do fazendeiro, ou do agricultor, diplomado em medicina ou em direito, não se conforma com a sentença de ficar enterrado vivo, indo residir a duzentas ou trezentas léguas dos lugares a que se habitou, e de que o separam, pela migração constante para a re-

gião das terras frescas, outras tantas léguas de deserto. A má distribuição da riqueza, a manutenção de um regime econômico verdadeiramente medieval, completa o quadro alegórico do nosso primitivismo agrário.

Felizmente, está se verificando, já, uma reação salutar contra êsses erros que hábitos seculares vinham consagrando. A exploração de fosfatos em São Paulo determinou, alí, o reaproveitamento das terras abandonadas. Onde medravam as ervas rasteiras e sem préstimo, alinham-se, hoje, os laranjais, os parreirais, os algodoais, e, mesmo, os cafezais, cuja cultura retorna para sueste, com o auxílio da gleba ressuscitada. Culturas novas surgem, e prosperam. E era a continuidade dêsse milagre que eu sonhava há três meses, quando, de regresso de São Paulo e das suas grandes lavouras, via, de olhos fechados, as terras nuas do Estado do Rio de Janeiro se transformarem em pomares infindáveis, em searas múltiplas e fecundas, restabelecendo, com o tra-

balho livre, a riqueza e a alegria que desfrutaram no tempo do trabalho escravo. Grande parte dessa riqueza não será porém, nossa, nem dos nossos filhos, isto é, dos homens da nossa estirpe. Em suas notas de viagem à América do Sul recentemente publicadas, conta o chefe socialista Emile Vandervelde que, na sua visita ao interior de São Paulo, foi hospedado em uma fazenda magnificamente montada para o trabalho, em que tudo revelava prosperidade e fartura. Recebido por um italiano forte e inteligente, perguntou-lhe se era êle sócio ou proprietário.

— Não, senhor, — respondeu o interpelado; — eu sou o administrador. O proprietário vive em París, e só aparece aquí uma vez ou outra, assim mesmo rapidamente.

E como quem conhece o valor da operosidade contínua e da comunhão com a natureza generosa:

— Isto aquí é um Paraíso; mas, como o senhor vê, está sempre deshabitado!

Vandervelde assinala, porém, o que se vai verificando: abandonada a terra pelos seus donos aristocráticos e tradicionais, dá-se a ascensão de outra camada, a dos trabalhadores, dos que se afeiçoaram à gleba pelo contacto constante. Foi isso que se verificou em São Paulo. Proprietárias de grandes latifúndios, as famílias que vieram da monarquia entregaram a gestão das suas fazendas a administradores italianos, chegados como colonos. Êsses administradores enriqueceram, adquiriram as propriedades aos seus antigos patrões. Tornados, por sua vez, patrões opulentos, vieram para a capital, formando aí a actual aristocracia das finanças. Amanhã os seus administradores, novos colonos, farão com êles o que êles fizeram quando administradores. E a vida continuará com o seu ritmo, transformando antigos imigrantes em proprietários rurais, os proprietários rurais em fidalgos urbanos, e os filhos dêsses fidalgos, doutores ou políticos, em parasitas citadinos. *Mihi heri, et tibi hodie.*

E' verdade que o livro da sra. Carmen Unzer é animado de um excessivo optimismo. Se as dificuldades não são irremovíveis como propalam, desculpando-se, os amigos da rotina, as facilidades não são, igualmente, tamanhas como imagina a esforçada propagandista da vida rural. Os inimigos da nossa prosperidade agrária são mais numerosos e temíveis do que supõe o seu louvável patriotismo. As saúvas não acabam nos buracos da terra como acabaram nas páginas do romance, nem se consegue transformar, na realidade, uma população de caboclos rotineiros em um punhado de homens diligentes. E' Lima Barreto que, em um dos seus romances, *Numa e a Ninfa*, tem um personagem que faz o elogio negativo da nossa agricultura. E' o russo Bogoloff, aquí chegado como imigrante e que seguira para o interior. "Bogoloff plantou milho, — conta o romancista, — e fez uma horta em que semeou couves, nabos, repolhos. Veio o milho rapidamente, mas as espigas, quando foram colhidas, estavam meio roídas pe-

las lagartas; a horta deu mais resultado; a rêsca e o piolho porém estragaram grande parte dos canteiros. Tentou outras culturas, a do trigo, a batata inglesa, mas não deram cousa que prestasse. Deitou-se, enfim, com afinco, à cultura do aipim, da batata doce, da abóbora, e mais não fez senão pedir à terra êsses produtos quasi espontâneos e respeitados pelos insetos daninhos". Um outro romancista, portugûês êste, o sr. Ferreira de Castro, tem, idênticamente, no seu belo romance *Emigrantes*, algumas páginas depreciativas da nossa lavoura cafeeira, que considera excessivamente penosa pelo desbastamento contínuo das matas. Examinando lealmente o que escreveram um e outro, vê-se, apenas, que êles fizeram, não o retrato, mas a caricatura da terra e do esfôrço que ela exige. O ambiente, isto é, o sol e a humidade, que fazem crescer o milho e o café, é o mesmo que faz progredir a lagarta, e os madeiros da selva, que o colono tem de derrubar. A Natureza, quando dá seiva, é para todas as suas criaturas, sem

indagar se estas são inimigas ou aliadas do homem. Foi isso mesmo que Kipling assinalou nos subúrbios do Rio de Janeiro, ao registrar que o calor tropical que fazia crescer a flor e o fruto, dá desenvolvimento correspondente, em número e forma, ao mosquito e ao espinho.

Conviria acentuar, talvez, como um dos inimigos da nossa prosperidade agrícola, isto é, da nossa transformação em celeiro mundial de cereais, a situação geográfica que ocupamos no planeta. Nós estamos colocados, como se sabe, fora de todas as grandes rotas comerciais, ou, mais claramente, a grande distância dos mercados consumidores dos produtos agrícolas que ordinariamente cultivamos. O algodão, tem o seu concorrente no do Egito; o arroz, no da Índia; o cacau, no da Costa do Ouro; o açúcar, no de Cuba e de Sumatra; e o próprio café, no da América Central, — regiões que podem levar a sua produção aos pontos de aquisição sem fretes dispendiosos. Para concorrer com êles nos merca-

dos europeus ou norte-americanos, nós temos, pois, de produzir mais barato do que os nossos competidores, reduzindo no custo aquilo que vamos gastar no transporte. A Argentina faz, é verdade, grandes negócios com o seu trigo; mas os seus consumidores principais são os países sul-americanos, que ainda não produzem êsse artigo. A sua força econômica está, porém, na pecuária, que será privilégio, dentro de alguns decênios, dos povos que dispõem, como o nosso, de imenso território.

A agricultura é, todavia, de todas as ocupações do homem, a mais natural e agradável. Ela adoça o espírito e aperfeiçoa o coração. O contacto com as criações diretas e vivas da terra dá-nos uma sensação profunda de repouso, enchendo-nos a alma de suave apaziguamento. “A filosofia e a agricultura são os dois refúgios honrosos em que, se nós ainda somos enganados, não o somos pelos homens”, — dizia o príncipe de Ligne. E Jean-Jacques, após uma hora de confabulação com a natureza: “a agri-

cultura é a primeira ocupação do homem; é a mais honesta, a mais útil e, consequentemente, a mais nobre que se possa exercer". Isso explica, talvez, a alegria sábia e sincera com que Diocleciano preferia o cuidado do seu jardim e das suas alfaces, em Salona, a todas as honras e esplendores do seu império.

Todos os povos primitivos têm, sempre, o culto da terra fecunda. O mito de Deméter, que se transformou no de Ceres entre os romanos e que provinha, já, do de Isis, dos egípcios, é o louvor comovido do homem ao solo que lhe dá o pão. Conta-se que os figalianos, povo da Arcádia, tinha uma estátua de Deméter, que cultuavam por ocasião das colheitas. Era de madeira e, um dia, incendiou-se. Esquecida a tradição, a deusa abandonou a Arcádia. E uma grande fome assolou a região, que só se repovoou e refloresceu quando os homens restabeleceram o culto da divindade materna. O que êsse belo símbolo faz sentir e reconhecer, é que nenhum povo pode subsistir sem vida

agrícola. Anteus de nova espécie, êles, para se refazerem e perpetuarem, têm que tocar, não com os pés, mas com a bôca no seio imenso da Terra. Para perpetuar êsse culto na sua forma prática e inteligente, Catão escreveu o seu tratado *De agricultura*. E não era sem conhecimento da vida áspera, e das doçuras da atividade rural, que Xenofonte considerava a agricultura “a mãe de todas as indústrias”.

A pequena e ingênua novela da sra. Carmen Unzer não é, sem dúvida, obra de alta e cuidada literatura. Mas é um livro que convém à sua finalidade, isto é, destinado a ser entendido, e aproveitado, pela gente simples, ainda não intoxicada pelo vinho capitoso e letal da vida urbana. “Creio impossível atingir-se a maior clareza e simplicidade de linguagem do que as revelada por ela” — diz o prefaciador, referindo-se a determinada passagem da narrativa. E essa singeleza é um dos maiores méritos da escritora e da obra, no momento em que, mesmo na literatura didática, essa virtude vai

desaparecendo, para dar lugar ao estilo precioso e, não raro, ridículo. Eu não creio, entretanto, que o seu trabalho de evangelização consiga alguma coisa nas cidades, principalmente no Rio, onde a urbanização da vida feminina, é, de ordinário, a consequência de um fenômeno econômico irremediável. Antigamente, a dona de casa, e as suas filhas, podiam cuidar do seu pomar, da sua horta, do seu aviário, das suas abelhas. Cada casa possuía ao lado ou ao fundo um terreno vasto, que se plantava e cultivava. Hoje, isso desapareceu. O quintal é dependência da moradia que a vida moderna suprimiu. Daí, ser a existência, nos termos recomendados pela autora, uma regalia suburbana, ou provinciana, pois que o império doméstico do homem e da mulher vai-se limitando, cada vez mais, à circunferência do seu telhado.

O trabalho da sra. Carmen Unzer pode servir, não obstante, a alguns milhões de brasileiros do interior, que ignoram, ainda, as cousas proveitosas que ela ensina e reco-

menda. As lições de agricultura prática espalhadas por todo o livro, revelam, na autora, um espírito agudo e um sentido surpreendente de observação. Os personagens que movimenta, mesmo os mais rudes, são, todos, de índole bôa e mansa. “Está demonstrado pela experiênciã dos séculos — escreveu Gogol, nas *Almas Mortas*, — que, na condiçã de agricultor, o homem conserva a sua alma sempre mais pura, mais simples, mais bela, e mais nobre”. *Caxinguelê*, com o seu pequeno mundo, procura confirmar essa velha e louvável convicção.

A nova escritora merece, dessa maneira, os mais vivos encômios pelo pensamento patriótico e honesto que inspirou o seu livro, e pela felicidade com que o realizou. “A novela da D. Carmen Unzer, consoante com o que sinceramente penso, — declara o sr. Basílio de Magalhães, — merece mais do que o favorável acolhimento dos que apenas se interessam platônicamente pela séria instrução do nosso povo: merece, principalmente, ser adotado em todas as escolas

públicas do Brasil". Eu acredito que, na verdade, seria proveitosa a sua divulgação nos estabelecimentos de ensino primário e, mesmo, secundário, senão como obra de programa, pelo menos como livro de prêmio. E, ainda entre os exilados, como eu e, como eu, filhos de sertanejos, que enchem as cidades tumultuosas e que, por mais próspera e generosa que lhes tenha sido a vida, não deixam, às vezes, de repetir, sòzinhos, nas horas de recolhimento, aquela miúda lágrima que se cristalizou no diamante dos quatro versos de Horacio:

*Beatus ille, qui procul negotiis,
Ut prisca gens mortalium,
Paterna rura bobus exercet suis,
Solutus omni fenore!*

VI

ESSAS ALMAS INQUIETAS... (1)

O sr. Jaime Cardoso, que é um dos espíritos mais claros e curiosos da nova geração de escritores brasileiros, tem dado, já, eficientes provas dos seus talentos publicando na imprensa diária pequenos estudos críticos, e comentários inteligentes sobre homens e acontecimentos da vida universal. Por êsses escritos esparsos, adivinhava-se, nele, um analista sereno, e, sobretudo, um estudioso paciente, formiga do mundo das idéias a abastecer diligentemente o seu celeiro. E quando se esperava que estreasse no livro com um volume de ensaios, eis que êle nos aparece com um romance, como se quisesse fazer da sua vida, desde o início, uma dessas caixas de surpresas em que, apertado um botão, o macaco

(1) JAIME CARDOSO — *Essas almas inquietas...* — Rio de Janeiro, 1930.

sai por um lado quando a criança espera que êle apareça pelo outro. E como romance, o livro do sr. Jaime Cardoso é, ainda, uma surpresa.

O romance, variando embora com a moda, que é caracterizada pelas escolas literárias — expressões metódicas das orientações estéticas ou filosóficas — teve sempre um ponto invariável, que é o seu contacto com a vida. Mesmo do romance fantástico, se exigiu, sempre, para que pudesse interessar, que êle tivesse contacto com a realidade. “A História é o romance que foi; o romance é a História que pode ser”, — definiu alguém. E essa definição revela tudo que se exige do romancista, qualquer que seja a escola a que êle se filie. Balzac procurou fixar as miúdas misérias da existência humana, descrevendo os atos banais de cada dia, os quais, reunidos, compõem, como num *puzzle*, o conjunto da vida burguesa. Zola foi o artista que estudou o homem anormal, o animal afastado do seu rebanho, analisando, nele, a evidente herança do bruto.

Bourget, estudando com o microscópio as oscilações secretas do sentimento, preparou o caminho para Proust, na França, para Bely, na Rússia, para Henry James, na Inglaterra, e para Joyce, nos Estados- Unidos, os quais, voltando os olhos para dentro de si mesmos, passaram a ser os romancistas dos dramas e das paisagens interiores, estendendo fios de ouro e sêda para deter o voo do pensamento. Tudo isso era, porém, a vida, surpreendida em alguns dos seus aspectos.

Foi de uma das margens dêsse rio largo, em que as águas mudam de nome, mas que são o mesmo curso continuado, que saiu o "romance-poema", de Gabriel D'Annunzio. Primeiro escritor a rebelar-se na Itália contra a perpetuação alí do período clássico, penetrara-se o autor de *Primo Vere*, imprevistamente, das idéias que eram sopradas sôbre a península por todos os ventos da Europa. Hugo, Baudelaire, Flaubert, Ibsen, Dostoiewski, Nietzsche e Tolstoi, foram camadas que se superpuseram

criando um solo novo e rico na geografia da mentalidade italiana. E êsse terreno é o talento de D'Annunzio, florescendo em romances que são opulentos poemas em prosa, e, substancialmente, mais poema do que romance.

O d'annunzianismo, não obstante o seu caráter puramente pessoal, e, quando muito, nacional, exerceu, contudo, no Brasil, uma influência apreciável. Mais acessível às palavras do que às idéias e animada de uma natureza superficialmente musical, a mentalidade brasileira admirou D'Annunzio antes de o ter compreendido, consagrando-lhe sacerdotes e altares.

O simbolismo, com o seu verbalismo característico, havia preparado o caminho para essa admiração. E o d'annunzianismo, penetrou nas letras brasileiras, onde não nos deu, entretanto, como obra considerável, senão a *Exaltação*, da sra. Albertina Berta. E', assim, com espanto que se vem descobrindo no sr. Jaime Cardoso um d'annunziano, dando-nos a idéia de um sol-

dado que, desaparecido quando marchava para o campo de batalha, saísse desassombradamente do mato dois meses após a passagem do batalhão.

O livro do sr. Jaime Cardoso é, na verdade, um puro romance d'annunziano ou, mais claramente, é mais um poema do que um romance. Os personagens que movimentaram-se, pode-se dizer, das páginas suntuosas do mestre, onde se achavam ameaçados de sufocação porque ninguém os abre, para vir refugiar-se nas do discípulo, na esperança de tomar, por um instante, um pouco de ar. Do seu entusiasmo pelo escritor italiano deixa, aliás, o autor de *Essas almas inquietas*, mais de uma declaração no seu romance ou, insisto, no seu poema. "*Il Fuoco... Il Fuoco* aproximava-o sempre da imagem de Veneza e da imagem de Eleonora, romance extraordinário em que a orgia se diviniza e os pecadores surgem santos de uma grande basílica infernal", — escreve, ao conduzir um dos seus personagens à biblioteca. E logo, em segui-

da: “Homem de sangue luciferino, cheio de germes diabólicos e pequenos infernos em cada célula, D’Annunzio representara em fugidos tempos a maior sensação literária do seu temperamento, e a mais alta inquietação do seu entusiasmo de viver. Lembrou aquele retrato de um Montaga que as *Vergini della Rocce* ostentam na sua galeria terrível, fisionomia donde brotava, num grande fluxo febril, o estímulo para êsse difícil auto-domínio de ser em si”. O drama, entretanto, não tem a intensidade daquelles que fizeram a glória do autor das *Novelas de Pescara*. E’ um livro em que entram apenas seis personagens, dos quais três, unicamente, se movimentam e agem. Escultor viajado, Mário regressa para o Brasil, onde monta um “atelier” como êsses que vemos nos “films” americanos, e encontra aquí Maria Clara, sua companheira de infância. Solteiros um e outro, amam-se e podem constituir legalmente a família. O destino tem, todavia, os seus caprichos, e lavra um decreto de interdição. Êste sur-

ge brutal, imprevisto, inesperado. Servida embora, segundo nos instrue o autor, “de uma cultura original e forte”, saturada de Marco Aurélio e de filósofos, que, à luz do seu entendimento, “pareciam transformar a ostentação granítica da lógica num gesto marmóreo de serenidade sensível”, a moça brasileira possui um subconsciente místico. Certo dia, adoece-lhe a velha mãe. A medicina desengana a enferma. E é quando Maria Clara, num momento de alucinação, faz o mais absurdo e desesperado dos votos: promete a Deus acabar com o seu noivado, e não consagrar mais a nenhum homem, no mundo, sua vida e o seu coração.

Desobrigado dêsse compromisso, o escultor atira-se à vertigem da vida mundana, na qual encontra Maria Helena, boneca viva que conhece, instintivamente, o valor da mocidade e da beleza. Ficam noivos, com toda a liberdade dos noivos modernos. Isso não impede, todavia, que o escultor desfrute como outrora a intimidade lírica e, mesmo, alguns beijos místicos de Maria Clara,

a qual continua a manter sôbre o seu espírito uma suave tirania, que equilibra, em parte, o prestígio imperioso que exercem sôbre a sua carne as formas impecáveis de Maria Helena. Prazeres concedidos por adiantamento, e naturais em temperamentos que se equivaliam, apressaram o casamento de Mário com esta última. E Maria Clara embarca para a Europa, ignorante, parece, daquela sabida máxima do velho La Rochefoucauld, segundo a qual a ausência põe termo a pequenas paixões e aumenta as grandes, à semelhança do vento, que apaga a chama das velas e faz crescer a das fogueiras.

O casamento de Mário e Maria Helena é, porém, de corpos, e não de almas. São temperamentos que se completam, luxúrias que se diluem uma na outra. Amantes quando noivos, supunham, ambos, que a felicidade estava na realização permanente e legal daquilo que faziam intermitentemente e fora da lei. “Há duas maneiras de ser feliz, — avisa Pierre Louys, na sua *Aphrodi-*

te; — uma, é desejar o que não se tem, e outra, possuir o que se desejou”. E conclue: “L’amour commence par la première, et c’est par la seconde qu’il s’achève, dans le cas le plus lamentable, c’est-à-dire dès qu’il réussit”. O novo casal confirmou, apenas, a regra. Ao fim de alguns meses estavam enfiados um do outro, pagando o frágil encanto do prazer com o castigo permanente do aborrecimento. Esgotado e sem incentivo intelectual para a sua arte, o escultor esquece a oficina, deixando os trabalhos inacabados. A lembrança de Maria Clara, reavivada pelas cartas torturadas que lhe ela escreve da Itália, é motivo para o seu crescente horror à mulher. Até que, rebelando-se esta com o desprêzo do marido, abandona a casa levando o filho que lhes nasceu e readquire, pelo divórcio, a antiga liberdade.

O regresso de Maria Clara, que chega da Europa, não representa, porém, para o artista, a salvação que êle sonhara. A ausência da espôsa, que lhe saciava os senti-

dos dói-lhe mais fundamente que a da antiga noiva, que lhe contentava o espírito. Tendo Maria Helena em casa, ao alcance do seu desejo, tinha o pensamento em Maria Clara, que se achava longe; afastada a primeira, e tendo a segunda agora à sua espera pelo repúdio do voto antigo, não pensa senão naquela que perdeu. Tântalo humano e novo, só estende o braço para o fruto que lhe não está ao alcance da mão... Livre e moça, mariposa de asas de sêda, a antiga espôsa do escultor fulgura, agora, pelos salões da cidade, em busca de emoções novas, tornando mais fundo, com o espetáculo da sua beleza e dos seus ademanes voluptuosos, o sofrimento surdo daquele que a abandonou.

Mário tem um amigo, Alberto Seixal, celibatário e mundano, que, pintor de profissão, tem vida de príncipe, com salões abertos à sociedade e que supõe, parece, que o dia foi feito para o homem perseguir a mulher e a noite, apenas, para os reunir no mesmo leito. É a êsse amigo que o escul-

tor confia a missão diplomática de reatar o laço matrimonial, visitando Maria Helena, na casa dos pais, com os quais voltara a viver. Seixal faz a visita. Encontrando, porém, Maria Helena no parque, em indumentária mais ou menos doméstica, surpreende-lhe a beleza do corpo denunciada pelo sol na transparência do vestido caseiro, e reflete que ela nasceu mais para amante sua do que para espôsa do outro. Volta, assim, da embaixada sem haver tratado do assunto. E encerra-se aí, se me não engano, a primeira, ou a segunda, das três partes do livro.

A obsessão de Mário passa, daí em diante, a ser a reconquista da mulher. Encontra-se com ela frequentemente nos salões de luxo e, cada vez, é maior a saudade do seu corpo, do seu beijo, das suas carícias desordenadas. Nenhuma outra encontrou, não com a sua alma, que era vulgar, mas com uma carne que tivesse os venenos e perfumes da sua. Ela subiu para Petrópolis, êle também. Aí, Seixal, na qualidade de me-

lhor amigo, procura fazer-lhe concorrência na conquista da Maria Helena, conseguindo, apenas, alguns beijos doidos. Mário tem, entretanto, direitos mais antigos; e, em uma festa em que se encontraram na serra, condú-la para um recanto de bosque, onde exerce furtivamente, na qualidade de amante, direitos que não quisera exercer, antes do divórcio, na qualidade de marido. E passam a viver assim, em encontros clandestinos, muito felizes, montando uma casa escondida onde vão praticar os mais extravagantes ritos do amor. Informada dessas particularidades, Maria Clara casa-se com um Flávio qualquer, que lhe aparece. E, com essa informação, termina o romance.

Ao chegar à última página de *Essas almas inquietas*, fica-se a perguntar se não há, porventura, no livro, uma tese contra o casamento legal. Tem a obra caráter de estudo psicológico expondo duas almas mórbidas do nosso tempo, ou de estudo social, denunciando os inconvenientes de uma instituição, como corrosivo da felicidade indi-

vidual? E' difícil definir, pela obra, o pensamento do autor. Se foi pensamento seu — e a hipótese está mais de acôrdo com um d'annunziano puro, — exaltar dois egoístas em conflito com a sociedade, deve êle estar certo de que os seus heróis só poderiam ser tolerados em um ambiente do qual tivessem desaparecido os velhos sentimentos que constituem a dignidade humana. E se a sua idéia foi demonstrar, mais uma vez, que o casamento mata o amor, o esfôrço foi excessivo em relação à conclusão a que chegou.

Sôbre êsse tema existe, na verdade, toda uma vasta e complexa bibliografia. Em nossa literatura mesmo há um romance versando a matéria. E' o *Livro de uma sogra*, de Aluísio Azevedo. Êsse é, sabem quantos o leram, a história de uma experiência nesse terreno móvel, em que ainda ninguém construiu. Infeliz no casamento, apesar de terem, ela e o marido, virtudes e pecados suficientes para viverem venturosos e alegres, chega D. Olímpia à conclusão de que todos os desastres da vida conjugal proce-

dem da intimidade. O convívio diário, os encontros a todo o instante, o sono no mesmo leito, o espetáculo do mau humor de um e de outro, — tudo isso, no seu caso, acabou na separação, pela impossibilidade da harmonia com a vida em conjunto. Senhora inteligente, D. Olímpia fez como êsses indivíduos que deixam aos médicos o seu cadáver, para que êles estudem nas suas vísceras o meio de salvar os doentes futuros: descreveu as misérias da sua vida matrimonial, e, para evitar que a sua filha Palmira tivesse igual desilusão, cedeu a mão desta em casamento a um moço que lha pediu, mas com a condição de viverem separados, cada um na sua casa e, mais ainda, em bairros diferentes. Os encontros do casal seriam os suficientes, apenas, para impedir o desaparecimento da espécie humana, pois que, segundo a sua teoria, a fatura, no estômago e nos sentidos, é uma das determinantes do fastio e, concomitantemente, da repugnância.

Analisando êsse livro de Aluísio Azevedo nos seus *Estudos de literatura brasileira*, cita José Veríssimo, a propósito, a ancianidade do tema, transcrevendo um trecho de Vieira, no sermão da degolação de São João Batista. “O trato doméstico e comum de todos os dias, — brada o prègador, — descobre, pouco e pouco, os defeitos que causam o desagrado. O ser a mulher a mesma, sem a variedade que remediava o repúdio, é a ocasião do fastio. Enfastiavam-se os hebreus do maná, pôsto que continha todos os sabores, porque sempre viam o mesmo... A união que ao princípio do matrimônio eram cadeias de ouro, continuadas as faz o tempo de ferro”. E Veríssimo comenta, referindo-se à tese do romancista: “Um descendente espiritual dos inexcêdíveis psicólogos da Igreja, o padre Antônio Vieira, uma das almas mais curiosas e mais interessantes da raça portugueza, formulou-a quasi duzentos e cincoenta anos antes do sr. Aluísio Azevedo”. O Mário e a Maria Helena do sr. Jaime Cardo-

so não podiam, aliás, figurar na demonstração de uma tese dessa ordem, a não ser que o autor a estabelecesse unicamente em relação aos indivíduos mórbidos, anormais, a cuja família pertencem êsses dois personagens. Casaram-se, os dois, por sensualidade, por uma grosseira atração sexual, e não por amor, que é sexualidade, mas depurada e cristalina. Dominados pelos sentidos, vivendo por êles e para êles, era natural que se não pudessem circunscrever às leis fundamentais das sociedades bem constituídas, em que os prazeres honestos são comprados ao preço de muitas renúncias. O sr. Jaime Cardoso seria mesmo injusto com a sociedade brasileira do nosso tempo, se tivesse tentado resolver êsse problema com o auxílio, apenas, de algarismos tão baixos. Estabelecer uma tese social com o seu Mário e a sua Maria Helena, equivaleria, positivamente, estudar o desabotoar dos crêsantemos na eclosão clandestina dos cogumelos.

Acentua a minha opinião de que o autor não fez, ou tentou fazer, no seu livro, um estudo social, a circunstância de não figurar, nele, um tipo, sequer, que nos seja familiar. Aqueles artistas apolíneos instalados suntuosamente, — aquele escultor que vive no meio dos seus mármores e aquele pintor que abre os salões à alta sociedade, — não são nossos, nem poderiam prosperar no ambiente pesado da atualidade brasileira. Nossos pintores e escultores passam vida magra, moram nos subúrbios, e só não pintam fachadas de casa ou fazem pote de barro porque o brio pessoal lhes não consente. Mário e Alberto Seixal são puros frutos de imaginação, e vieram, possivelmente, de alguma página exótica, animada pela megalomania d'annunziana.

Falhassem, porém, todos êsses comentários e conclusões, e militaría ainda em favor do meu ponto de vista, isto é, de que se trata mais de um poema do que de um romance, ter o autor interpretado muito estritamente a definição de Anatole France,

quando êste diz que “le roman est le poème qui se lit, comme le poème en vers est le roman qui se chante”. Efetivamente, desde o suntuoso livro de estréia da sra. Albertina Berta, as letras brasileiras não têm uma obra de tanta opulência verbal. Artista original e novo, o sr. Jaime Cardoso procura dar às paisagens, e aos ruídos, e aos perfumes, as nuances mais sutís e imponderáveis, recorrendo a imagens, que já são imagens de imagens, quando não encontra o vocábulo direto que o pensamento reclama. Para dizer, por exemplo, que Mário e Maria Helena se curvaram sôbre o leito do filho enfêrmo, escreve: “Aspiraram ambos êsse rude perfume de febre que parecia colorir os vidros abafados na penumbra. Sôbre o estalhaçado ardor das janelas, palminervando de grânulos mornos os caixilhos flocados de sangue, o sol repasava a derradeira mancha inquieta da tarde. Pequenas estrêlas corpusculavam na ardência fôfa e líquida das sombras. Dir-se-ia que vinha da tarde, a febre de Hido e

o seu corpito era uma gota de sol no horizonte interrogativo do destino". E uma página adiante: "Apenas a respiração de Hido parecia zumbir no silêncio longo e morto que a infinita gemação da tarde recobria de luz. No recôncavo quasi salitroso do horizonte que o sol vasculhava esbugalhado e atigado pela mole e arrefecida redoma de uma nuvem fresca, as côres poíam labelos e rebentos de um jardim nunca visto, surgido no céu. A cidade chalreava, arrastadas, para a noite, mil vozes bem unidas na impaciente e doentia apologética da sombra". E o livro é, quasi todo, escrito neste estilo, que dificulta, pode-se dizer, o movimento aos personagens.

Se há um gênero literário que requeira clareza estilística, êsse é o romance. O que nele mais interessa é o drama, é a ação, é a mecânica das figuras, e é preciso que o leitor não encontre no seu caminho os entaves de um vocabulário precioso. Acresce que o sr. Jaime Cardoso, mais poeta do que romancista, perturba os seus persona-

gens a cada momento, intercalando nos pequenos diálogos dêstes, derramadas descrições da natureza ambiente. O seu panteísmo é um dos grandes tropeços do livro. Referindo-se a Bunine, observa o sr. Wladimir Pozner, o mais recente historiador da literatura russa, que êste descreve no mar a côr de cada onda, e distingue, no espaço, a particularidade de cada perfume, indo buscar no vocabulário a expressão precisa, e bizarra, da sensação que essas cousas lhe deram. “Bunine reproduz em literatura, — diz, — o que fazia na sua arte Chichkov, o famoso pintor russo, o qual, nos seus quadros, pintava cada folha de uma árvore separadamente, esquecido de que, a vinte passos, um homem não pode distinguir êsses detalhes”. Essa preocupação da minúcia, que o obriga ao constante emprêgo de neologismos e redundâncias, manifesta-a, no mais alto grau, o jovem escritor de *Essas almas inquietas*.

Eu não sei se incorrerei em êrro anunciando uns acentuados traços de romantis-

mo no livro do sr. Jaime Cardoso. *Provin-*do de D'Annunzio, provêm-se implícitamente, de Hugo e de Chateaubriand. Um indício há, mesmo, na insistência com que o autor se refere a Sorrento, que é, como se sabe, a senha geográfica dos românticos. Todo o romantismo francês pôs em evidência, durante o seu meio século de preponderância, a pequenina cidade de Torquato Tasso. Lamartine, Hugo, Chateaubriand, Musset, tornaram-na, em prosa ou em versos memoráveis, a Meca dos sonhadores. E a devoção chegou ao Brasil. Gonçalves de Magalhães, na *A Confederação dos Tamoios*, canto VI, fala-nos na "saudososa Sorrento", e na *Urânia*, pág. 205, no "poeta imortal de Sorrento"; Castro Alves tem "o filho de Sorrento, que fita por um momento o Vesúvio aterrador", Luiz Guimarães Júnior consagra-lhe, mesmo, um soneto, em que celebra "as poéticas filhas de Sorrento", o qual se encontra nos seus *Sonetos e rimas*, pág. 208. Depois dêles, isto é, durante meio século, apenas dois escritores na-

cionais deram à pequena cidade do gôlfo de Nápoles a importância que os românticos lhe atribuíam, e que D'Annunzio tem procurado reconquistar para Pescara: o sr. Magalhães de Azeredo, que nos seus poemas de *Vida e Sonho* se refere, num alexandrino, “a Sorrento, Teheran, Guanabara e Stambul”, e, agora, o sr. Jaime Cardoso, que a recorda em dez ou doze passagens do seu livro, numa denúncia inconciente, talvez, mas interessante, das suas afinidades literárias.

O sr. Jaime Cardoso é, insisto, um dos mais belos espíritos da sua geração. Intelligência percuciente, que a cultura constante vai polindo e aguçando, o seu futuro está assegurado no tumulto aparente das nossas letras. Quem lhe tem lido os comentários literários ou políticos na imprensa diária, não ignora que êle sabe escrever com clareza, e brilho e, mesmo, desusada elegância. Daí a impressão, que se tem, de que o seu romance-poema não foi escrito agora,

quando já tem destreza para um mais limpo jôgo das palavras. Conta o pesquisador espanhol D. Arturo Carraffa que, certo dia, foram a um casamento, em Madrí, Canovas del Castillo e Emilio Castelar. À mesa do banquete, pôs-se de pé êste último, para saudar os noivos. E, arrebatado pela própria palavra, passou, como se estivesse na tribuna do parlamento, a comentar os mais complexos problemas da atualidade mundial, manejando um vocabulário específico, de filósofo e de sociólogo, que punha boquiaberto o auditório festivo. A certa altura do discurso, Canovas, vendo que o amigo esquecera o lugar em que se encontrava, interrompe-o, exclamando:

— “Emilio, echa un poco de agua a tu vino, para que todos podamos beberlo!”

E' êsse, apenas, o conselho de que há mister, como romancista, o sr. Jaime Cardoso. As suas faculdades criadoras têm altas qualidades e o seu estilo belezas que emergem, aquí e alí, do véu espêso, e sempre

faiscante, do seu vocabulário. Basta, pois, que se torne mais lépido no pensamento e mais claro no estilo, ou, mais sinteticamente, como diria o estadista espanhol, que deite um pouco d'água no seu vinho.

VII

AMORES HISTÓRICOS (1)

ENTRE os fatores mais evidentes da pobreza da nossa bibliografia, e do desânimo da vida literária entre nós, está, neste momento, a falta de curiosidade. Há no Brasil muito quem deseje escrever e muito quem escreva. Mas êsses escritores escrevem, e publicam, como o nosso lavrador planta, e colhe: sem interêsse pelo aperfeiçoamento da lavoura e fertilização do terreno. Por toda parte, nos outros campos do mundo, se aduba o solo, que aperfeiçoa o produto, e range o arado, que intensifica a produção. Nós continuamos aquí a lavar no lavrado, a cultivar a terra esgotada e vencida, com a enxada manual do antigo agricultor português. E na literatura co-

(1) HEITOR MONIZ — *Amores Históricos* — Livraria Leite Ribeiro. — Rio de Janeiro, 1928.

mo na gleba. Produzido o livro, e lançado à venda, que importa ao autor seja êle mau ou bom e traga, ou não, uma palavra nova, e a mais, sôbre aquilo que se já disse? Daí termos, em letras, uma colheita que se poderia chamar de galinheiro: a galinha põe o ovo para aliviar-se. Não olha, sequer, para trás, afim de ver a côr que êle tem.

E tudo isso por falta de curiosidade. Esta é, no escritor, uma das virtudes primaciais. E' ela que, impelindo-o a verificar o que outros já realizaram, a penetrar a vida e a obra dos antigos e dos contemporâneos, o conduz, pela comparação e pelo exemplo, no caminho da perfeição. A leitura, o amor ao estudo, não é mais, em verdade, do que uma das formas daquela indiscrição do espírito. E como pode um homem de letras aquilatar o valor do que produziu sem conhecer aquilo que, antes dêle, já se fez?

Essa qualidade tem-na, como poucos da sua geração, o sr. Heitor Moniz, autor de três volumes de vasta procura no mercado,

e que se intitulam *O Segundo Reinado*, *O Brasil de Ontem* e *Amores Históricos*. Em uma idade em que, ordinariamente, os rapazes choram rimas tristes sôbre o túmulo de afetos nati-mortos, apresenta já o estudioso jornalista baiano uma bibliografia relativamente ponderável, que define, se não um escritor, pelo menos a sua tendência, a gravidade do seu espírito, a seriedade das suas preocupações.

Por isso mesmo, por tratar-se de uma das inteligências mais vivazes entre quantas se estão revelando no cenário vazio das letras nacionais, faz-se mister aos que muito esperam da sua capacidade de trabalho, dar-lhe conselhos que impeçam um desvio de rota e, conseqüentemente, o desvirtuamento de uma energia tão promissora. E' verdade que, em literatura, como em tudo o mais que na vida se completa com a experiência, todos nós somos como aquele mau rico da parábola cristã de que é único vulgarizador o evangelista Mateus. Havia em uma opulenta cidade um homem de

grande riqueza que se banqueteara todos os dias, e a cuja porta se ia estender, à hora das iguarias, um mendigo de nome Lázaro, que pedia, inútilmente, as migalhas que tombavam da mesa. Um dia morre o pedinte, e vai para o céu onde Abraão o toma nos braços e lhe dá, em nome de Deus, tudo o que a vida lhe recusara. Morre também o rico, e vai para o inferno, para o oceano das chamas eternas, onde encontra todos os tormentos que lhe o mundo não dera. Ao erguer os olhos para o alto, dá o nababo de outrora com os olhos em Lázaro e na sua bem-aventurança, e pede-lhe, de mãos postas, que lhe acalme a sêde, molhando nágua a ponta do dedo para lhe refrescar a ponta da língua. E como os separe o mais intransponível dos abismos, que é aquele que se abre entre a ventura perfeita e a desgraça sem remédio, insiste, dirigindo-se ao Patriarca:

— Eu te suplico, então, pai Abraão, que mandes Lázaro ao mundo, à casa de meu pai, onde tenho cinco irmãos, e lhes diga

o que estou padecendo, para que êles me não imitem, e façam penitência, de modo a não virem parar a êste lugar de tormentos.

— Lá têm êles Moisés e os Profetas: ouçam-nos! — redargue o Patriarca.

— Não, pai Abraão, — insiste o mau rico; — lá têm, eu sei, Moisés e os Profetas; mas, se algum dos mortos fôr ter com êles, farão penitência.

Abraão, mostra-se, porém, inflexível:

— Se não dão ouvidos a Moisés e aos Profetas, como irão acreditar que um morto ressuscite?

Todos nós que escrevemos, somos como êsse nababo oriental. No princípio da vida, não queremos escutar os conselhos de Eliseu ou os rugidos de Isaías, que são a voz da razão e da prudência. Quando a nuvem da vaidade se dissipa, é, às vezes, tarde, porque em literatura, nem sempre os arrependidos se salvam... Mas é dever dos que se acham no Inferno evitar, com aviso oportuno, que os irmãos se percam, reco-

mendando-lhes a penitência do estudo, a bem, mesmo, da salvação da sua glória.

E' com êsse pensamento, e apenas com êle, que confesso a minha inquietação ao ler a obra, já realizada, do sr. Heitor Moniz. O que as nossas letras reclamam nos domínios da História, é espírito crítico, é a interpretação filosófica dos acontecimentos, é inteligências que transformem o trigo amontoado na planície em pão, que alimenta, ou em hóstia, que purifica. O sr. Moniz, com o seu amor à leitura, podia ser um dêsses transformadores do trigal. E não o é, nem quer ser. Ao trabalho do crítico, do sistematizador de idéias, do instituidor de valores novos, tem preferido conservar-se um simples divulgador daquilo que outros fizeram, sem lhes adicionar uma observação própria, que dê a medida da sua capacidade de criador ou, mesmo, de pesquisador.

Êsse inconveniente, que se manifestou desde o seu primeiro livro sôbre o *Segundo Reinado*, acentuou-se no seguinte e definiu-se, agora, no terceiro. Apaixonado pelo

espetáculo do nosso passado, de que é principal documento o interêsse que sempre lhe mereceu o Instituto Histórico e Geográfico, Pedro II havia acoroçoado os nossos historiadores do seu tempo, fazendo traduzir as obras estrangeiras sôbre a matéria e editando, à custa do erário público ou da sua bolsa particular, as dos autores nacionais e contemporâneos. Manuseando êsses cronistas palacianos, especialmente Joaquim Manuel de Macedo, no *Ano Biográfico Brasileiro*, encontrou o sr. Heitor Moniz o retrato das grandes figuras da época. Êsses retratos já estavam feitos. Não os alterou; nada lhes acrescentou em consequência de pesquisas pessoais e diretas. Limitou-se a espaná-los, a soprar-lhes a poeira, e a apresentá-los com todos os defeitos da obra primitiva, na parede nua da nova bibliografia nacional.

Certo, é isto, já, um grande, um louvabilíssimo serviço à educação do povo; mas não o é às letras e ao talento que a natureza tão pròdigamente ornou para servi-las.

Não basta reeditar o que já se disse, acumular em um mesmo livro o que se encontra em dois ou três. O que faz o escritor é aquilo que êle diz de novo, ou o modo por que êle “vê” e “mostra”, aquilo que outros já viram e mostraram. Expor o que outros já expuseram, e do mesmo ponto em que êles se haviam colocado, não é trabalho de artista, que enriquece a galeria, mas de mero restaurador, a quem não cabe o direito de deixar o nome no canto do quadro. (

Em um país em que sobrassem os espíritos perquiridores, poder-se-ia permitir, talvez, que um dêles se entregasse exclusivamente a êsse trabalho amável de divulgação, a essa reconstituição singela e incontestavelmente sedutora daquilo que outros haviam desvendado. Não é êsse, todavia, o caso do sr. Heitor Moniz, no Brasil. O seu amor ao trabalho, a sua paixão da leitura, a curiosidade, enfim, da sua inteligência, não são fàcilmente dispensáveis por não serem muitos os moços nas suas condições, aquí ou nos Estados. De modo que se não,

pode prescindir da sua colaboração em estudos mais profundos, nem consentir que seu talento renuncie o domínio de horizontes mais largos e se detenha, pela falta de um sentido crítico e filosófico, à margem da alta literatura.

O seu livro mais recente, *Amores Históricos*, tem as mesmas qualidades, ao lado dos mesmos defeitos: é obra destinada a satisfazer, pelo assunto, um grande público, mas em que os espíritos medianamente esclarecidos nada terão a aprender. Como nos anteriores, parece que o sr. Heitor Moniz prefere distrair a ensinar, desenfadar a ilustrar, ser agradável a ser útil, quando, com um pouco de esforço e a sua inequívoca devoção aos livros, poderia realizar um trabalho mais acentuadamente literário, destinado, também, a classes mais cultas, e, com isso, rigorosamente dentro do preceito horaciano. *Omne tulit punctum qui miscuit utile dulci*. Na sua modéstia e simplicidade, parece que o autor, desinteressado da glória, se quer contentar com a popularida-

de em um círculo burguês, num ambiente honesto de funcionários públicos sem concurso, ou de doutores por decreto, desconhecedores, ainda, dos rudimentos da História e da língua francesa. Comparando-se o que faz com o que pode e deve fazer, tem-se a impressão de um sacerdote comovedoramente cristão que alimente receios de que em Roma se venha a ter notícia das suas virtudes e talentos, unicamente para não ser feito bispo ou cardeal, e se ver forçado a abandonar a paróquia em que cantou a primeira missa e a gente humilde a que se afeiçoou. Basta, para essa convicção, um golpe de vista pelo índice do volume. Dos vinte e um capítulos que êle registra, dez são sôbre os amores de figuras das letras francesas: Baudelaire, Victor Hugo, Lamartine, mme. de Lamartine, Musset, George Sand, Sainte-Beuve, Dumas Filho, Alfred de Vigny e Mérimée; dois de escritores portugueses: Camilo e Latino Coelho; e os demais, de vultos nossos, e que são Machado de Assis, Junqueira Freire, Gonçalves

Dias, e Pedro I, e duas de suas filhas com a marquesa de Santos. Os primeiros constituem resumo despretensioso da coleção *Leurs amours*, que se vem editando últimamente em París; os segundos, dos livros de Alberto Pimentel e Brito Camacho; e os últimos, das obras escritas sôbre o assunto a que se referem, especialmente de Alberto Rangel. Onde os informantes pecam, desvirtuando os fatos, peca o sr. Heitor Moniz com êles, sem se atribuir o direito de divulgar o que outros afirmam, e não o de evitar que os seus leitores caiam em êrro, aprendendo falsidades.

A despretensão com que escreve os seus livros, resumindo para um público mais modesto as obras real ou supostamente eruditas, atinge, às vezes, no senhor Heitor Moniz, o exagêro, tornando-o cúmplice de inverdades clamorosas, como, por exemplo, no caso de Gonçalves Dias. Para contar a vida amorosa do grande lírico, os tormentos de que emanaram alguns dos versos mais límpidos da língua portuguesa, possuía o

sr. Heitor Moniz ao seu alcance uma documentação autêntica e abundante, na qual tem acentuado relêvo a biografia do poeta por Antônio Henriques Leal, no "Panteon Maranhense". Por ocasião do centenário do seu nascimento, em 1922, foram publicados quinze ou vinte estudos, concientemente escritos. A Academia Brasileira de Letras realizou, mesmo, uma sessão de homenagem, em que o mais desautorizado dos oradores fui eu, com a circunstância de haver tratado, precisamente, da vida íntima do glorioso maranhense, e dos seus amores infelizes, desde Coimbra. Pois, bem: em vez de examinar o que se tem publicado sôbre matéria tão interessante em setenta anos de buscas e indagações, confrontando o material existente para dêle extrair a verdade, apoia-se o sr. Heitor Moniz exclusivamente em um folheto de um moço da sua idade, o poeta Francisco Leite, do Paraná, o qual nada lhe poderia dizer de novo, nem mesmo de velho, que fosse verdadeiro. E o resultado foi constituir essa parte da obra

uma série de injustiças e leviandades, que teria evitado sem custo se não se contentasse, em cada capítulo, com o depoimento de uma só testemunha, que é o livro que tem à vista.

Assim, conta o sr. Heitor Moniz que Gonçalves Dias se apaixonou em São Luiz por uma linda moça, e que, por ser o poeta sabidamente mestiço, a família desta “vetou” (*sic*) a desejada união dos dois destinos. E acrescenta: “Ela, um dia, afinal, desvairada, como louca, saiu de casa, em fuga, acabrunhada com as provações sofridas... para cair nos braços do primeiro homem... um vizinho que ela conheceu...” (pág. 38). E adiante: “Silenciemos sôbre o proceder dessa mulher... Não queiramos perscrutar a natureza dos sentimentos... Nunca se viram mais? Viram-se, sim, e em circunstâncias bem tristes... Muitos anos depois em Lisboa... Um e outro mal amparados da sorte... Ela, abandonada pelo raptor, que a levava até Portu-

gal, e, já no caminho, trocara o seu leito pelo da sua cozinheira..." (pág. 84).

Que essas informações aparecessem no Paraná, onde não podiam ser encontrados os elementos de consulta sôbre a vida de um poeta do extremo-norte, e ainda mais, na pena de um moço que não é historiador nem pesquisador de vidas ilustres, admittese; não se as pode compreender, porém, no Rio de Janeiro, onde Gonçalves Dias viveu, onde vivem ainda descendentes da mulher que êle amou, onde sobram os livros, e onde o escritor, notável ou não, está sujeito a crítica rigorosa toda a vez que se propo-nha tratar de assunto de certa responsabilidade.

Tudo isso que se divulgou no Paraná é lenda tôla, colhida em tradição oral e tardia, e de origem suspeita. A moça que despertou em Gonçalves Dias a maior paixão da sua vida, D. Ana Amélia Vale, pertencia a uma das famílias mais ilustres da província, e era prima de Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, amigo do poeta, seu con-

fidente, e, mesmo, seu irmão de criação. Recusado o pedido de casamento, cuja resposta amarga fôra aguardar em Pernambuco, embarcou o lírico, imediatamente, dali para o Rio de Janeiro. Para que Ana Amélia se desiludisse também, tratou de casar-se com presteza, mesmo sem afeto, procurando tornar impossível qualquer loucura que ela quisesse praticar em nome do seu amor. Pertencia ela à família que o criara e educara como filho, e na delicadeza dos seus sentimentos, não queria pagar o benefício com a ingratidão. Chegou à Côrte em junho. Três meses depois, em setembro, estava casado.

Dois ou três anos após o casamento de Gonçalves Dias no Rio, Ana Amélia apaixonou-se por um dos homens mais ricos e bem apessoados do Maranhão, o comerciante Domingos Pôrto. Nova objeção da família, por tratar-se ainda dessa vez, de um candidato de sangue duvidoso, e que possuía uma filha natural. Domingos Pôrto era, porém, homem influente, e, por manda-

do judicial, foi a moça depositada na residência de uma família respeitável da cidade, realizando-se, então, o ato publicamente, e com toda a pompa. Ao ter notícia dessa união, escreveu o poeta uma das suas mais lindas poesias, que conservou inédita até à morte, e em que figura esta sextilha, que é uma confissão:

“E vais! e és tu mesma, — e vais!...

Fui eu quem te dei o exemplo...

Sei que te aguardam no templo,

Deixa-me aquí a chorar:

Fazes somente o que fiz,

Não fazes mais que imitar!”

Após o casamento, seguiu Domingos Pôrto com a espôsa, para Portugal, onde lhe deu, como lhe deu mais tarde no Rio de Janeiro, confôrto e felicidade. Nos seus versos do “Ainda uma vez, adeus!”, diz o poeta que encontra Ana Amélia arrependida e infeliz. E’ possível que ela, ao encontrá-lo no estrangeiro, vitorioso na vida das letras, e com um futuro tão auspicioso dian-

te dos seus passos, tivesse remorsos de não ser a companheira do seu destino. E' possível mesmo, que o casamento com Domingos Pôrto constituísse apenas uma represália, por se ter Gonçalves Dias casado três meses após a recusa no Maranhão. A verdade, no entanto, é que o marido burguês, jamais poupou esforços para dar-lhe, enquanto êle viveu, tudo o que se pode dar com o dinheiro, o amor e a solicitude. Foi essa a confissão que, morto Domingos Pôrto, e casada outra vez, Dona Ana Amélia sempre fez às suas filhas, tanto à do primeiro como à do segundo matrimônio. Se me não engano, foram dirigidos ao sr. Heitor Moniz, quando o seu artigo appareceu na imprensa diária, alguns protestos de maranhenses conhecedores da história da sua terra, entre os quais o do deputado e jurista sr. Clodomir Cardoso, contra a versão falsa, e sem elegância, que o sr. Francisco Leite registrara sem exame das fontes. E' lamentável que essas retificações generosas

não apareçam, sequer, em nota, no livro que agora as divulga.

Em outra passagem dêsse mesmo capítulo diz o sr. Heitor Moniz que Gonçalves Dias viu a sua musa em Lisboa quando regressava da última excursão às terras européias. “O poeta — escreve — continuou a sua viagem com o coração amargurado... E foi com êsse estado d’alma que Gonçalves Dias desapareceu do mundo, tragado nas águas infinitas do oceano. Quem sabe que martírios êle sofria, ou com que ansiedade esperou o seu fim, quando o *Ville de Boulogne* sinistramente naufragava...” Essa suposição, como fàcilmente se imagina, é graciosa. Gonçalves Dias fez a sua primeira viagem à Europa, em missão do govêrno, em 1854, regressando em 1858; e a segunda e última em 1862, voltando em 1864, quando se deu o naufrágio. Ora, a poesia a que se refere o sr. Heitor Moniz já vem na edição dos *Cantos*, aparecida em Leipzig em 1857. E’ evidente, pois, que o encontro com Ana Amélia na Europa foi na viagem

de 1854 e não na de 1862. Em 1864 êsse amor não era mais, talvez, do que uma simples cruz de mármore no cemitério da sua saudade.

Outra lenda que o autor dos *Amores Históricos* veícula, e que ainda não foi convenientemente examinada, é a da enfermidade de pulmões que se atribue à espôsa do poeta, e de que falam os biógrafos. Culpado dessa versão é, no entanto, Gonçalves Dias. Foi êle próprio que, em carta ao amigo Alexandre Teófilo, no Maranhão, contou haver se manifestado a doença, confessando, todavia, que a senhora o acusava de a ter contaminado. Essa é que parece ser a verdade; tanto assim que, ao dar-se o naufrágio do veleiro nas costas maranhenses, era tão grave o estado do seu único passageiro, presa da tuberculose avassaladora, que, se êste não tivesse perecido tràgicamente no mar, teria sucumbido pacificamente em terra, dois ou três dias depois. Foi êsse o depoimento do comandante, apoiado pelo testemunho dos que o vi-

ram embarcar na Europa. Quanto a D. Olímpia, essa, se é que esteve tuberculosa, dentro em pouco se restabelecia, conseguindo sobreviver ao marido cêrca de um quarto de século. Contou-me Alberto de Oliveira, uma vez, que, em 1881 ou 1886, em uma festa em honra de Gonçalves Dias no Externato D. Pedro II, lhe coubera declamar uma passagem dos *Timbiras*, recitando, então, Olavo Bilac, que alí fôra em sua companhia, o seu belo soneto sôbre o poeta que devia ser, mais tarde, seu patrono na Academia.

— Foi a primeira vez que Bilac disse versos em público — adiantou o mestre parnasiano. — Após a sessão, a que esteve presente o imperador, fomos apresentados a D. Olímpia.

E com a sua memória maravilhosa:

— Lembro-me bem: ela tinha olhos verdes...

A missão do sr. Heitor Moniz, desde que se quer votar a esta sorte de estudos,

verdadeiramente interessante, deve consistir, não apenas na divulgação despreocupada de obras alheias, produto de autores muitas vezes sem autoridade, mas na retificação, também, dos enganos, ingenuidades e omissões dos que se atrevem a tratar de assuntos graves com uma cultura cheirando à candeia da véspera. O seu livro deveria ser como o de Emile Faguet, *Les amours des hommes de lettres*, no qual o autor, reunindo o que se disse sobre Voltaire, Hugo, Sainte-Beuve, e outras figuras literárias dos dois últimos séculos, não se limita a repetir o que já se disse, mas a refutar o que lhe pareceu falso, e a enriquecer a matéria com elementos de pesquisa puramente pessoais. Isso é que se requer da sua mocidade curiosa e produtiva, em estilo um pouco mais elevado, como exige a literatura que não confunde a glória, que é duradoura, com a popularidade, que é transitória.

Êsses elementos devem provir, insistamos, de fontes seguras e fidedignas. Ao tra-

tar, como vulgarizador de fatos históricos, dos amores de Pedro I, recorre, por exemplo, o sr. Heitor Moniz aos contos e novelas do sr. Paulo Setúbal. Ora, que a novela se apoie na História, compreende-se; mas poder-se-á chamar História a narração que se apoia na novela, que é fruto da imaginação?

Mesmo assim, é preferível que o sr. Heitor Moniz não distraia a sua inteligência com assuntos estrangeiros, já suficientemente divulgados e debatidos. Com a sua capacidade de trabalho e o seu devotamento ao estudo, pode o jovem escritor fornecer-nos muita cousa nova, e nossa. Para isso não lhe faltam qualidades nem gosto. Faça com que o seu espírito funcione como aparelho selecionador, e não como simples máquina de distribuição. Crie, descubra, combata, recuse, e, quando aceitar a obra alheia, diga por que o faz. Torne-se uma personalidade nas letras, como o requerem a variedade dos seus conhecimentos e a sua paixão das minúcias históricas. Exerça, po-

rém, essa atividade no terreno, ainda por desbravar, da nossa literatura e da nossa História.

Falando há alguns anos de um dos nossos escritores exóticos, eu lembrei uma frase de Teopompo, que se encontra, se me não trai a memória, em Plutarco. Certo estrangeiro, para ser agradável aos espartanos, dizia, um dia, a Teopompo:

— Em minha cidade toda a gente me chama Filólaco (amigo dos lacedemônios).

E Teopompo, com a sua sisudez espartana:

— Ser-te-ia mais honroso que te chamassem Filopólito (amigo dos seus concidadãos).

Menino na figura e moço na vida, mas austero no entendimento, o sr. Heitor Moniz já realizou muito na terra, pela tenacidade no trabalho, pelo amor ao estudo, pela curiosidade do espírito, pelas virtudes, enfim, que fazem da sua inteligência uma fôrça em marcha. E' preciso, entretanto, um pouco mais: é preciso que abandone o

roteiro alheio, e que abra caminho próprio e, principalmente, que não desnacionalize o seu talento, de modo que o patriotismo de Filopólito venha substituir, nos seus livros futuros, como aconteceu nos dois primeiros, o cosmopolitismo de Filólaco.

VIII

PÁTRIA MORENA (1)

— «**Q**UE pensez-vous du vers libre?» — perguntava um “enquêteur” literário, em 1905, ao velho e indomesticável Brunetière.

“— Des vers, pour être des vers, — respondeu o intratável crítico de *L'évolution des genres*, — doivent posséder le rythme et la rime. J'admets tous les rythmes, à condition qu'ils puissent être perçus par d'autres que le poète lui-même. On ne peut supprimer le rythme, on ne peut supprimer la rime: où il y a rythme et rime, il y a vers. Donc, ni vers non rythmés, ni vers non rimés. A part cela, tous est permis”.

Ao ler essa opinião do “horrível cacologue” da definição de Faguet, confesso

(1) MARTINS DE OLIVEIRA — *Pátria Morena* — São Paulo, 1928.

que não deixei de sorrir da rabugice. Antes da instituição da rima, já existia o verso; a não ser que se considere prosa o verso heróico em que Homero escreveu as suas epopéias, o qual, aliás, é considerado pelos historiadores da literatura grega “uma das mais belas invenções do espírito humano”; e a não ser, ainda, que não se considere em verso, pela falta de rima, nem a *Eneida*, nem o *Alceste*, nem as *Metamorfoses*, nenhuma, enfim, das obras primas das letras greco-latinas. Quanto ao ritmo, pareceu-me encontrar, mais tarde, o ponto de apóio daquela opposição extremada. Ofereceu-me Charles Morice, “le cher aux lettres, le cher aux femmes, Charles Morice”, do famoso e fraterno soneto de Verlaine. “Que veut dire le mot libre à côté du mot *vers*?” — perguntava êste. “Que serait une danse libre?”

Efetivamente, que é o verso? E’ um conjunto de vocábulos, cadenciado, e limitado na sua extensão. Limitado por que? “L’aspiration et l’expiration humaines sont

les limites naturelles du vers” — responde o amigo de Verlaine, de acôrdo com a história da arte em que era mestre. Logo, conjunto de vocábulos sem limite na pauta, deixa de ser verso. E’ como a dança que não obedecesse a uma regra preestabelecida, e que cada um exercitasse à vontade. Dança livre é pulo. Verso livre é prosa.

Atendendo a estas considerações, chega-se, naturalmente, a uma conclusão, em relação aos poetas brasileiros da geração nova. Êles continuarão a ser chamados poetas porque poeta não é sòmente o que faz verso, como opinava José Veríssimo, mas o que faz poesia, em verso, ou não. O que se torna incongruente, absurdo, extravagante, é dar a denominação de “verso” à forma em que êles vazam a sua emoção, quando esta existe. O “verso”, êsse morreu, conforme profetizava há vinte e dois anos, o sr. Medeiros e Albuquerque, ou, pelo menos, anda foragido. O que ficou, e é visto aí em livros e publicações periódicas, é prosa, às

vezes ritmada, às vezes sem ritmo e com poesia, e não raro, sem poesia e sem ritmo.

Acha-se naquele primeiro caso, isto é, no da boa prosa ritmada, e animada de poesia vigorosa, a *Pátria Morena*, do sr. Martins de Oliveira, que vem sentar praça, com êsse volume, no exército dos “inovadores”. E dando-lhes esta denominação de “inovadores”, eu me prevaleço apenas de uma expressão feita, e não de um termo que corresponda à minha convicção.

Em verdade, o que se está fazendo, neste momento, no Brasil, mesmo no domínio das coisas sérias, é o que já se fazia há trinta anos em França, e que determinou, como represália, o famoso manifesto de Louis Bertrand, no prefácio a *Les Chants séculaires*, de Joachim Gaschet, — manifesto em que se procurava arrastar para o mosteiro de São Bernardo do classicismo os viajantes desgarrados do Paraíso, ou melhor dos Alpes da Poesia. E isso, tanto na inspiração como na técnica. Um ligeiro exame da matéria, levar-nos-á, de pronto,

a essa desoladora certeza. Que é, realmente, o ritmo livre? E' a prosa ritmada de Paul Fort; é a fórmula proclamada pelos rebelados de 1904, e em seguida por Fernand Gregh, Charles Guérin, Francis James, Vielé-Griffin e Paul Claudel. E a inspiração, êsse entusiasmo pelas conquistas humanas, pelas máquinas, pela vitória do Homem sôbre a Natureza, o surto, enfim, dêsse culto supostamente novo, que eu, com o auxílio das raízes gregas, chamarei antropolatria? Êsse sentimento já não estava em Kipling, cantando, proclamando, celebrando a energia dos homens da sua raça? Já não se achava em Emile Verhaeren, fazendo correr pela sua poesia as locomotivas estrondantes, os navios que ligam os continentes, os sêres artificiais que o homem, novo Deus, fabricou para sua utilidade, com energias captadas no céu e na terra e disciplinadas, como leões arrastados à obediência? Essa glorificação da fôrça não é, já, a base da filosofia de Nietzsche?

O sr. Martins de Oliveira está filiado à escola seguida pelo sr. Ronald de Carvalho, e que, não sendo nova, é, todavia, na anarquia em que se debate a poesia brasileira, a mais aceitável. E da sinceridade com que adotou e a pratica, é documento êste poemeto, intitulado “Do dia luminoso”, à entrada do livro:

“Quando surgir a Mão de Ferro, a Mão onipotencia, que escreverá sentenças infalíveis, e traçará, com altivez de herói extraordinário, as tábuas da verdade e da justiça;

quando vier a Fôrça audaz, que não será sorriso, ou complacência, ou tolerância, aos transgressores do Dever, aos violadores da Palavra Dada, aos gaviões-reais da infâmia e da insolência;

quando rugir, com todos os clamores da batalha, como um grito de cólera divina, a Voz altíssima do mundo, a Voz da inteligência verdadeira, a grande Voz gloriosa, que há de remir todos os erros, crimes e vinganças;

quando riscar, como um chicote luminoso, o céu escuro do Brasil perdido, o relampejante gládio da Energia, que em tudo espalhará grandezas e imponências;

quando surgir o Inexorável, o centralizador de anseios e cuidados, que por muito tempo ouviu na solidão de uma tebaida humilde, os gemidos da terra sofredora;

— há de jorrar o sangue impuro dos violadores, o esverdinhado sangue dos opróbrios, das traficâncias, das tramóias e das tramas! há de jorrar em catadupas espumantes, como o caudal das águas de óleo imundo!

há de jorrar sem pena e sem piedade!

E, então, sôbre o Brasil, que fôra espezinhado, sôbre o Brasil, que remoera, no silêncio da fraqueza e do infortúnio, a dôr de todas as misérias, há de raiar, em todos os sentidos, num delírio de intensa claridade, o verdadeiro Dia!”

Êste poemeto é belo, inegavelmente. Mas, é belo, por que? Porque o verso clássico, o decassílabo, o heptassílabo, e, principalmente, o alexandrino solene e majestoso, isto é, as formas do metro antigo, aí estão disfarçados, mas exercendo o seu prestígio sôbre o ouvido e a inteligência. Quanto ao tema, é Verhaeren puro, como os do sr. Ronald de Carvalho são os de Verhaeren

nas *Forces tumultueuses*, nas *Viles tentaculaires*, nas *Campagnes hallucinées*. Que pretendia Verhaeren, dando aquele rumo à sua inspiração? Ouçâmo-lo, em uma confissão datada de 1904, e que tem, hoje, vinte e quatro anos. — “L’homme — começa — est un fragment de l’architecture mondiale. Il a la conscience et l’intelligence de l’ensemble dont il fait partie. Il découvre les choses, il en limite le mystère, il en pénètre le mécanisme. Au fur et à mesure qu’il les pénètre, s’affirment et l’admiration de lui-même. Il se sent enveloppé et dominé et en même temps il enveloppe et il domine; devant la mer qu’il vainc, il édifie les ports; sur les fleuves qu’il endigue mille instruments merveilleux; pour connaître la matière et scruter son propre être il organise les laboratoires; il centuple, depuis un siècle, ses forces, ses énergies, sa volonté; il fait une oeuvre colossale qu’il superpose à celle des temps; il devient en quelque sorte, à force de prodiges, ce Dieu personnel auquel ses ancêtres croyaient. Or, je le de-

mande, est-il possible que l'exaltation lyrique reste longtemps indifférente à un tel déchaînement de puissance humaine et tarde à célébrer un aussi vaste spectacle de grandeur. Le poète n'a qu'à se laisser envahir, à cette heure, par ce qu'il voit, entend, imagine, devine, pour que les oeuvres jeunes, frémissantes, nouvelles, sortent de coeur et de son cerveau. Et son art ne sera ni social, ni scientifique, ni philosophique; ce sera de l'art tout simple tel que l'ont compris les époques élues ou l'ont chantait avec ferveur ce qu'il y avait de plus admirable, de plus caractéristique et de plus héroïque dans chaque temps. On vivra d'accord avec le présent, le plus près possible de l'avenir; on écrira avec audace et non plus avec prudence; on n'aura pas la peur de sa propre ivresse et de la rouge et bouillonnante poésie qui la traduira".

Essa poesia, que no Brasil se tem denominado "nova", e em que trepidam os aeroplanos, buzinam os automóveis, fumegam os navios, resfolegam as locomotivas,

estrandam os fornos, rangem os guindastes e tropejam as oficinas titânicas, é, pois, Emile Verhaeren, na mais alta expressão da sua grande arte. *Nihil novum*.

Com êsse rótulo, prestando homenagem ao seu iniciador, ela pode ser praticada, e sinceramente, neste pedaço da América, onde começam a pulsar as grandes artérias da sociedade humana. No sul, é o gaúcho, o centauro das coxilhas, multiplicando os rebanhos, na paz, ou, atirando-se, com o gôsto do sangue na bôca, uns contra os outros, nos dias de dôr e de guerra. No centro são os goianos, catando diamantes, os rubís, e as turmalinas preciosas, com os dedos feridos de esgaravatar a terra; são os mineiros, com as suas picaretas, que são os caninos da indústria, furando o planeta, como os vermes a um queijo, para vir triturar em cima, os detritos, em pilões formidáveis, procurando no meio dêles o ouro, que Deus enterrara para que os homens não conhecessem o Demônio da ambição. E é, ainda,

a gente dos litorais, construindo cidades, estendendo cais, abrindo túneis, e atirando aos mares tempestuosos as quilhas frágeis dos seus navios. E as usinas, fabricando o açúcar. E no norte, o seringueiro, a avançar pelo sistema venoso da Amazônia, penetrando os rios, os paranás, os igarapés, como um micróbio entra, invade, penetra, veia a veia, célula a célula, toda a extensão de um organismo vivo.

Eu não sou adverso a essa modalidade da inspiração, nem à técnica preferida no Brasil por aqueles que a exploram. Em “carta aberta” a mim dirigida, e que publicou em São Paulo, o sr. Menotti del Picchia, comentando as palavras aquí escritas sobre o seu último livro, *República dos Estados Unidos do Brasil*, interpretou mal, parece, o meu ponto de vista, quando me convida a repudiar os meus deuses tradicionais e a aderir ao seu credo literário. Eu não sou um carrancista, nem em relação às fontes da inspiração, nem aos moldes em

que esta seja vasada. Apenas, para ser sincero, confesso que não vejo nas formas literárias até agora experimentadas no país uma que corresponda às exigências da emoção individual. Alguns dos bandeirantes do ritmo novo dão, já, a impressão de que se poderá realizar o sonho de todos nós. Mas é preciso distinguir os caminhos: o objetivo está sendo tentado, tènicamente, não por intermédio do verso, mas da prosa ritmada. O sr. Menoti, êle próprio, tem publicado, nesse gênero, páginas excelentes. O seu livro recente deu-me, e continua a dar-me, a impressão de *blague*, de pilhéria, de distração jovial de um belo espírito; ou, se me consente a imagem, de fantasia de costureiro perdulário, que se compraz em desbaratar os seus tecidos de sêda na feitura de roupas de carnaval. O que eu reclamei do seu grande talento foi, assim, e apenas, sinceridade, para que o tempo se torne mais proveitoso e o caminho da conquista, com isso, mais curto.

É possível que o “verhaerenismo” do sr. Ronald de Carvalho, de que é um dos continuadores o sr. Martins de Oliveira, tenha vida longa no Brasil, terra moça, em que as surpresas despertam a cada instante novos entusiasmos no homem. A atitude da crítica deve ser, porém, de expectativa. Havia em Roma, sabem-no todos, um grande templo, em que os estrangeiros, escravos ou mercadores livres arrastados para a Cidade Eterna, iam adorar a sua divindade nacional, quando esta não tinha edifício próprio. Era o Templo do Deus Desconhecido.

É no interior dêsse templo, repleto de ídolos bárbaros, que eu me encontro, voltando os olhos para todos os altares. Não aderí a nenhum dos cultos novos, mas acompanho com simpatia a emoção de cada fiel diante do seu deus. E é porque o sr. Martins de Oliveira me parece, nesse capitólio cosmopolita, um convicto, que eu, não obstante a linguagem nem sempre polida das suas orações rituais, o li com respeito.

Há no altar do seu ídolo manifestações, embora vagas, de divindade. Eu continuo, porém, à espera de Elias, e que êle faça incendiar-se com o fósforo de um relâmpago a lenha do sacrifício, ante os olhos espantados dos sacerdotes de Baal...

HISTÓRIA DA LITERATURA
BRASILEIRA (1)

SERIA injustiça, talvez, hoje, afirmar que o Brasil não possui uma história da sua literatura. Boa, ou medíocre, mas aproveitável, tem-na êle. Lutando embora contra a indiferença pública, e enfrentando as dificuldades opostas pelos editores quando se trata de obras de erudição, os escritores brasileiros têm realizado, mesmo, um trabalho à altura do objeto. Apenas, não podem êles repetir o milagre da mitologia mosaica, tirando do nada a massa disciplinada de um mundo. À semelhança dos nossos sertões, em que o elemento humano é representado por pequenas palhoças provisórias pontilhando a atordoante vastidão do de-

(1) ARTUR MOTA — *História da Literatura Brasileira* — Primeiro volume: época de formação (séculos XVI e XVII) — Companhia Editora Nacional — S. Paulo, 1930.

serto, e por uma ou outra casa de fazenda, sólida e solitária, — a literatura brasileira não passa, no tempo, de um vasto descampado abrangendo a extensão de quatro séculos, com duas dúzias, ou três, de figuras que mereçam, pelo mérito intrínseco, a atenção do historiador. E' o ramalhete oferecido à professora da roça pelos alunos no dia do exame, a que aludia o estadista republicano: algumas rosas bonitas, frescas, vistosas, coloridas; o resto, mangericão.

Tendo que lidar unicamente com êsse material, em que prevalece, pelo volume do conjunto, a pedra miúda, é evidente que o arquiteto não poderá levantar um edifício de interêsse universal. O que lhe é permitido, é variar de estilo, que equivale, literariamente, a variar de método, de sistema, de processo, na exposição dos mesmos valores. E' praxe nas aulas de desenho dar aos alunos certo número de figuras geométricas para que êles, isoladamente, compo-nham quadros complexos, de caráter ornamental. E' a essa prova que são submeti-

dos os historiadores, literários ou não. Com os mesmos fatos e as mesmas entidades, êles têm de organizar obra nova. Tudo depende, no caso, do gôsto pessoal e da capacidade imaginativa dos concorrentes.

A história da literatura brasileira é, assim, hoje, um simples motivo para demonstração de talento, para evidenciação de métodos expositivos, entre aqueles que a abordam. Cinco estudiosos haviam, já, concorrido a essa prova de capacidade: Ferdinand Wolf, Fernandes Pinheiro, Sílvio Romero, José Veríssimo, e o senhor Ronald de Carvalho. Só os três últimos, porém, são hoje tomados em consideração pelo caráter racional dos processos adotados. Sílvio Romero foi, com a sua obra titânica, o acumulador de material para os seus sucessores. Investigador pertinaz, desenterrou poetas, exumou cronistas, pôs à mostra, enfim, todos os ossos que o tempo devorava na vala comum da literatura. Quando se tratou, em 1863, da identificação dos restos de Estácio de Sá, foram trazidos à superfí-

cie, no morro do Castelo, todos os esqueletos que alí dormiam o sono da eternidade. Foi o que fez Sílvio Romero, no nosso cemitério literário. Exumou tudo. Quem viesse depois, que enterrasse os que não merecessem um cinerário à flor da terra, com as letras de um epitáfio. Daí, a extensão da sua *História da Literatura Brasileira*, — dois volumes, in 4.^o, com 1272 páginas, — e o caráter fatigante da obra, pelo desinteresse de dez ou doze capítulos.

Foi, parece, para corrigir, ou, melhor, para compensar êsse inconveniente, que o sr. Ronald de Carvalho escreveu, e publicou em 1919, a *Pequena História da Literatura Brasileira*. Escritor elegante, e claro, dotado de louvável espírito de síntese, era êle, talvez, no momento, o indicado, pela paixão do estudo e pelas suas virtudes estilísticas, para fazer êsse resumo. Apenas, a idade em que o realizou não era de molde a emprestar aos seus juízos um cunho inalterável de observação pessoal. Andando, então, pelos vinte e quatro ou vinte e cinco

anos, o moço historiador não teria tido, materialmente, tempo suficiente para remover quatro séculos de literatura, afim de tirar, do estudo de cada figura e de cada época, uma conclusão original e segura. Excluindo o método de exposição, e o estudo direto de alguns contemporâneos, o seu trabalho assentou, assim, nas sentenças dos seus antecessores. Louvou-se nos mestres, desbastou-lhes a idéia, e, espírito harmonioso, disse, em estilo mais límpido, aquilo que êles não souberam dizer.

José Veríssimo levou a efeito emprêsa intermédia. Servido de boas humanidades, poderia ter escrito a obra ideal, sem as demasias e as paixões da de Sílvio Romero nem o caráter sintético, de simples panorama, da do sr. Ronald de Carvalho. Tendo estudado nas fontes, como o primeiro, todos os vultos capitais da nossa história literária, e eliminado, como o segundo, todas as individualidades de terceira ordem, perfeitamente elimináveis, podia-nos êle ter dado um trabalho modelar, pelo método e

pela autoridade da informação. José Veríssimo não era, porém, um artista. Se lhe sobrava o conhecimento da documentação, que Sílvio possuía, faltavam-lhe o gôsto, a agilidade do pensamento, e a elegância do estilo, que são as virtudes do sr. Ronald de Carvalho. Acresce, que êle não tinha a finura do tato, a noção precisa e imediata do objeto, que se faz mister ao crítico literário. Conta o sr. Fernand de Ségur, no seu recente livro sôbre *Anatole France anecdotique*, que o velho fauno gaulês, enquanto atendia, metido no seu roupão côr de tijolo, aos visitantes da Vila Said, se entretinha a alisar os contornos de uma estatueta feminina, acompanhando mentalmente, por aquele contacto superficial, a evolução da beleza pagã nas horas matutinas do mundo grego. A José Veríssimo faltava êsse apuro, êsse refinamento das sensações que a cultura revela, aperfeiçoa, completa, mas não dá. O seu ouvido não apanhava as nuances do ritmo nem o seu espírito as variações delicadas do gôsto, ou mais precisa-

mente, não sabia ouvir no silêncio. Era um estudioso, um grande apaixonado das letras, e sincero, e leal, nos seus julgamentos. Apenas, por infelicidade sua, o esforço não podia prover aquilo que lhe não dera a Natureza.

E' a essas três figuras capitulares que vem reunir-se, agora, o sr. Artur Mota com o primeiro volume da sua *História da Literatura Brasileira*, obra que se constituirá de seis tomos, num total de três ou quatro mil páginas. E será essa, porventura, a obra do gênero, que, corrigindo as falhas apresentadas pelas anteriores, se destina a substituí-las pela novidade do juízo ou superioridade da informação? Terá ela reunido as excelências das de Sílvio Romero, de José Veríssimo e do sr. Ronald de Carvalho, aproveitando o espetáculo oferecido por estas para eliminação dos defeitos em que incorrem, ordinariamente, os que se abalançam a emprêsas tão vastas e de tamanha responsabilidade? O *prefácio de caráter pessoal* que abre o volume, dá, logo,

ao leitor, a medida do trabalho realizado pelo sr. Artur Mota. Entregava-se, êle, conscienciosa e pacientemente, aos seus estudos de bibliografia, e ao amanho de informações destinadas aos que tivessem de, no futuro, escrever sôbre as figuras de grande ou pequeno relêvo nas nossas letras, quando a crítica imparcial o animou a atirar-se a empreendimento de maior fôlego, escrevendo uma história da nossa literatura vassada em moldes novos.

Para realizar uma obra dêsse gênero, é claro que o primeiro elemento, a matéria prima, é o integral conhecimento do assunto. E' êsse, mesmo, o bloco de cimento que servirá de alicerce ao edifício. E êsse conhecimento, possuía-o, como nenhum outro estudioso do seu tempo, o sr. Artur Mota. Proprietário da mais completa brasileira porventura existente no país, acostumado no trato dos autores, familiarizado com a biografia de cada um, ninguém havia, sem dúvida, melhor servido para escrever sôbre êles. As suas informações eram seguras,

precisas, irrecusáveis. Daí o conselho que lhe deram, e que não nascia, sem dúvida, senão do desejo, que todos nós temos e nutrimos, de ver aproveitadas em obras definitivas, informações colhidas nas fontes por investigadores inteligentes, meticolosos, e insuspeitáveis.

A ninguém ocorreu, todavia, que, para levantar um monumento mais alto do que os edifícios que possuímos, não bastavam o material e a boa vontade do arquiteto. Fazia-se mister também a arte; fazia-se mister também a ciência. E foi a ciência e a arte, — e a arte mais do que a ciência, — que faltaram ao novo historiador literário na prática do seu projeto monumental.

O sr. Artur Mota não se havia preparado, na realidade, de antemão, para executar uma obra de tão vastas proporções. Aconselhado em 1922 a modificar os seus planos inicialmente modestos, teve de lançar mais profundamente as bases da sua construção, desviando o seu espírito do curso que vinha naturalmente seguindo. O seu

trabalho, nas condições agora ideadas, excede, sensivelmente, os recursos culturais de que dispõe um homem do nosso tempo; e de tal maneira, que eu não sei, mesmo, de ninguém no Brasil que pudesse executá-lo satisfatoriamente, em toda a sua extensão. Para isso, tornar-se-iam necessários conhecimentos enciclopédicos, e seguros, que raramente podem ser acumulados por um espírito contemporâneo. “Aucun homme aujourd’hui ne peut plus faire le tour complet des connaissances de son temps, — escrevia, há pouco, o pensador agudo que prefaciou a *Anthologie des Essayistes Français Contemporains*, e que aquí vai citado no original, para maior facilidade do pensamento. — On retrouvera peut-être chez tel de nos contemporains les aspirations d’un Goethe, ou l’esprit critique d’un Voltaire; mais jamais plus une culture véritablement générale.” E em outra passagem: “La spécialisation semble donc bien un des traits caractéristiques de l’essayiste de notre temps. Ignorant souvent l’immensité du domaine

aujourd' hui cultivé, il a tendance à rendre très simple le problème qui l'occupe et qu'il envisage avec d'autant plus de passion qu'il isole davantage". Cada província do conhecimento vem dilatando, na verdade, as suas fronteiras, e renovando a fisionomia das superfícies anteriormente estudadas e conhecidas. Explorando toda a sua vida uma especialidade, raramente o homem consegue, hoje, tornar-se nela uma autoridade infalível. Basta refletir sobre isso para imaginar as dificuldades com que lutou o senhor Artur Mota, ao abordar, na primeira parte do volume agora publicado, questões de geologia, de etnografia, de folclore, de história natural, de economia política, de literatura comparada, assuntos que requerem, como facilmente se adivinha, universalidade de conhecimentos. Sendo-lhe impossível a apreensão rigorosa dessa multiplicidade de problemas, que se lhe tornaram de exposição mais difícil pela precariedade do tempo que mediou entre o conselho para realização da obra e o início da

sua execução, resultou, daí, pode-se dizer, o sacrifício de toda a parte do livro consagrada a essas generalidades. Para fazer, talvez, obra vasta, de proporções verdadeiramente monumentais, adicionou o autor capítulos desnecessários, abordando assuntos que devem ser estudados nos especialistas. Não pôde resumí-los com clareza e segurança porque um resumo exige, sempre, conhecimento profundo e geral da matéria. E a consequência da tentativa pode ser observada na timidez e na insegurança das sínteses, em que se põem em evidência, entretanto, o esforço titânico do trabalhador, e o devotamento, a perseverança ou, melhor, a paixão do bibliófilo.

Empreendendo trabalho de tal porte, o sr. Artur Mota não tem, todavia, a veleidade de considerá-lo definitivo. “Não estávamos suficientemente habilitados a exercer essa missão, — confessa, — por falta de ordenação de elementos e de reunião sistemática dos dados necessários. E como se deve partir do simples para o complexo, do

geral para o particular, do objetivo para o subjetivo e do concreto para o abstrato, emprendí a formação do manancial que facilitará o trabalho futuro dos críticos e de outros historiadores mais competentes". E em outro capítulo: "A outros cabe outra ordem de trabalho, baseados nos elementos concretos ou precisos que coordenei". Essa confissão está, evidentemente, em desacôrdo com o título da obra. Por ela, esta devia intitular-se, na verdade, *Subsídios para a História da Literatura Brasileira* e não, declaradamente, *História da Literatura Brasileira*. Com esta última denominação, a obra é, não obstante a excelência do método, confusa, tumultuária, defeituosa. Com o primeiro título, é, rigorosamente ao contrário, a mais completa, a mais ampla, e a melhor informada que se poderia realizar no Brasil, ou ser levada a efeito, em qualquer parte do mundo, pelo esforço isolado de um homem.

A missão do historiador, seja êle político ou literário, é, realmente, muito diver-

sa daquela que se atribue ao colecionador ou fornecedor de informes. A sua função é a última, de baixo para cima, no aparelho registrador da atividade humana. Consiste ela, não em utilizar tudo que lhe é fornecido pelas fontes captadoras, mas em apurar, e extrair, do material fornecido, aquilo que pode constituir a verdade. O mineiro extrai do coração da terra a pedra bruta, o cascalho grosseiro, que os pilões trituram, e de que é extraído o ouro, que é reduzido a barras, em que se imprime um cunho, com o pêsso do metal e a sua procedência. E' essa, progressivamente, na literatura, a missão do cronista, do ensaísta ou do crítico e, finalmente, a do historiador. Para transformar em história, isto é, em bloco maciço de metal precioso, os elementos que lhe foram trazidos, ou que êle próprio reuniu acumulando misteres, torna-se preciso um critério filosófico, e um senso crítico delicado, que lhe permita eliminar todas as impurezas da massa primitiva. Essa preocupação, que é essencial no seu caso, não a

teve o sr. Artur Mota. Êle se apegou mais à idéia de reunir material do que a de depurá-lo. E a prova está não só em algumas das citações de que se vale como na amplitude da bibliografia que acompanha cada capítulo, na qual figuram autores e obras de quarta ou quinta ordem que um historiadore jamais tomaria em consideração.

Confessa Teófilo Braga, nas palestras com os seus discípulos, que o material que acumulara para organizar a História da literatura portuguesa, era tão abundante, que êle se sentia em dificuldade quando começava a escrever. O cabedal de informações obstava-lhe a coordenação do trabalho, não obstante a cultura geral, que lhe podia auxiliar o raciocínio. E' com essa dificuldade, parece, que luta o senhor Artur Mota. Êle acumulou demais o supérfluo, com prejuízo do necessário. O bibliógrafo sacrificou o escritor. Conta Manúcio que, levado à presença de Timóteo o jovem Caretes, mancebo de grande estatura e músculos poderosos, para comandar os atenienses na guerra

contra Samos, foi êste recusado pelo velho chefe, sob a alegação de que não precisava de general para carregar a bagagem, mas que tivesse, como êle, dizia, "olhos nas costas como no rosto". Para historiador, o sr. Artur Mota abusou, evidentemente, das suas fôrças. A carga bibliográfica reunida, e os conhecimentos gerais acumulados em pouco tempo, dificultaram ao escritor a elegância da marcha e, mesmo, a graça dos movimentos.

E essas dificuldades refletem-se no estilo do autor, de modo considerável. Um historiador literário deve ser, também, um artista. Juiz, que vai ser, para efeito das classificações de poetas, de romancistas, de críticos e de outros historiadores, êle deve dar, com o próprio exemplo, a demonstração de que se acha em condições de compreendê-los e, conseqüentemente, de julgá-los. José Veríssimo orgulhava-se de jamais haver produzido um verso. Espírito árido, sem musicalidade, supunha que isso constituía uma virtude, quando no crítico, era

um defeito. E êste ressaltava, sem que êle se apercebesse, toda a vez que lhe cabia escrever sôbre um livro de versos. Taine costumava dizer que a história política só devia ser abordada por um homem que já tivesse manejado os negócios do Estado. Um literato, um psicólogo, um artista, encontrar-se-ia nesse caso fora da sua casa. Era, já, como se está vendo, a previsão, hoje cumprida, da época das especializações. E era, também, o anúncio de uma idade, que é nossa, em que, para realizar obra de mérito e de utilidade, se faz mister que o escritor alie ao conhecimento da matéria um estilo claro, e elegante, para a sua exposição.

O sr. Artur Mota é, sem dúvida, um escritor claro, singelo, de inconfundível simplicidade. Mas o seu estilo, ideal num bibliógrafo, e recomendável num pesquisador, captador de verdades olvidadas ou novas, não o é num historiador literário, numa obra de formidável projeção como essa, de que, a conselho de um crítico de reconhecida cultura, tomou herôicamente a respon-

sabilidade. A crítica, em nossos dias, deve ser uma obra de arte, e tanto quanto ela, ou ainda mais, a História literária. E' o sr. Paul Masson quem diz, num axioma galante mas profundo, que as idéias são como as mulheres: é mais fácil sustentar dez do que vestir uma. O sr. Artur Mota não avaliou, sem dúvida, a importância da indumentária na exposição das suas idéias, que são representadas, no livro, pelas informações copiosíssimas que oferece. E é lamentável essa omissão. O primeiro dever de um escritor, sabem-no todos, é ser interessante. O catolicismo, para atrair os fiéis, encheu de imagens os seus templos, e enfeitou-os de flores. E o sr. Artur Mota não tem, no seu monumento, uma imagem ou uma flor, ou, mesmo, nas paredes altas e iguais, um simples arabesco que encante os olhos.

Feitas, porém, essas restrições de ordem rigorosamente literária, e integrada a obra do infatigável investigador paulista no lugar que legítimamente lhe cabe nas

nossas letras, e que é o de subsídio para uma perfeita e magnífica História da Literatura Brasileira, não há encômio e aplauso que lhe não seja devido. Examinado sob êsse aspecto, o trabalho realizado pelo sr. Artur Mota é verdadeiramente assombroso. A paixão com que reuniu livros, e collecionou datas, e catalogou autores, e os distribuiu por especialidades ou por Estados, é daquelas que merecem ficar na história de uma literatura, como um exemplo de pertinácia, de paciência, e de dedicação. E' possível que, no futuro, concluídos os outros seis ou sete volumes que nos promete, os críticos e os historiadores não lhe citem a obra, como fonte permanente de informação bibliográfica; a verdade, porém, é que nenhum dêles deixará de consultá-la. E' possível mesmo, que, prevalecendo-se das virtudes que caracterizam o escritor moderno — o estilo, o espírito crítico e a imaginação, — alguns se venham abastecer nas suas páginas, dando a entender, depois, tratar-se de investigação própria. Essa é, infe-

lizmente, a sorte das obras vastas como a sua, em que o autor se preocupa mais com a amplitude da informação do que com a maneira de apresentá-la. Encalhada a baleia na praia, não faltará aventureiro que não corra a cortar, nela, o seu pedaço, afim de tirar, dêle, o azeite com que se alumie.

Esse inconveniente poderia ter sido, entretanto, evitado, se o sr. Artur Mota houvesse harmonizado o seu desejo de escrever uma história da nossa literatura simplesmente com os elementos interessantes que essa literatura possui, e pode fornecer. Para isso, bastaria que suprimisse a parte subsidiária que constitue metade dêste primeiro volume, as digressões em tórno de questões complexas que demandam conhecimentos especiais; e que, vestindo as idéias um pouco mais literariamente, se limitasse à organização de um ou dois volumes cuidadosamente escritos, utilizando o que houvesse de útil na documentação incomparável que acumulou. Para encher seis ou sete volumes de 500 páginas, como o que acaba de

publicar, terá que repetir o processo empregado neste, que é o de estender-se em assuntos que não requeriam êsse esforço, e trazer à cena figuras e fatos que não merecem, pela sua importância secundária, as honras da exumação. A História não é um recenseamento: é uma seleção. E', consequentemente, fazendo seleções que se faz História. Os fazendeiros de São Paulo, quando possuem terreiro grande e recolhem pequena safra, espalham o magro produto da colheita por êle todo, fazendo com ela uma camada ligeira, e tenue, que dá, de longe, a impressão de fortuna e prosperidade. A nossa atividade literária apreciável dará, quando muito, para dois volumes, sem sacrificar informações. O sr. Artur Mota, no seu vivo desejo de exaltar a sua terra, pretende multiplicar êsse número por três e meio. Como poderá êle encher sete grandes terreiros com essa pequena porção de café? Atente êle para o que se tem feito em outras literaturas. Excepção da francesa, da alemã, da italiana e da espanhola, que têm

a sua história em oito, dez ou doze volumes, não há nenhuma literatura com a significação da nossa que se derrame por mais de dois. A obra mais vasta sôbre a literatura russa, a de Pypini, está em três volumes, e todas as demais em um só. E a literatura russa tem Gogol, tem Turgueneff, tem Dostoiewski, tem Puchkine, tem Tolstoi e tem Gorki, para referir, apenas, os vultos de nomeada universal. As obras do gênero, na Alemanha, na França, na Espanha, na Itália, na Inglaterra, — a de Gervinus, a de Jullevile, a de Menendez y Pelayo, a de Vallardi, para citar unicamente os que escreveram crítica obedecendo ao critério cronológico, — ou partem da Idade Média, das origens dessas literaturas, ou se transformaram, como a *História da literatura inglesa*, de Taine, numa história da evolução das idéias que corresponde, politicamente, a uma história da Civilização nacional.

Há, ainda, a acentuar no trabalho do sr. Artur Mota, a forma personalíssima por que êle emite opiniões históricas. O es-

tilo do historiador deve omitir, sempre, a primeira pessoa. O “eu penso”, “eu entendo”, “eu recomendo”, “eu peço”, não se ajustam à gravidade da história. E’ preciso não confundir a história com a crítica, isto é, o tribunal, que lavra sentença, com aquilo que Sainte-Beuve chamava a “guerra dia a dia”. O historiador não manifesta um juízo seu, mas o das gerações que o precederam, retificado pelo tempo. Êle é a voz dos séculos mortos, e a do século vivo, transmitindo um julgamento à posteridade. Não são, igualmente, usados em obras dêsse gênero os adjetivos laudatórios, ou de outra qualquer ordem, acompanhando os nomes próprios, maxime de escritores vivos. O sr. Artur Mota na sua generosidade cativante não adotou o processo tradicional, recomendado pela experiência. O “abalisado crítico”, o “brilhante Fulano”, o “erudito Sicrano”, surgem nas suas páginas, antecipando no louvor ao nome o julgamento da obra. O adjetivo é o galão, ou a divisa que

os críticos temerários pregam no braço dos criticados. O historiador sereno, ou prudente, começa por proscrever o adjetivo, cujo emprêgo equivale à reação de Wassermann no exame das vaidades. “A vaidade literária é o sentimento de que mais difficilmente nos libertamos”, — confessava há pouco tempo o sr. Paul Claudel. E recordava: “Depois de quinze anos de mortificações no Deserto, São Jerônimo teve conhecimento dos livros que um obscuro retórico chamado Rufino escrevera contra êle, e saiu da sua furna como um leão, para lhe dar a resposta formidável”. Cada homem de letras é um São Jerônimo roído de vaidades. A differença entre dois qualificativos determina sempre um ressentimento, e, não raro, uma inimizade.

Há, assim, a separar, na *História da Literatura Brasileira*, do sr. Artur Mota, êsses dois elementos: o material acumulado, e a obra realizada. O historiador tem defeitos, que o tempo, e um trabalho mais len-

to e meditado, podem corrigir. Mas o investigador, êsse, é incomparável. O seu esforço é o de uma Academia, o de uma legião que se fez homem. Com o trigo que êle ceifou e bateu, e reuniu, terão os críticos, moleiros da idéia, grão para um decênio, e os estudiosos, pequenos operários das letras, farinha para um século.

O CENTENÁRIO DA “REVUE DES
DEUX MONDES”

FOI comemorado anteontem na Sorbona, com uma sessão solene a que compareceram representantes de todos os povos cultos, o primeiro centenário da *Revue des Deux Mondes*. Presente à reunião o embaixador do Brasil, sr. Souza Dantas, falou em nome do seu país, lembrando a atuação benéfica do famoso quinzenário, espécie de pombo-correio que leva da França, há um século, a todo o planeta, as últimas criações do gênio nacional. Tornada universal, a publicação fundada por Mauroy e Ségur Dupeyron constitue, hoje, um patrimônio do mundo civilizado. E foi essa circunstância que aliou a política às letras, para a comemoração do dia 15, de que nos dão notícia os telegramas.

Para a literatura e pela influência que sobre ela exerceu a revista hoje centenária, o aparecimento desta é contado de 1.º de fevereiro de 1831, dia em que François Buloz, associado a Auffray, lhe assumiu a direção. Porque é a Buloz, na verdade, que ela deve a sua prosperidade, a sua eficiência, o seu prestígio crescente nas letras, na política e na sociedade francesa, durante quasi meio século.

A crítica histórica, ao estudar a vida vitoriosa da *Revue des Deux Mondes*, encontra-se, naturalmente, diante de uma dúvida inicial: a origem da sua prosperidade. Em 1831, a França sentia os efeitos mais intensos de uma renovação literária e de uma revolução política. A geração de 1830, que lançara o romantismo, pusera a literatura em estado de efervescência. Os efeitos do movimento de julho faziam-se sentir no domínio das idéias. Tudo contribuía, numa conjunção das circunstâncias, para fazer triunfar um periódico dedicado à divulgação das idéias belas e úteis. Não eram pou-

cos, todavia, os que a isso se propunham. Por êsse tempo eram publicados em París *La Revue Française*, dirigida por Guizot e de Broglie; *Le Mercure du XIX Siècle*; *La Revue Encyclopédique*, *La Revue de Paris* e *Le Globe*, cuja feição lhe dava caráter mais literário do que político. Nenhum dêles, entretanto, exerceu sôbre as letras influênciã tão decisiva como a publicação de Buloz, — fato êsse que deixa patente a sua admirável capacidade de administrador.

François Buloz, foi, assim, o tipo ideal do arregimentador de inteligências. Antigo tipógrafo e, mais tarde, revisor, foi com êsse caráter de técnico das indústrias gráficas que Auffray, também antigo tipógrafo, lhe ofereceu sociedade na *Revue des Deux Mondes*, cujo título pretendia adquirir. O quinzenário de Mauroy e Dupeyron, que se subintitulava *Journal des Voyages*, parecia após um ano e pouco de existência. Aceita a proposta de Auffray, fez-se a sociedade, cujo contrato estipulava que Buloz teria

cem francos por mês e dois francos de gratificação por assinatura anual. Um ano depois o espírito absorvente de Buloz forçava Auffray a abandonar o terreno, deixando-lhe em mãos a revista. Precisando de capitais para desenvolver as suas oficinas, o antigo tipógrafo e revisor admite como sócios capitalistas os irmãos Bonnaire, filhos do Barão Bonnaire, prefeito no Primeiro Império. E a revista, com o dinheiro dos Bonnaire e as relações literárias de Buloz, seguiu vitoriosa o seu destino.

A glória de François Buloz, que conduziu a *Revue des Deux Mondes* à condição de primeira publicação do seu gênero, provém, dêsse modo, inteira, do seu tato comercial. Mediocre de cultura e de talento, êle adivinhava, no entanto, onde estavam os portadores das qualidades que lhe faltavam. Certo, o seu objetivo não consistia em dar à França bons escritores, mas em dar à sua emprêsa boas finanças. Uma coisa dependia, porém, de outra. Daí o seu cuidado em atrair para a redação da rua das Be-

las Artes as mais prestigiosas figuras do tempo, como Sainte-Beuve, Alexandre Dumas, Gustave Planche, Cousin, Augustin Thierry, Vigny, Balzac, Mérimée e Guizot, e a afabilidade paternal com que deu acolhida a principiantes como George Sand, Musset e Jules Simon, que foram, pode-se dizer, legítimas criações de Buloz. Mais tarde, quando a Revista se tornou o quartel-general das letras francesas, adquire o antigo sócio de Auffray *La Revue de Paris*, refúgio até então dos seus inimigos, que eram os amigos que com êle se incompatibilizavam. E transforma-a em um viveiro de talentos jovens, em um campo experimental da literatura. Para chegar à *La Revue des Deux Mondes* fazia-se mister um estágio nas colunas de *La Revue de Paris*.

Os contemporâneos dêsse homem prático teceram em tórno dêle uma legenda antipática, visando diminuí-lo no conceito da posteridade. Para êles, Buloz era um indivíduo ignorante e grosseiro, explorador profissional do talento alheio. E não é essa a

conclusão que se tira da sua correspondência, e, ainda menos, do depoimento de alguns dos seus amigos. A geração literária que floresceu de 1830 a 1860 foi, como todo agrupamento de espíritos brilhantes, irrequieta e indisciplinada. Eram na sua maior parte boêmios, irregulares na vida, aquelles que a constituíam. Dumas pai e Balzac eram os seus dois expoentes mais característicos. Perdulários de talento e de ouro, não havia dinheiro que lhes bastasse. Buloz, pelo contrário, era organizado, sereno, metódico. “Comme il était dur pour lui-même, — escreve a sua neta, Marie-Louise Pailleron, — il n’admettait chez les autres ni fatigue ni découragement, il ne comprenait pas la paresse”. Daí, da divergência no sistema de conduzir a vida, os processos que contra êle moveram Dumas, Balzac e George Sand, e o rompimento com Sainte-Beuve, que transformou, para isso, uma questão de moral doméstica em uma questão de dinheiro. Os escritores olhavam os seus contratos com a *Revue des Deux*

Mondes como papéis insignificantes; Buloz olhava-os como documentos comerciais. Pagava o preço estipulado por uma obra; o autor não lhe entregava os manuscritos. E vinha o processo, que era, às vezes, o único meio de que dispunha para se desobrigar com os assinantes da obra anunciada. O caso de Balzac é típico. Tendo contratado com Buloz a publicação, na revista, do seu romance *Serafita*, recebeu o escritor mil e setecentos francos, entregando os primeiros capítulos. E desapareceu. De regresso do estrangeiro, fez novo contrato para novo romance. Recebe dois mil e quinhentos francos. E parte, de novo, sem dar qualquer satisfação a Buloz.

O incidente com Sainte-Beuve é, talvez, mais interessante, como documento, que é, do caráter do famigerado crítico e pensador. Para maior facilidade da administração, François Buloz residia com a família no mesmo prédio em que funcionava a redação da revista. Acolhedora e inteligente, Mme. Buloz recebia sem etiqueta os

escritores da época, frequentadores do escritório do seu marido. E entre estes Sainte-Beuve, colaborador mais antigo do quinzenário, cujo maior prazer consistia em fazer-se íntimo das senhoras. “Étrange physionomie de chanoine spirituel, un peu concupiscent, étrange physionomie et insaisissable; face pleine, rasée, rusée, petits yeux pétillants de malice, fureteurs, pénétrants, sous des sourcils roux embroussaillés, crâne recouvert de cette éternelle callote de velours noir que sa main pétrit sans cesse: voilà Sainte-Beuve agé”, — descreve a netta de Buloz. Não obstante êsse físico pouco atraente, a sua maior paixão, ao lado da que nutre pelos livros, é a intimidade das mulheres honestas, para penetrar-lhes, aos poucos, o coração descuidado. Hábil, gentil, maneiroso, faz-se confidente de cada uma, captando-lhe a confiança, a amizade, até conseguir, dela, a cumplicidade no pecado. Sabia-se feio, quasi repugnante. Mas o espírito supria, com acentuada vantagem, o que a natureza lhe negara à figura. Na

mocidade, quando é ainda o romântico Joseph Delorme, o Amaury de *Volupte*, o físico põe em maior relêvo as armas da inteligência. “Mélancolique, le nez trop long, mais le front intelligent, réfléchi, presque soucieux, déjà creusé d’un pli, le bas du visage dans une haute cravate” — eis o retrato que dêle nos dá um biógrafo. E’ por esse tempo que, procedente da província, chega a París uma sobrinha de Mme. Buloz, senhora casada e de excepcional formosura. Dias depois insinuava-se Sainte-Beuve como um dos seus íntimos, visitando-a com alarmante assiduidade, e de tal maneira, que, ao fim de algumas semanas, o marido da jovem provinciana apresenta a Buloz uma queixa contra as liberdades do seu amigo, que ameaça, com os seus modos e palavras, a continuidade da sua felicidade conjugal. “Un jour — conta o diretor da *Revue des Deux Mondes*, nas suas notas íntimas, — devant moi et devant quelques autres rédacteurs, il se mit à faire le petit Lovelace, et alla jusqu’à . . . se vanter gros-

escritores da época, frequentadores do escritório do seu marido. E entre estes Sainte-Beuve, colaborador mais antigo do quinzenário, cujo maior prazer consistia em fazer-se íntimo das senhoras. “Étrange physionomie de chanoine spirituel, un peu concupiscent, étrange physionomie et insaisissable; face pleine, rasée, rusée, petits yeux pétillants de malice, fureteurs, pénétrants, sous des sourcils roux embroussaillés, crâne recouvert de cette éternelle callote de velours noir que sa main pétrit sans cesse: voilà Sainte-Beuve agé”, — descreve a netta de Buloz. Não obstante êsse físico pouco atraente, a sua maior paixão, ao lado da que nutre pelos livros, é a intimidade das mulheres honestas, para penetrar-lhes, aos poucos, o coração descuidado. Hábil, gentil, maneiroso, faz-se confidente de cada uma, captando-lhe a confiança, a amizade, até conseguir, dela, a cumplicidade no pecado. Sabia-se feio, quasi repugnante. Mas o espírito suprija, com acentuada vantagem, o que a natureza lhe negara à figura. Na

mocidade, quando é ainda o romântico Joseph Delorme, o Amaury de *Volupte*, o físico põe em maior relêvo as armas da inteligência. "Mélancolique, le nez trop long, mais le front intelligent, réfléchi, presque soucieux, déjà creusé d'un pli, le bas du visage dans une haute cravate" — eis o retrato que dêle nos dá um biógrafo. E' por êsse tempo que, procedente da província, chega a París uma sobrinha de Mme. Buloz, senhora casada e de excepcional formosura. Dias depois insinuava-se Sainte-Beuve como um dos seus íntimos, visitando-a com alarmante assiduidade, e de tal maneira, que, ao fim de algumas semanas, o marido da jovem provinciana apresenta a Buloz uma queixa contra as liberdades do seu amigo, que ameaça, com os seus modos e palavras, a continuidade da sua felicidade conjugal. "Un jour — conta o diretor da *Revue des Deux Mondes*, nas suas notas íntimas, — devant moi et devant quelques autres rédacteurs, il se mit à faire le petit Lovelace, et alla jusqu'à... se vanter gros-

sièremment. Blessé du mauvais ton, et plus encore de l'intention que je lui supposai, de faire allusion aux inquiétudes qu'il avait causée à mon parent, et de perdre ainsi de réputation cette femme, eût-il où non réussi à la séduire, je l'accablai de sarcasmes sur sa laideur, sa chétive personne, etc. Il sortit furieux, pour ne plus revenir". E Buloz acrescenta: "Du reste, il avait eu le front de nous dire ici à moi et à d'autres, que les lettres de Mme de... dans son roman de *Volupté* n'étaient autres que celles de Mme. Hugo". Não podendo justificar publicamente o seu rompimento com a Revista, faz Sainte-Beuve constar, por toda parte, que este fôra determinado por assunto comercial, como portador, que era, de ações no valor de dois mil francos.

É a François Buloz que se deve, igualmente, a aproximação de Musset e George Sand. É êle o seu confidente, o espírito sereno que, intervindo oportunamente, impede que se transformem em escândalos maiores as loucuras de um e outro. É a

êle que recorrem os dois, nas suas dificuldades financeiras. E' êle que, forçando Musset ao trabalho, impede a dispersão do seu talento. E' êle que lhe dá o lugar de bibliotecário no Ministério do Interior. E' êle, finalmente, que fornece a George o dinheiro para a compra de uma caveira, cofre macabro em que ela deve guardar a última carta de amor e desespero que lhe escrevera o poeta.

La Revue des Deux Mondes e, com ela, o seu diretor, representam, assim, de 1831 em diante, a maior fôrça coordenadora de que a França dispôs no domínio literário. Ela reúne os pensadores, e dissemina as idéias. Dependendo os seus lucros, pelo contrato com Auffray, dos assinantes que venha a obter, emprega o máximo do seu esforço na divulgação da Revista no estrangeiro. Emissários seus partem para a Rússia e para a América. E o resultado é tornar-se o quinzenário, dentro de pouco tempo, a publicação periódica européia de mais vasto prestígio internacional. Contri-

bue para isso, ainda mais, a feição conservadora. Basta dizer que o papel da capa, é, em 1929, o mesmo, na côr e na espessura, de 1829.

No Brasil a sua influência foi assinalável principalmente no Segundo Império, quando Pedro II aconselhava a sua leitura a todos os homens de govêrno. Exagerando essa preferênciã do Imperador, o conselheiro José Antônio Saraiva confessava, mesmo, que não lia livros nem jornais, contentando-se com a de *La Revue des Deux Mondes*. Levado o caso ao conhecimento do monarca, é corrente que êste aplaudira a discreção mental do estadista de Pojuca.

— E' quanto basta, — declarou o soberano.

Quem lê os anais das nossas duas casas de parlamento, de 1850 a 1880, encontra, a cada passo, referências à revista de Buloz. Dispondo de colaboradores internacionais, ela dava notícia de tudo que ocorria fora da França, tornando-se, dessa maneira, uma espécie de correio das nações.

Cada número seu valia por um código de novidades políticas.

O deslocamento, que se vem operando, da liderança do mundo intelectual da França para os países de origem saxônica tem contribuído para que *La Revue des Deux Mondes*, com o seu feitio conservador, não seja mais, para nós, o único semanário de idéias cosmopolitas. Mas é, ainda, a mais preciosa das tradições, que precisamos honrar e respeitar. Conta o sr. Aloísio de Castro no seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, que, atravessando, um dia, quando estudante, ao lado de Machado de Assis, os antigos quarteirões que separavam o Ministério da Viação da Faculdade de Medicina, exclamara de súbito, referindo-se àquela edificação secular:

— Que casas feias!...

Machado ergueu os olhos, fitou os solenes telhados em bico, e desculpou, com tristeza:

— São feias, são; mas, são velhas...

A *Revue des Deux Mondes* hoje centenária, não tem o aspecto luxuoso, as ilustrações a fogo e ouro das modernas revistas alemãs e americanas. Mas vale mais do que elas, porque representa um século de existência profícua, de atividade fecunda no domínio das idéias, e, com isso, de serviços à fraternidade humana, à beleza da vida, à glória da civilização.

XI

DANTE E OS POETAS BRASILEIROS

EM uma recapitulação dos maiores espíritos da Humanidade, escreveu, um dia, Victor Hugo: “Como a água que, aquecida a cem graus, não se pode exceder mais na elevação calórica, o pensamento humano atinge, em certos homens, a sua completa intensidade. Ésquilo, Jó, Fídias, Isaías, S. Paulo, Juvenal, Dante, Miguel Ângelo, Rabelais, Cervantes, Shakespeare, Rembrandt, Beethoven, e alguns outros ainda, marcam os cem graus de gênio”. E acentua: “O espírito humano tem um cimo. Êste cimo é o Ideal. Deus desce até lá; até lá sobe o Homem”.

Passando em revista a sua galeria de gigantes antigos, o gigante novo tem, diante de cada um, uma frase de abalar as mon-

tanhas. Homero, Jó, Isaías, Ezequiel, Lucrecio, Juvenal, João Batista, Paulo desfilam soturnos, diante da sua humildade gloriosa. Após estes, cresce, porém, uma figura singular. O poeta estende o dedo, e aponta, com a voz das tempestades, o seu irmão medieval. “Dante, — informa, então, — construiu no seu espírito o abismo. Fez a epopéia dos espetros. Esvazia a terra e, na cova terrível que lhe faz, põe Satã. Em seguida, impele-a pelo Purgatório, até o Céu. Onde tudo acaba, Dante começa. Dante está para além do homem. Além, não fora. Proposição singular, que nada tem, todavia, de contraditória, pois que a alma é um prolongamento do homem no infinito. Dante torce toda a sombra e toda a clareza em uma espiral monstruosa que desce e sobe. Arquitetura inaudita, essa. No limiar, a bruma sagrada. À entrada, estendido, o cadáver da esperança. Tudo que para além se descortina, é noite. A angústia humana soluça confusamente no invisível”. E termina: “O que Juvenal faz pa-

ra a Roma dos Césares, fá-lo Dante para a Roma dos Papas. Mas Dante é um justiceiro num grau mais amedrontador que Juvenal. Juvenal fustiga com correias; Dante chicoteia com chamas. De Juvenal, sentenciados; de Dante, condenados. Ai daquele, dentre os vivos, sôbre o qual êsse que passa, fixa o luzeiro inexplicável dos seus olhos!”

Com essa feição humana e divina, pon-do a criatura em contacto com a Eternidade através do pecado e do Inferno, Dante havia de exercer, necessàriamente, sôbre as letras brasileiras a influência ou, antes, a tirania a que se não pôde eximir nenhuma literatura do ocidente europeu, ou a ela filiada. Colocado embora à margem do terreno por onde passa a corrente comum da nossa educação literária, isto é, cristalizado em um idioma que só nos últimos tempos foi incluído nos programas oficiais do ensino, o poeta florentino não podia aspirar, naturalmente, entre nós, à vulgarização que tiveram, desde os primeiros dias da

nossa cultura, os grandes poetas latinos e, posteriormente, os franceses. Tal era, porém, a sua estatura, que a sua sombra se estendeu até nós, ampliando-se dia a dia até que o seu nome se confundiu, na formação da mentalidade brasileira, com o de Homero, de Shakespeare e, ùltimamente, de Victor Hugo, tornando-se, os quatro, os pilares sôbre os quais assenta, hoje, o edificio da poesia nacional.

Ainda não era, sequer, flor, a seiva de que devia ser fruto a nossa autonomia política, e já havia em um recanto do litoral, um espírito que meditava, solitário, sôbre as maravilhas da *Divina Comédia*. Era frei Manuel de Santa Maria Itaparica, religioso disfarçado com o pseudônimo de “Anônimo Itaparicano”, que, na ilha que tomara o seu ùltimo nome, escrevia, há duzentos anos, isto é, em 1725 mais ou menos, o seu poema sacro dos *Eustáquidos*, no qual celebra, com a candidez dos crentes sinceros, a vida, a morte e a glória de Santo Eustáquio, de quem era admirador e devoto.

Nesse poema, que se compõe de seis cantos, um há que descreve uma viagem ao Inferno, região sinistra, de que dá idéia esta oitava:

“Jaz, no centro da terra, uma caverna
De áspero, tosco e lúgubre edificio.
Onde nunca do sol entrou lucerna,
Nem de pequena luz se viu indício,
Alí o horror e a sombra é sempiterna
Por um pungente e fúnebre artificio.
Cujas fenestras, que, tu, monstro, inflamas,
Respiradouros são de negras chamas”.

Aí, depara a alma aspectos horrendos da Vida e da Morte. Descreve-os grave, quasi amedrontado, o poeta itaparicano:

“Um negro arrôio em pálida corrente
Irado alí se torce tão furioso,
Que é no que morde horrífica serpente,
E no que infecciona aspi horroroso:
Fétido vapor, negro e pestilente
Exhala de seu seio tão raivoso
Que lá no centro sempre agonizado
De noite e sombras mostra ser formado.

As densas névoas, as opacas sombras
Tanto encapotam a aspereza inculta,

Que em negra tumba, fúnebres alfombras
Parece a mesma noite se sepulta ;
Fantasmas tristes, que tu, Herebo, assombras,
Terroros causam onde mais avulta
O rouco som de aulidos estridentes,
O triste estrondo do ranger dos dentes.”

Nessa região de horror e de provação
penam, como em Dante, os grandes condena-
dos da Igreja :

“Revolvando-se em chamas crepitantes
Alí está Judas numa cama ardente,
No coração tem víboras flamantes,
Na língua um áspide feio e pestilente :
Geme e suspira a todos os instantes,
Blasfema irado, ruge impaciente,
Tendo a seu lado Herodes e Pilatos,
Anás, Caifás e outros mentecaptos.

Jaz em um lago gravioleto e imundo,
O arquisetário arábigo e agareno,
Que perdição quis ser de quasi um mundo,
Patrocinando o vício vil terreno :
De uma parte submerso no profundo,
De si mesmo furor, peste e veneno,
Está Calvino, e de outra agonizando,
Lutero em fogo e água ardendo e elando.

Preso num calabouço tenebroso,
Está Alexandre em um nevado rio,

Que ainda agora por muito cobiçoso
 Temem queira do inferno o senhorio:
 Em um vulcão de chamas horroroso,
 Estão Belo, Xerxes, Cévola e Dario,
 Aurélio, César e Domiciano,
 Augusto, Nero, Tito e Juliano.

Descrito o pequeno mundo dos condenados eternos, entre os quais há mulheres, e até crianças, vítimas do pecado original, retrata o frade brasileiro o senhor horrível dêsses domínios, que é assim descrito, como Lúcifer no XXXIV canto do *Inferno*:

Víboras por cabelos cento a cento,
 Por olhos tem dois Etnas denegridos,
 Por boca — um crocodilo truculento,
 Por mãos — dois basiliscos retorcidos,
 Por cérebro a soberba, e o tormento
 Por coração, por membros os latidos,
 Por pernas duas cobras sibilantes,
 Por pés dois Manzibelos tem flamantes.

Os nossos árcades, não obstante as relações de alguns dêles com Metastásio e outros poetas italianos, não se mostram, como o religioso baiano, entusiastas do assombroso visionário de Florença. A culpa é, po-

rém, menos dêles do que da época em que viveram. A glória de Dante atravessava, então, uma crise de popularidade, uma espécie de eclipse, de modo que não chegou a Vila-Rica o fulgor maravilhoso do seu gênio. As gerações posteriores vingaram, porém, a ingratidão, indo beber permanentemente no poema assombroso a água da inspiração nova, e com sêde tão viva, tão forte, tão intensa, que nunca mais, até hoje, abandonaram as proximidades do caudal.

A influência de Dante é, por exemplo, notória, no *Colombo*, de Pôrto-Alegre, que chegou mesmo a copiar-lhe alguns versos. Como o poeta na *Divina Comédia*, tem o navegador genovês, aí, o seu Virgílio, que se chama Pamórfio. E ambos descem ao *Inferno*, onde assistem à punição de pecadores de vária espécie, para os quais o épico brasileiro descobria suplícios novos que pouco ficam devendo pela brutalidade, pela novidade, pela originalidade, ao gênio inventivo do florentino.

A *Assunção*, o melhor poema de fundo religioso que possuímos, e que os contemporâneos colocaram a par do *Paraíso perdido*, de Milton, e da *Messiada*, de Klopstock, foi influenciada, igualmente, pelo poeta formidável. À semelhança dêle, inventou Frei Francisco de São Carlos uma região infernal, que é, talvez, mais interessante que todo resto da epopéia.

Essa tendência para criar Infernos podia ter vindo, é certo, de Virgílio, na *Enéida*. A estrutura do verso, e particularidades outras, demonstram, porém, que ela nos veio através do poeta italiano, que se tornou, depois disso, um dos mentores mais eficientes de nossa inspiração poética.

O número de poemetos esparsos em que se evidencia essa espécie de tutela é enorme. Os românticos, todos, como depois os parnasianos, não dispensaram, jamais, o espírito, ou, pelo menos, o nome de Beatriz, como fator da inspiração. Castro Alves, Varella, Álvares de Azevedo, foram, sem dúvida, mais ingleses do que italianos, bebendo

fora da França, mais em Byron e Shakespearé do que em Dante. A ternura de Julieta suplantou, por algum tempo, a meiguice de Beatriz. Nenhum dêles deixou, entretanto, de atirar, de passagem, a sua flor à bôca da cratera dantesca.

A homenagem prestada ao gênio italiano com a tradução, integral, da *Divina Comédia*, por Xavier Pinheiro e Vila da Barra, já encontra, por isso, tentativas louváveis, no mesmo sentido, por poetas brasileiros de maior vulto. Gonçalves Dias, aos vinte e um anos, traduziu o canto VI do *Inferno*, e Machado de Assis, nas *Ocidentais*, o canto XXV. Carlos Ferreira aventurou-se a algumas traduções, parciais. Emanuel Guimarães a de quasi todo o poema. E essas homenagens não continuaram, senão agora, por desnecessárias, uma vez que as duas traduções, completas, dispensaram qualquer novo trabalho de divulgação.

Dante, êle próprio, e a sua musa, e o seu poema, passaram a constituir, então, não mais um modêlo, para imitação, mas um

assunto mesmo para os poetas brasileiros. E o primeiro a aproveitar o tema foi, creio, o Barão de Loreto, Franklin Américo de Menezes Dória, que, em 1859, nos *Enlevos*, aparecia com êste soneto, um dos melhores quiçá do volume:

Qual ao nascer o dia, o sol, no roseo oriente
 Obumbrando, cintila através de vapores,
 Tal, no Eden, Beatriz, numa nuvem de flores,
 Entre anjos assomou, velada, resplendente.

À sombra da floresta excelsa, frondescente,
 Que primavera eterna orna de mil primores,
 Dante — junto a Virgílio — após tantos erros,
 A sua Beatriz torna a ver, finalmente.

Estupefato, exangue e pálido, procura
 Dizer ao fiel guia a singular ventura
 Que lhe provém da bela e santa aparição.

Por eflúvio sutil que em roda emite a dama,
 Êle reconheceu sinais da antiga flama,
 Sentiu o antigo amor lhe arder no coração.

Pouco depois, outro poeta surgia, inspirando-se na *Divina Comédia*. Era Melo Morais Filho, que, nos *Cantos do Equador*,

escrevia *A Barca de Dante*, poemeto de estranha beleza, que assim começava:

Rasgando a vaga sonolenta, imunda,
 As negras vagas da infernal lagoa,
 De Dante a barca no passar afunda
 Rápido sulco de silente proa!
 E quasi extinto, em solidão profunda
 A luz da tórre se afastando vôa...
 E ao som pesado das pesadas águas,
 Gritos e prantos — dolorosas mágoas!

E que assim terminava:

E segue a barca. De candente muro,
 Barra formando crepitando chama,
 Fulvo caminho, tremulante, impuro,
 Abre o clarão que funeral derrama.
 Então, Caronte, num rochedo escuro,
 Fincando o remo, que a escorrer se inflama,
 Brada aos poetas, lhes mostrando a porta:
 — Entrai, ó nautas da lagoa morta!

Foi por essa época, mais ou menos, que Luiz Delfino nos deu êste soneto, cujo assunto se apresentava tão de acôrdo com o seu estro poderoso, e com a arquitetura do seu verso, tão majestoso, mas tão irregular:

Sobe de um vão tonilho ao estrondear de vozes,
 Que urram, rangem, mordendo a lôbrega floresta:
 Na clâmide romana, e sob os louros, resta
 Parado o mantuano ante as bestas ferozes.

A toga escura, e longa até os pés empresta
 Mais austera tristeza ao companheiro: atrozes
 Gritos golpeando o ar, que a noite em pranto infesta.
 Dão-lhes ao rosto a côr das lívidas cloroses.

Pragueja, ulula o horror do desespero eterno:
 Sombras em multidão regougam, rugem. O Inferno
 Entornou sôbre a tela o escôpo de um gigante.

Embalde! A tela, a pedra, o bronze não aguenta
 Os sóis negros crispando em meio da tormenta
 Em que andam o gênio, e o amor, e as cóleras de
 [Dante!

Nada possuímos, entretanto, tão alto,
 tão forte, tão digno de objeto, como o so-
 neto de Bilac sôbre *Dante no Paraíso*. A
 cópia, aí, é digna do modêlo. O frasco em
 que o poeta encerrou a água do mar é pe-
 queno, mas guarda, no seu bojo, todos os
 rumores tormentosos do oceano:

...Enfim, transpôdo o Inferno e o Purgatório, Dante
 Chegara à extrema luz pela mão de Beatriz;
 Triste no sumo bem, triste no excelso instante,
 O poeta compreendeu o mal de ser feliz.

Saudoso, ao ígneo horror do báratro distante,
Ao vórtice tartáreo o olhar volvendo, quis
Regressar à geena, onde a turba ululante
Nos torvelins raivando arde na chama ultriz.

E fatigou-o a paz do esplendor soberano:
Dos réprobos lembrando a irrevogável sorte,
A estância abominou do perpétuo prazer,

Porque no coração, cheio de amor humano,
Sentia que toda a vida, até depois da morte,
Só tem uma razão e um gôzo só: sofrer!

Outro poeta nosso que encontrou nele um grande tema para quatorze versos, além de Raimundo Correia, cujo soneto sobre Beatriz o poeta repudiou na edição definitiva da sua obra poética, — foi Magalhães de Azeredo. Dante possui, nos *Bronzes Florentinos*, do ilustre acadêmico brasileiro, uma estátua moldada por um artista que lhe pôs a alma, os sentimentos, o espírito, nos traços singulares da figura:

Sempre anda só, no exílio de Ravena,
Dante, o Poeta. O seu perfil agudo
De águia doente, o fosco olhar, que o estudo
Gastou, dizem a um tempo orgulho e pena.

Em vão, nas ruas, pela tarde amena,
Crianças brincam, moças riem. Mudo,
Êle prossegue, e indiferente a tudo,
Salvo à dôr incurável que o envenena.

E triste aspecto não vos cause espanto.
Se tôrvo, envolto em rubro-escuro manto,
Um fantasma o julgais, ser iracundo,

Quem, depois de sofrer o ódio profundo
Da Pátria, via o Inferno, e chorou tanto,
Já não é criatura dêste mundo...

Os poetas novos, desviados das correntes clássicas da inspiração, abandonaram, como é sabido, os grandes temas seculares, que haviam feito a glória e a tortura dos mestres. Dante não foi, entretanto, esquecido por êles. Aproximando-se mais da vida, a nova geração sentiu-se mesmo, não se sabe como, mais perto da morte. À semelhança daqueles dois navegantes que se odiavam, e que, fugindo um do outro, em rumos opostos, se acharam, um dia, frente a frente, depois de fazerem a volta da terra, os novos escritores se vieram encontrar com o mais fantasioso dos poetas, que era,

entretanto, de todos, o mais humano! Entre estes encontra-se Eduardo Guimarães, jovem simbolista rio-grandense, o qual escreveu a *Divina Quimera* e tem, aí, estes versos:

Pelo divino horror de um desespero eterno
e pelo ardor febril a quem a alma nos conduz,
florindo para o azul, irrompendo no inferno,
Dante evoca um abismo onde há lírios de luz.
Cada verso revela um fundo imenso de erma
tristeza em que uma voz alucinada clama;
e ora, inútil, recorda a asa de uma águia enfêrma,
ora a ascensão brutal de uma visão que assombra.
Dá-me, agora, o terror de uma visão que assombra.
Torvo, Ugolino sofre a sua fome atroz;
tem Virgílio a expressão sagrada de uma Sombra;
uiva um blasfemo! E a selva é lúgubre e feroz.
Lembra, após, o esplendor pesadelar de um sonho
magnífico e sangrento, em que anjos maus esvoaçam,
quando por mim, à flor do turbilhão tristonho,
enlaçados e nus, Paolo e Francesca passam...
Dante! — Quero-o, porém, mais doloroso e terno,
mais humano, a compor, torturado e feliz,
sob a angústia mortal do seu secreto inferno,
uma canção de amor em louvor de Beatriz!

Dante é, assim, como se vê, uma das nossas fontes de inspiração, e um dos fa-

tores mais altos, e mais nobres, da glória dos nossos poetas.

O centenário da sua morte, ou, antes, da sua imortalidade, requer, portanto, que nos ajoelhemos, todos, nesses dias de festa universal, diante do seu túmulo, que foi o seu Tabor, e rezemos, compungidos, com Gabriele D'Annunzio:

O imperiale

*duce, o signore dei culmini, o insonne fabbro d'ale
per la notte che si profonda e per l'alba che ancor non*
[sale,

noi t'invochiamo!

*Pel rancore dei forti che patiscono la vergogna,
pel tremito delle vergini forze che opprime la menzogna,
noi ti preghiamo!*

*Per la querela e per il lauro e per il ferro lampeggiante,
per la vittoria e per la gloria e per la gioia e per le tue*
[sante

speranze, o tu che odi e vedi e sai, custode alto dei fati,
[o Dante,

noi ti attendiamo!

ÍNDICE

I — Adamastor Vergueiro da Cruz — <i>João Caetano dos Santos</i>	5
II — Berilo Neves — <i>A costela de Adão</i> . .	23
III — Rubens de Melo — <i>O embaixador Fagundes</i>	43
IV — Álvaro de Alencastre — <i>Azores das revoluções</i>	65
V — Carmen Unzer — <i>Caxinguelê</i>	87
VI — Jaime Cardoso — <i>Essas almas inquietas</i>	109
VII — Heitor Moniz — <i>Amores históricos</i> .	133
VIII — Martins de Oliveira — <i>Pátria morena</i> .	157
IX — Artur Mota — <i>História da Literatura Brasileira</i>	171
X — Centenário da <i>Revue des Deux Mondes</i>	197
XI — Dante e os poetas brasileiros	211

